

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



**ANAIS DA XV JORNADA
NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE
NAVIRAÍ: EDUCAÇÃO ESPECIAL
E INCLUSIVA:
QUESTÕES TEÓRICAS E
PRÁTICAS**

**Naviraí/MS
2023**

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



APRESENTAÇÃO

Desde a implantação do Campus de Naviraí da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em 2009, o evento 'Jornada Nacional de Educação de Naviraí' vem sendo realizado, discutindo temas relevantes para a educação, sendo variadas temáticas, pois é o lócus da educação que agrega ensino, pesquisa e extensão. Esse ano, com sucesso completamos quinze anos de evento, e realizamos a XV Jornada Nacional de Educação da UFMS/CPNV 2023, intitulada "Educação Especial e Inclusiva: questões teóricas e práticas", considerando a atualidade, na qual o número de crianças com deficiências tem aumentado significativamente nos últimos anos, assim como as reformas e políticas educacionais implementadas e debatidas nas últimas décadas, fazendo-se assim, necessário a discussão e reflexão sobre a temática. Este ano tivemos apresentações de trabalhos que abordam os seguintes eixos temáticos:

- Educação Infantil, Arte e Formação de Professores;
- Gestão e Políticas Educacionais;
- Gênero e Sexualidade;
- Inclusão, Diversidade, Educação Especial e Contextos não Escolares;
- Metodologias do Ensino Fundamental e Tecnologias Digitais;
- História da Educação e Memória e Sociedade;

O evento teve como objetivo geral refletir sobre o processo de inclusão escolar, pensar como a escola vem lidando com as deficiências e outras necessidades especiais e levar os profissionais da educação (municipal e estadual, Ensino Superior) de Naviraí/MS e os discentes da UFMS/CPNV e da região, a refletir acerca da Educação Especial Inclusiva, não só dentro da sala de aula, mas em outros contextos, e como objetivos específicos: 1- Discutir concepções teórico-metodológicas e propostas político pedagógicas para a Educação Inclusiva; 2- Fomentar estudos e pesquisas sobre os temas relacionados as questões Materiais Didáticos para a Educação Inclusiva, novas Tecnologias na Educação Inclusiva, Sala de Recurso e contextos além da sala de aula; 3- Refletir sobre a realidade de Naviraí/MS e região, no que diz respeito

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



às práticas desenvolvidas e/ou em desenvolvimento e às políticas de Educação na perspectiva da Diversidade e as relações sociais.

O público-alvo foram os acadêmicos e egressos do curso de Pedagogia e outros cursos da UFMS/CPNV e demais universidades, instituições educacionais do município e região, profissionais da educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental e médio, da educação de jovens e adultos, bem como pesquisadores da UFMS e demais regiões do país.

O evento foi realizado no período de 23/5/2023 a 25/5/2023, nas dependências da Associação Comercial de Naviraí (ACEN), e no dia 26/05/2023, no Campus de Naviraí da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Os Anais nesta edição foram compostos de textos abordando estudos, pesquisas e relatos de docentes e acadêmicos da UFMS e da comunidade participante.

Equipe organizadora dos Anais
Novembro de 2023

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



PROGRAMAÇÃO

Local: ACEN (Associação Comercial de Naviraí) – Naviraí

23/05/2023 – Palestra Prof. Dr. Washington Cesar Shoiti Nozu – UFGD

- EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESPECIAL: ARTICULAÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS

24/05/2023 – Mesa Redonda

- Educação Especial no ensino Superior: Profa. Me. Vanderlize Simone Dalgalo –

UNIOESTE

- Sala de Multifuncional (NUESPE-CRE 8 e GEMED-Naviraí): Verônica Alves Porto Lima e Eliane Barbosa Lima

- Sala de Multifuncional (Secretaria do Município): Margarete Cardoso

- Tecnologias Assistivas e Atendimento Especializado: Suzana Marssaro Santos Sakaue

25/05/2023 – Mesa Redonda

- A inclusão além do muro das escolas: mais que um direito, um dever! Profa. Dra. Mariana Dezinho – UFGD

- Associação Naviraiense das Pessoas com Deficiência – ANPEDE: Qual é o nosso trabalho hoje;

- Associação de Pais e Amigos Excepcionais – APAE – Apresentação cultural;

- CLÍNICA DE REABILITAÇÃO NEUROFUNCIONAL SUPERAR: Quem somos nós – Profissionais da Clínica SUPERAR

26/05/2023 – Apresentação de Trabalhos na UFMS/CPNV, nos períodos vespertino e noturno

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



EQUIPE DE ORGANIZAÇÃO DOS ANAIS DA
XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE
NAVIRAÍ

- Márcia Aparecida Rodrigues Mateus

- Maria das Graças Fernandes de Amorim dos Reis

O conteúdo dos textos que compõe os Anais da **XV Jornada Nacional de Educação de Naviraí** é de inteira responsabilidade de seus autores, bem como a revisão gramatical.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



CURSO DE PEDAGOGIA

Diretor do CPNV: Prof. Dr. Marco Antonio Costa da Silva

Coordenadora do Curso de Pedagogia: Profª Drª Larissa Wayhs Trein Montiel

Agradecimentos a todos/as os/as colaboradores da
**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ: EDUCAÇÃO
ESPECIAL E INCLUSIVA: QUESTÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS**

EQUIPE DE ORGANIZAÇÃO DO EVENTO

Acadêmicos do Curso de Pedagogia UFMS/CPNV

Técnicos Administrativos da UFMS/CPNV

Profª Drª Amanda de Mattos Pererira Mano

Profª Drª Ana Carolina Faustino

Profª Drª Célia Regina de Carvalho

Profª Drª Cléia Renata Teixeira de Souza

Profª Drª Erika Natacha Fernandes de Andrade

Profª Drª Josiane Peres Gonçalves

Profª Drª Larissa Wayhs Trein Montiel

Profª Me. Márcia Aparecida Rodrigues Mateus

Profª Drª Maria das Graças Fernandes de Amorim dos Reis

Profª Drª Roseli Maria Rosa de Almeida

Naviraí/MS

2023

SUMÁRIO

A EDUCAÇÃO E A INCLUSÃO NO CONTEXTO PÓS-PANDEMIA	010
A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A SUA CONCEPÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	014
A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM	022
A IMPORTÂNCIA DA ROTINA DA CRECHE NA INFÂNCIA DAS CRIANÇAS DE 04 MESES A 3 ANOS	027
A INSERÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL	031
A MODELAGEM MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA COM CRIANÇAS DA FAIXA ETÁRIA DE 4 A 5 ANOS	036
A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA À LUZ DO MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA	041
ABORDAGEM BIOGRÁFICA NOS ESTUDOS SOBRE TRAJETÓRIA DOCENTE	046
ADEQUAÇÕES DE RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA DEFICIENTES VISUAIS	051
AS PRÁTICAS VIVENCIADAS NO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NO CIEI MARIA JOSÉ CANÇADO	058
BIBLIOTECAS ESCOLARES EM NAVIRAÍ (1986-2010): CULTURA ESCOLAR E HISTÓRIA	064
BRINCADEIRAS INFANTIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO LAR DAS CRIANÇAS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ-MS	070
DEBATES ACERCA DA SEXUALIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: APROXIMAÇÕES NECESSÁRIAS	074
DISLEXIA: PERCEPÇÕES E AÇÕES NO CONTEXTO ESCOLAR	080
EDUCAÇÃO VICENTINENSE: APONTAMENTOS SOBRE OS SEUS PRIMÓRDIOS (1958-1990)	085
ESCOLA EM FOCO A PARTIR DO OLHAR DE ESTUDANTES EM UM ESPAÇO DE REFLEXÃO	091
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL,	

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023



(ISSN 2178-2431)

CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA: UM OLHAR PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA DO IFMS CAMPUS NAVIRAÍ, TURMA 2017	096
INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA REDEREGULAR DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ- MS	102
INCLUSÃO ESCOLAR: REFLEXÕES PAUTADAS NO MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA	108
MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO NO CURSO DE HISTÓRIA CEUD/UFMS: BREVES PONDERAÇÕES ACERCA DO JORNAL HORA H	114
O <i>STOP MOTION</i> COMO ARTE: UMA POSSIBILIDADE PARA A EDUCAÇÃO ESTÉTICA	120
O TRABALHO COMO FORMA DE INCLUSÃO EXCLUSÃO PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE	126
O TRABALHO DOCENTE NO INSTITUTO FEDERAL: A EXTENSÃO COM BASE EM TEMÁTICAS ÉTNICO-RACIAIS	132
O USO DE QR CODE NO ENSINO DE GEOGRAFIA	138
OS ADOLESCENTES E AS TECNOLOGIAS DIGITAIS	144
PRODUÇÃO DE MATERIAL PARA ENSINO DE LIBRAS COMO L2: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO SURDO JIU JITSU	150
RELATO DE ATIVIDADE EM DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: MAPA MENTAL	155
RELATO DE EXPERIÊNCIA DA ATIVIDADE DE EXTENSÃO: 4ª FEIRA DE PROFISSÕES DE NAVIRAÍ	159
RELATO DE EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA DO SUBPROJETO DE ALFABETIZAÇÃO DA UFMS-CPNV	164
RELATO DE EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O ENSINO DE LIBRAS COMO INTERAÇÃO E EXPERIÊNCIA LINGUÍSTICA	169
RELATOS DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DE EXTENSÃO: EXPERIÊNCIAS DOS ESTUDANTES DO PROESCA	173
RELATOS DE EXPERIÊNCIA PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL - PET PARA A FORMAÇÃO DURANTE A GRADUAÇÃO	178

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023



(ISSN 2178-2431)

RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: A RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA REFLEXIVA	184
RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL	189
SUPERANDO DESAFIOS E TRANSFORMANDO VIDAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO COM ACADÊMICOS COM DEFICIÊNCIA	195
VIVÊNCIAS DE UM PARQUE SONORO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE NAVIRAÍ – MS	202
VIVÊNCIAS DO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: O CURRÍCULO DO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM ENFÂSE NA LINGUA PORTUGUESA	206

A EDUCAÇÃO E A INCLUSÃO NO CONTEXTO PÓS-PANDEMIA

Luisa Leal Susin¹

(AMF, luisa.leal.amf@gmail.com)

Paula Xavier Scremin²

(AMF, paulaxaviers@hotmail.com)

Eixo: Inclusão, Diversidade, Educação Especial e Contextos não Escolares;

Introdução

A educação inclusiva apresenta uma política definida e tem o objetivo de assegurar que alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades sejam inseridos no ensino regular com garantias de continuidade também em níveis mais elevados de ensino. (BRASIL, 2008).

Neste sentido, as três esferas de governo, complementarmente, precisam garantir a oferta de educação de qualidade para todos, independentemente da sua condição de saúde, limitações físicas e cognitivas. A obrigação da oferta educacional consta na Constituição Federal de 1988, no artigo 206, inciso I, que estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, atribuindo ao Estado o dever de oferta do atendimento especializado em educação e ainda, menciona que isso deve ser feito preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1988).

No decorrer da pandemia da COVID-19, nem sempre foi possível atender a este direito fundamental, uma vez que a nova condição de oferta que se impôs de forma emergencial, no modelo remoto ou em alguns casos, híbrido, inviabilizou a continuidade ou desenvolvimento das ações regulares que já estavam sendo conduzidas ou que vinham sendo implementadas, na

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Antonio Menegheti Faculdade.

² Docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Antonio Menegheti Faculdade.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



maioria das Instituições de Ensino Regular. Assim, a pandemia e a necessidade de migração para o ensino remoto expuseram de forma muito mais intensa as demandas para oferta ininterrupta e de qualidade da educação em todos os níveis, mas especialmente na oferta educacional inclusiva.

Metodologia

Este estudo realizou levantamento das publicações nacionais do período da pandemia e do pós-pandemia, na busca de informações acerca de opções pedagógicas aplicadas ou desenvolvidas para o enfrentamento da emergência sanitária no Brasil, no que tange a educação inclusiva. Os dados levantados permitem a compreensão sobre as alternativas escolhidas e sua eficácia ou não para a minimização dos danos causados pela interrupção da oferta educacional presencial. A partir deste levantamento, tem-se também o propósito de constituir um banco de dados e repositório de documentos para auxiliar na orientação de demandas futuras em eventuais novos contingenciamentos.

Análise dos Dados

Este estudo permitiu que, a partir da literatura levantada, fossem extraídas informações, opiniões e destaques relevantes para a produção de um texto crítico e propositivo sobre o ambiente educacional vivido e suas consequências atuais e futuras. A pandemia da COVID-19 não foi democrática nos danos causados à educação, uma vez que grupos sociais mais vulneráveis foram afetados mais intensa e irreversivelmente do que àqueles mais bem posicionados socioeconomicamente. Os desafios foram muito maiores e muitas vezes insuperáveis para famílias que já viviam à margem do processo educacional devido ao fato de que eles nem mesmo tinham o acesso e conhecimento da tecnologia, impondo-os um ambiente excludente. (GRANDIZIOLI, JACOBI E MARCHINI, 2020). Todos foram impactados e as reações foram as mais diversas, transitando entre a total apatia e o estabelecimento de uma nova conduta pedagógica e didática aparentemente aplicável, contudo de difícil implementação em nossa realidade e por isso, nem sempre suficiente e bem-sucedida. (FONTANA, 2020).

Embora a educação especial e os esforços pela ampliação de oportunidades para a

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



educação inclusiva apresentem algumas evidências importantes de desenvolvimento, o momento pandêmico e a conseqüente desmobilização (não intencional – mesmo assim ocorrida) provocou efeitos negativos que poderão perdurar por muitos anos e representar perdas importantes no espaço cultural e coletivo que estava sendo criado com tanto esforço. Fato é que o ensino remoto foi utilizado de forma emergencial e por um tempo limitado, e assim deve ser, pois representou uma alternativa para uso em massa apenas para situações emergenciais, devido a sua ineficácia com instrumento de educação inclusiva. (ANPED, 2020)

O ensino remoto trouxe diversas aflições aos estudantes, familiares e em especial para os professores. O aumento da carga de trabalho (FONTANA, 2020) e a mudança imediata de método de ensino (do presencial para o remoto) sem um período efetivo para capacitação e ajustes, promoveu inúmeras dúvidas em todos, principalmente pela perda de qualidade e a incerteza da efetividade do novo modelo. Isto ficou muito bem demarcado quando a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, manifestou que o sinergismo e complementaridade nas forças entre gestores, poder público, professores e familiares é fundamental para garantir, em especial neste momento, o ensino e a aprendizagem das crianças brasileiras. A União considera que deve haver investimentos em formação continuada, em melhores condições de trabalho, num trabalho de conscientização das famílias para que os alunos possam aprender, caso contrário os prejuízos serão imensuráveis nos anos seguintes, em todos os níveis de educação, contudo, esta lacuna é ainda maior quando pensamos na perspectiva da Educação Inclusiva e na garantia do direito à educação das pessoas com deficiência. (AGÊNCIA BRASIL, 2021), (ANPED, 2020)

Considerações Finais

Baseado em publicações pesquisadas no período, podemos entender que em períodos de contingência as mídias sociais, as ferramentas eletrônicas e todos os demais recursos que estiverem ao alcance da comunidade escolar podem ser utilizadas para migração ao modelo remoto, contudo ficou muito evidente que é necessário investimentos importantes em infraestrutura e formação e valorização profissional para que o método remoto tenha sucesso. Além disso, as famílias de menor poder econômico precisam receber amparo material, tecnológico e educacional para que seus filhos possam acompanhar satisfatoriamente as

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



eventuais mudanças dos modelos educacionais.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, MEC. 2008. Disponível em: portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

FONTANA, M.I., ROSA, M.A., KAUCHAKJE, S. A educação sob o impacto da pandemia Covid-19: uma discussão da literatura. **Revista Praxis**, Volta Redonda, v.12, n.1(Sup), 2020, p. 97-109.

GRANDIZIOLI, E; JACOBI, P.R & MARCHINI, S. Educação e pandemia: desafios e perspectivas. *Jornal da USP* [online], São Paulo, 12/08/2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/educacao-e-pandemia-desafios-e-perspectivas/>. Acesso em: 03 maio 2023.

NASCIMENTO, A.S.B.; SOUSA, D.L.S. & VERSOLATO, M.S. O impacto da pandemia na Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: um balanço preliminar pela ótica de professores de Atendimento Educacional Especializado na Rede Municipal de Santo André-SP. ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação [online], São Paulo, 19/12/2020. Disponível em: <https://anped.org.br/news/o-impacto-da-pandemia-na-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-um-balanco>. Acesso em: 20 abr. 2023.

TOKARNIA, M. Pandemia causa impactos na alfabetização de crianças. Agência Brasil. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-09/pandemia-causa-impactos-na-alfabetizacao-de-criancas>. Acesso em: 10 fev. 2023.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A SUA CONCEPÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Lourdes Aparecida Machado Braga³
(GEMED; bragalourdes1998@gmail.com)

Lucineia Silva de Oliveira⁴
(oliveiralucineia4646@gmail.com)

Maria Madalena Freitas Barbosa⁵
(GEMED, lena_fesb@gmail.com)

Eixo: Inclusão, Diversidade, Educação Especial e Contextos não Escolares

Introdução

O contexto educacional das instituições escolares tem o objetivo de formar preparar o cidadão crítico e reflexivo e prepará-lo para o mercado de trabalho, assim atender criança desde pequena até se tornar um adulto, nesse contexto tem-se a importância do tema a educação especial e a educação infantil: uma realidade.

Assim, o trabalho traz alguns pontos para compreender como são realizadas as práticas de inclusão das crianças deficientes que necessitam de atendimento especializado para conseguir superar as suas limitações por meio de ações pedagógicas específicas para atenderas suas peculiaridades, previstas em leis e com profissional de nível superior na área específica. Tem como objetivo compreender como essa educação acontece de acordo com as leis de atendimento; verificar a formação dos educadores, averiguar como podem ser organizadas as

³ Professora de Educação Infantil e da SED - Secretatia de Educação, Pós-graduação em Educação Infantil series Iniciais, Psicopedagogia, Neuropedagogia e Educação Especial.

⁴ Professora, Pós-Graduação em Educação Especial e Educação Infantil series Iniciais.

⁵ Professora de Educação Infantil e SED - Secretatia de Educação, Pós-graduação em Educação Infantilseries Iniciais, Psicopedagogia, Neuropedagogia e Educação Especial.

ações pedagógicas para atender a clientela; compreender como essa educação acontece de acordo com as leis de atendimento.

Dessa forma, a pesquisa tem como finalidades investigar como está ocorrendo a inclusão das crianças deficientes que precisam de atendimento voltadas as suas especificidades no contexto de ensino e aprendizagem nas instituições de educação infantil. A averiguação ocorrerá por meio de uma pesquisa bibliográfica, de acordo com Fonseca (2002, p.32):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meio escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

Enfim, pontua-se que a educação especial é o caminho que garante às crianças com deficiência serem respeitadas em suas especificidades com direitos garantido em lei, ser reconhecida como seres iguais aos outros, sem preconceito ou qualquer tipo de rejeição. Que ela possa sentir-se pertencente ao ambiente em que está acolhida.

Educação especial e sua percepção na educação infantil

O processo educacional se dá num sistema que compreende todas as etapas do ensino, no qual é constituído por Educação, Infantil, Fundamental e Médio, nesse sentido toda criança, jovens e adultos tem direito a um ensino de qualidade, sendo a educação especial uma delas, desse modo pode-se verificar o sentido da inclusão de alunos deficientes, superdotados ou com síndromes, de modo a ser assegurada de frequentar o ensino regular, seja qual for a etapa que lhe corresponde.

Conforme a Resolução CNE/CEB Nº 2 Art. 3º, (BRASIL, 2001, p. 69) encontra-se o significado de educação especial, segundo o Art. 3º:

Por educação especial, modalidade da educação especial, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023



(ISSN 2178-2431)

constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e deem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva. (BRASIL, 2001, p. 69)

Assim a resolução CNE/CEB nº2, no Art.3º assegura as ações pedagógicas com intuito de promover atendimento especializado para todas as modalidades da educação, como criar espaço funcional com princípio de atendimento e acolhimento para ajudar superar as suas dificuldades. Toda criança tem direito a uma educação de qualidade, com acolhimento individualizado em suas dificuldades, segundo a Constituição Federal (BRASIL, 1988).

De acordo com as diretrizes entende-se por inclusão:

[...] a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na quiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida. (BRASIL, 2001, p. 20)

Portanto, nos anos de 1990, a conferência mundial para discutir e promover atendimento às crianças com algum tipo de anomalia, espectro ou síndrome, no qual precisam ser vistas de acordo com a sua deficiência, assim ao “quebrar barreiras cristalizadas em torno de grandes estigmatizados” (WERNECK, 1997, p. 45).

A Educação Especial e Educação Inclusiva foi iniciada a partir do resultado realizado da conferência Mundial em Educação Especial organizada pelo governo da Espanha em parceria com a UNESCO, em Salamanca no ano de 1994:

Reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reendossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados” (SALAMANCA, 1994, p.01)

Após essa conferência, no Brasil começaram a surgir espaços especializados que visam o atendimento as crianças com algum tipo de deficiência, garantindo assim o seu direito de frequentar a escola do ensino regular, tal como está explícito na Constituição Federal (CF), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), os quais garante às suas necessidades e devem ser atendidas de acordo com a suas especificidades.

De acordo com Ferreira (2018, p. 4),

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



Modalidade de ensino na qual o processo educativo deve ser considerado como processo social em que todas as pessoas, com deficiência ou não, têm o direito a escolarização. É uma educação voltada para a formação completa e livre de preconceitos que reconhece as diferenças e dá a elas seu devido valor (FERREIRA, 2018, p. 4).

Dessa forma “é importante permitir que crianças e jovens partilhem do mesmo espaço de vivência independente de suas limitações, assim se constrói uma sociedade livre de preconceito e com mais oportunidades”. (SANTOS, 2015, p. 06)

Segundo a LDB os princípios e conclusões da educação escolar, dispostos nos artigos 2º e 3º, são: Art. 2º “A educação, dever da família e do Estado, idealizados nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”, tendo como desígnio integral do desenvolvimento do educando de modo a exercer a sua cidadania e formação profissional. (BRASIL, 1996).

Sendo assim, criar um ambiente de igualdade de oportunidades como um todo com uma visão de sociedade justa, com as contribuições de promover uma solidariedade igualitária no seu desenvolver e aprender, colocando ela como um ser que precisa de compreensão e entendimento.

A educação especial e a inclusão na educação infantil

Na contextualização da história da infância, a criança era vista como um ser em segunda estância, resumida no que tangia atendimento de cuidar, no qual suas mães precisavam trabalhar, ter um lugar para deixar suas crianças, sobre o olhar de assistencialismo.

Anos foram se passando, as mudanças foram ocorrendo, nesse sentido a valorização da criança como um ser de direito foi abrindo espaço para a inclusão dos deficientes. Havia a necessidade de cooperação e reconhecimento conforme destaca o Artigo. 208 da CF. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV- educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade (...). (BRASIL, 1988). Destaca-se que

compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais. Embora os conhecimentos derivados da psicologia, antropologia, sociologia, medicina, etc. possam ser de grande valia para desvelar o universo infantil apontando algumas

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



características comuns de ser das crianças, elas permanecem únicas em suas individualidades e diferenças (BRASIL, 1998, p.22).

Considera-se que é papel da educação formal proporcionar ao educando o desenvolvimento de todas as suas potencialidades para superar o meio social já existente e a escola tem o dever de se organizar para atender a necessidade do educando no sentido de oferecer uma educação de qualidade que atenda a especificidades de cada um, procurando promover o bem estar na concepção de se tornarem sujeitos críticos, reflexivos e participativos.

ir não é só integrar [...] Não é estar dentro de uma sala onde a inexistência de conscientização de valores e a aceitação não existem. É aceitar integralmente e incondicionalmente as diferenças de todos, em uma valorização do ser enquanto semelhante a nós com igualdade de direitos e oportunidades. É mais do que desenvolver comportamentos, é uma questão de conscientização e de atitudes. (CAVACO, 2014, p. 31)

Portanto, ao ingressar, a criança com deficiência na educação infantil existe a necessidade de atender as suas especificidades, de modo a oferecer o tratamento adequado, de acordo com a sua dificuldade dentro do ambiente escolar.

Neste sentido, algumas instituições estão preparadas para atender os discentes com deficiência, com ações pedagógicas que englobam o educar e o ensinar para proporcionar às crianças brincadeiras lúdicas que são adaptadas de acordo com a dificuldade, de modo a atender e promover conhecimento e aprendizagem. O Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil (RCNEI) afirma que:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. (BRASIL, 2009, p.23)

Assim, quando o profissional especializado promove o acolhimento da criança com deficiência, proporcionará para ela oportunidade de independência e de se sentir parte do ambiente que está inserida, pois a LDB (1996) ressalta que todo o profissional em educação deve ter formação em ensino superior em docência com conhecimentos e informações característicos da área. Logo:

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação,

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023



(ISSN 2178-2431)

inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a ofertados serviços e recursos de educação especial. (BRASIL, 2015, p.13)

Diante dessa contextualização, a inclusão é um acontecimento importante, pois exige formação de nível superior, interessante pensar as instituições escolares e o espaço de conhecimento e aprendizagem, se tem profissionais capacitados para atender a dificuldade de cada clientela, ou seja, deve buscar atender e desenvolver ações pedagógicas que possam utilizar a práxis do educar e ensinar incluindo as crianças com deficiência.

Diante da inclusão cabe a cada escola, em um trabalho realizado pela ação coletiva de seus profissionais- professores, gestores, funcionários e equipe pedagógica- construir sua identidade e encontrar suas formas de educar com sucesso todas as crianças. Inclusive aquelas com necessidades especiais. (CORREIA, 2013, p. 700)

As instituições escolares procuraram desenvolver ações pedagógicas com os seus profissionais na busca de criar e organizar planejamentos que sejam adaptados para atender as necessidades de alguns alunos da educação especial, sendo realizada e já vivenciada em muitos âmbitos escolares.

Logo, oportunizar um espaço de acolhimento às crianças com deficiência é criar expectativas de socialização e desenvolvimento de forma a contribuir para que elas tenham respeito e sejam tratadas de igual valor, sem distinção de como deve ser ou agir. Dessa forma contribui para a sua formação psicológica e social, fazendo que almejem alcançar as suas expectativas e esperanças de uma vida normal.

A inclusão é um desafio, que ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria na qualidade da educação básica e superior, pois para que os alunos com e em deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender as diferenças. (MANTOAN, 2007, p. 45)

Quando a escola compreende que a educação especial é parte da sua realidade, promovendo ações pedagógicas no contexto de contribuir para a formação da criança, fazendo com que os seus direitos sejam respeitados e reconhecidos como seres que pensam e agem sem serem questionados e respeitados nas suas especificidades.

Conclusão

A educação escolar é um direito de todo o cidadão, pois é nesse espaço que se adquire o conhecimento e a aprendizagem no qual tem como a finalidade de oferecer e oportunizar uma formação social e profissional. O trabalho foi investigar como a criança deficiente está incluída nesse contexto, pois compreende-se que os seus direitos são assegurados pela lei. Nesse ponto de vista, a inclusão tem realizado o seu papel promovendo de modo igualitário o contexto que compreende a educação e sua inclusão.

Para tanto, foi realizada pesquisas sobre as leis que asseguram a educação especial como um acontecimento histórico nas escolas e instituições infantis, isso só ocorreu após a Conferência de Salamanca que foi o grande marco da educação especial. Assim, passou a ser assegurada o direito de toda criança com necessidades especiais ou deficiência de frequentara escola de ensino regular.

A partir desse momento, as crianças passam ser reconhecidas com seu devido valor de igualdade, buscando de forma justa a se integrar na sociedade como parte dela, dessa forma os autores citados revelam a importância das conquistas e a formação exigida de um profissional que possa atender as suas especificidades de acordo com cada deficiência, ou transtorno e síndrome que possam apresentar.

Cabe as instituições infantis e escolas continuarem a oferecer atendimento que sempre valorizem todas com igualdade de potencialidades, principalmente o que tange a educação infantil, e que busca verificar e acompanhar a sua clientela, e assim poder desenvolver suas ações que sejam voltadas ao atendimento das crianças com intuito de promover acessibilidade e acolhimento no seu processo de desenvolvimento, como foi destacado nas leis de atendimento e na Conferência de Salamanca, enfatizando a importância da educação especial no contexto escolar.

A educação infantil passou a ser uma das etapas de valorização do ensinar e educar, quebrando uma vertente de assistencialismo, favorecendo a aprendizagem das crianças como parte integrante do seu desenvolvimento, e atender, com objetivo de promover a inclusão com dignidade e respeito que todas elas merecem, sejam deficientes ou não.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



Referências

BRASIL, Resolução CNE/CEB n.4/2009. **Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. **Referencial curricular nacional para educação infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 11. ed. Brasília, Câmara dos Deputados, 2015. 46 p.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 mar. 2023.

CAVACO, N. **Minha criança é diferente?** Diagnóstico, prevenção e estratégia de intervenção e inclusão das crianças autistas e com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

CORREA, M. A. M. **A formação de professores para a inclusão**. Seminário internacional inclusão e educação. Rio de Janeiro, 2013.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Conferencia Mundial de Educação Especial**. Salamanca: Espanha, 1994. 17 p.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticos e Prática em Educação Especial**. Conferência Mundial de Educação Especial: s/ed. Junho de 1994.

FERREIRA, F. **Educação Inclusiva**: quais os pilares e o que a escola precisa fazer. PROESC. 2018. Disponível em: <https://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-a-escola-precisa-fazer>. Acesso em: 21 nov. 2023.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

MANTOAN, M. T. E. **A Educação especial no Brasil**: da exclusão à inclusão escolar. 2007. Disponível em: <<http://www.lerparaver/bancodeescola>>. Acesso em: 22 nov. 2023.

SANTOS, G. A. **Os desafios da educação inclusiva na rede pública de ensino**. 2015.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na Sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM

Luci Mara Gavazzoni Marqueti⁶
(UFGD/ludo_gama@hotmail.com)

Eixo: Metodologias do Ensino Fundamental e Tecnologias Digitais

Introdução

A leitura é um elemento essencial para inserir o ser humano no meio social, e cabe à escola exercer o papel principal, sendo assim, o contexto escolar carrega a obrigação de responder por essa ação e introduzir a criança no mundo da leitura, apresentando assim a literatura, instrumento facilitador para conduzir o desenvolvimento da criança usando o mundo imaginário, ou seja, é uma forma mais acessível para as crianças entenderem as numerosas informações que o mundo apresenta-lhes, averiguando assim, melhorias para a realidade. Em virtude da importância da literatura como meio de aprendizagem, esse resumo expandido tem por objetivo contextualizar através de autores que destacam a temática, para melhor entendermos o papel da literatura como instrumento de aprendizagem.

A importância da literatura

Nesse sentido, “É por possuir essa função maior de tornar o mundo compreensível transformando a sua materialidade em palavras de cores, odores sabores e formas intensamente humanas que a literatura tem e precisa manter um lugar na escola” (COSSON, 2009, p.17). Por ser um meio que a criança tem facilidade de interpretação, o imaginário da literatura é uma ferramenta importante para compreensão de mundo, pois a leitura de literaturas podem ajudar a compreender as relações sociais, as emoções, as habilidades sociais, as diferenças culturais e

⁶ Mestranda do programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados – (UFGD-Dourados).

as questões éticas e morais, sendo que a literatura pode auxiliar na compreensão de conceitos importantes de forma lúdica.

Considerando os diversos tipos de leituras, argumenta Soares (2008), a leitura literária é aquela que se faz por prazer, por opção, não por obrigação. Para a autora, esse tipo de leitura é um caminho é instrumento de democratização do ser humano, porque mostra o homem e a sociedade na sua diversidade e complexidade, sendo assim um meio essencial para a democratização cultural. Por meio dos textos literários, o ser humano pode eliminar barreiras de tempo e espaço, percebendo que há lugares, povos e culturas diferentes.

Conforme menciona Barros (2004, p.128), “a leitura, enfim é prática criadora tão importante quanto o gesto da escritura do livro. Pode se dizer, ainda, que cada leitor recria o texto original de uma nova maneira”. Ao recriar um texto a criança está aprimorando sua capacidade de comunicação e aperfeiçoando assim as suas habilidades linguísticas, como compreensão e interpretação e criatividade. Coelho (2000, p.15) ressalta que “A literatura, e em especial a infância, tem uma tarefa fundamental a cumprir nesta sociedade em transformação: a de servir como agente de formação, seja no espontâneo convívio leitor/livro, seja no diálogo leitor/texto estimulado pela escola”. Dessa forma, diante da relação da criança com o texto literário estimulado pela escola ocorre uma troca de informações que faz a criança refletir sobre a vida, a sociedade e o ser humano, permitindo entender a diversidade cultural e as diferentes perspectiva de mundo dos indivíduos e dos grupos sociais, contribuindo assim para a sua formação.

De acordo com Cosson (2009, p.120), “Esse aprendizado crítico da leitura literária, que não se faz sem o encontro pessoal com o texto enquanto princípio de toda a experiência estética, é o que temos denominado aqui de letramento literário”. Para acontecer o processo de letramento literário é preciso ir além de ler e entender os textos, pois envolver uma relação ativa e crítica, incluindo a compreensão das estruturas e elementos. Nesse sentido, o processo de trabalhar com a literatura precisa estar em constantes modificações, identificando e questionando, elaborando e expandindo sentidos para enriquecer os conhecimentos e informações no processo de aprendizagem.

A literatura no contexto escolar

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



Como menciona Cosson (2009, p.27), “No ambiente escolar, a literatura é um lócus de conhecimento e, para que funcione como tal, convém ser explorada de maneira adequada”, ou seja, segundo Cosson (2009), para aprender através da leitura não é preciso responder questionários ou fazer atividades relacionadas aos textos, pois a escola deve proporcionar momentos de ler por prazer que também é essencial para adquirir conhecimentos, ou seja, a leitura por prazer contribui com o desenvolvimento da imaginação e a criatividade, isso ajuda a compreender o texto como pensar fora do conteúdo, bem como a habilidade de analisar e interpretar significados ocultos, expandir o vocabulário, conhecimento da gramática, frases em diferentes contextos, aprendizado cultural e ampliação dos horizontes. Conforme menciona Coelho (2000, p.16)

[...] a escola é, hoje, o espaço privilegiado, em que deverão ser lançadas as bases para a formação do indivíduo. E, nesse espaço, privilegiamos os estudos literários, pois de maneira mais abrangente de quaisquer outros, eles estimulam o exercício da mente; a percepção do real em suas múltiplas significações; a consciência do eu em relação ao outro; a leitura do mundo em seus vários níveis e, principalmente, dinamizam o estudo e conhecimento da língua, da expressão verbal significativa e consciente [...]

De acordo com Coelho (2000), a literatura pode ampliar horizontes, contribuir para a formação da identidade e da subjetividade dos estudantes, favorecendo o desenvolvimento da criatividade e da imaginação, bem como o aprimoramento da linguagem e da escrita, sendo assim é fundamental que a escola desempenhe um papel ativo na promoção da leitura e na formação de leitores críticos e reflexivos, reconhecendo a importância da literatura como ferramenta que auxilia no processo de formação.

Sobre a prática de leitura no ambiente escolar, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Língua Portuguesa ressaltam: “O Trabalho com leitura tem como finalidade a formação de leitores competentes e, conseqüentemente, a formação de escritores, pois a possibilidade de produzir textos eficazes tem sua origem na prática de leitura, espaço de construção da intertextualidade e fonte de referências modelizadoras” (BRASIL, 1997, p. 43).

A leitura é uma habilidade fundamental a ser desenvolvida na escola, pois é por meio dela que se adquire conhecimento, se amplia o repertório cultural e se transforma a realidade. Por meio dos textos lidos em sala de aula e os elementos que compõe-autor, assunto, gênero textual, o aluno não deve ser levado apenas à decodificação da letra, mas ao sentido real que o texto revela o que, leva o aluno a alcançar um aprendizado significativo.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



Nesse sentido os PCNs de Língua Portuguesa afirmam que:

Formar um leitor competente supõe formar alguém que compreenda o que lê; que possa aprender a ler também o que não está escrito, identificando elementos implícitos; que estabeleça relações entre o texto que lê e outro texto já lidos; que saiba que vários sentidos podem ser atribuídos a um texto; que consiga justificar e validar a sua leitura a partir da localização de elementos discursivos. (BRASIL, 1997, p.43)

A prática da leitura no contexto escolar deve ter sentido tanto para o aluno quanto para o professor, seja em uma atividade norteadora, ou para pensar, duvidar e perguntar, a leitura abre assim um leque de possibilidades a ser exploradas, despertando o prazer para a leitura e formando pessoas conscientes e formadoras de opinião.

Considerações finais

A importância da literatura para o aprendizado é indiscutível, pois ela possibilita o desenvolvimento de diversas habilidades e competências que são essenciais para a formação dos indivíduos. A literatura abre um leque para os leitores, pois permite que se identifiquem com os personagens e situações vividas em diferentes épocas e lugares, enriquecendo a sua compreensão da realidade. Através da leitura de literaturas é possível desenvolver habilidades linguísticas, melhorar a compreensão e interpretação de textos, além de ampliar o vocabulário e a capacidade de expressão. É por meio da leitura desses textos que se pode obter uma ampla visão de mundo, conhecer diferentes culturas e costumes, além de desenvolver a capacidade de análise, reflexão e construção de ideias. Em relação à função da literatura como meio de aprendizagem, sabemos que os livros sozinhos jamais irão alcançar esse patamar, pois é necessário um trabalho em conjunto com a contribuição do docente, escola e aluno para que a literatura venha ao encontro de um aprendizado significativo.

Referências

BARROS, José D' Assunção. **A história cultural e a contribuição de Roger Chartier.** Artigo referente ao livro. O campo da história- Especialidade e Abordagens, Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa.** 1ª a 4ª série. Brasileira: MEC/SEF,

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



1997.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil**: teorias, análises, didática, São Paulo: Moderna 2000.

COSSON, Rildo. **Letramento Literário**: história e prática. 3º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

SOARES, Magda. **Leitura e democracia cultural**. In: SANTOS, Maria Aparecida Paiva Soares dos. et.al.. Democratizando a Leitura. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica, 2008. p. 17-32.

A IMPORTÂNCIA DA ROTINA DA CRECHE NA INFÂNCIA DAS CRIANÇAS DE 04 MESES A 3 ANOS

Cristiana Mariano⁷

(GEMED/Cristiana.mariano@gmail.com)

Célia Silva da Rocha⁸

(GEMED/celiasilvarochafernandes@gmail.com)

Eixo: Educação Infantil, Arte e Formação de Professores

Introdução

Uma rotina estruturada e consistente na creche proporciona um ambiente favorável ao crescimento e ao aprendizado das crianças, além de contribuir para a formação de bases sólidas para seu desenvolvimento futuro. A professora trabalha para promover a interação entre os alunos, ensinando habilidades de comunicação, resolução de conflitos e cooperação. Ela cria um ambiente acolhedor e afetivo, onde as crianças se sentem seguras para expressar seus sentimentos e explorar suas emoções. E por fim ela observa e registra o progresso de cada aluno em diferentes áreas, como linguagem, habilidades motoras e cognitivas. Isso permite que ela identifique as necessidades específicas de cada criança e adapte as atividades e estratégias de ensino de acordo com suas habilidades e interesses.

A creche como muitos pensam que é somente assistencialismo, ou cuidar somente da criança, não reconhecem o verdadeiro trabalho da instituição e dos profissionais envolvidos. Assim, estamos relatando os aprendizados e benefícios que uma criança tem ao ingressar em uma creche.

A rotina da creche desempenha um papel crucial no desenvolvimento das crianças,

⁷ Professora da Educação Infantil no município de Naviraí.

⁸ Professora da Educação Infantil no município de Naviraí.

oferecendo uma estrutura consistente, previsível e organizada para elas.

Metodologia

A importância da rotina na creche pode ser observada em vários aspectos. Nesse intuito podemos dizer que a instituição que foi criada para uma finalidade. A creche desempenha um papel crucial no desenvolvimento e bem-estar da criança, esses aspectos foram observados no cotidiano de uma creche e analisados pelas professoras com base nos estudos referenciados.

Aqui estão algumas razões importantes sobre a importância da creche:

- **Segurança emocional:** A rotina proporciona segurança emocional para as crianças. Elas se sentem confortáveis e confiantes quando sabem o que esperar ao longo do dia. A previsibilidade da rotina ajuda as crianças a lidarem melhor com a separação dos pais, diminuindo a ansiedade e o estresse.
- **Desenvolvimento social e emocional:** A rotina da creche oferece oportunidades para o desenvolvimento social e emocional das crianças. Elas aprendem a interagir com os colegas, a compartilhar, a esperar a sua vez e a resolver conflitos de forma adequada. A rotina também pode incluir momentos dedicados à expressão de emoções, como atividades de contação de histórias ou círculos de conversa. A creche oferece um ambiente propício para as crianças interagirem com seus pares. Essas interações promovem o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, ajudando as crianças a construir relacionamentos saudáveis e a desenvolverem uma autoimagem positiva.
- **Desenvolvimento cognitivo:** A rotina estruturada da creche contribui para o desenvolvimento cognitivo das crianças. Através de atividades planejadas, como jogos educativos, leitura em grupo e atividades de aprendizado direcionadas, as crianças têm a oportunidade de explorar e expandir seu conhecimento, desenvolvendo habilidades cognitivas fundamentais, como linguagem, pensamento lógico e resolução de problemas.
- **Hábitos saudáveis:** A rotina da creche ajuda a estabelecer hábitos saudáveis nas crianças, como horários regulares para alimentação, sono e higiene. Esses hábitos são fundamentais para o bem-estar físico e emocional das crianças e contribuem para o desenvolvimento de uma rotina saudável ao longo da vida.
- **Autonomia e responsabilidade:** A rotina da creche proporciona às crianças a oportunidade

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



de desenvolverem autonomia e responsabilidade. À medida que se envolvem em atividades diárias, como arrumar seus pertences, participar de tarefas em grupo e seguir instruções, elas aprendem a cuidar de si mesmas e a se tornarem mais independentes.

- Estímulo e aprendizado: As creches são projetadas para fornecer um ambiente de aprendizado estimulante, onde as crianças têm acesso a uma variedade de atividades educativas. Isso inclui jogos, brincadeiras, histórias, música e artes, que contribuem para o desenvolvimento cognitivo, linguístico e motor das crianças. A exposição precoce a estímulos educacionais ajuda a construir uma base sólida para o aprendizado futuro.

- Rotina e estrutura: A creche oferece às crianças uma rotina regular e uma estrutura previsível, o que é essencial para seu desenvolvimento. Uma rotina consistente ajuda as crianças a se sentirem seguras e confiantes, promovendo a autoestima e a autonomia. Além disso, a creche proporciona oportunidades para as crianças desenvolverem habilidades de autogerenciamento, como seguir instruções, lidar com regras e participar de atividades em grupo.

- Preparação para a escola: A creche desempenha um papel fundamental na preparação das crianças para a transição para a escola. Elas aprendem a se adaptar a um ambiente estruturado, a seguir regras, a interagir com diferentes adultos e crianças, além de desenvolver habilidades acadêmicas e sociais essenciais. A creche ajuda a criar uma base sólida para a futura educação formal.

- Suporte às famílias: A creche também desempenha um papel importante em apoiar as famílias. Ao fornecer cuidados confiáveis e de qualidade, permite que os pais trabalhem ou estudem, contribuindo para a estabilidade econômica e emocional da família. Além disso, a creche oferece uma oportunidade valiosa para que os pais se envolvam na educação de seus filhos, por meio de reuniões, eventos especiais e comunicação regular com os professores.

Como professoras atuantes em sala de aula, identificamos que a rotina da creche é importante porque oferece segurança emocional, promove o desenvolvimento social, emocional e cognitivo, estabelece hábitos saudáveis e incentiva a autonomia e responsabilidade das crianças. Além de promover interações positivas entre as crianças, como a socialização com pessoas que não são da sua família.

Referências

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023



(ISSN 2178-2431)

KISHIMOTO, T. M. Brinquedos e materiais pedagógicos nas escolas infantis. **Educação e Pesquisa**, v. 27, n. 2, p. 229-245, julho/dezembro, 2001.

PERRENOUD, P. O bom senso não basta para educar crianças pequenas. **Pátio: educação infantil**. Ano I, n.2, p.18-20, agosto/novembro, 2003.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WALLON, H. **As origens do pensamento na criança**. São Paulo: Monole, 1989.

A INSERÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL

Lourdes Aparecida Machado Braga⁹
(GEMED, bragalourdes1998@gmail.com)

Lucinéia Silva de Oliveira¹⁰
(Professora, oliveiralucineia4646@gmail.com)

Eixo: Inclusão, Diversidade, Educação Especial e Contextos não Escolares

Introdução

O artigo é decorrência de um estudo sobre a inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular. A legislação nacional parte da conjectura que a educação inclusiva distinguir-se quando existe um aumento do ingresso à educação dos grupos que tem como contexto histórico de exclusão colocação de sua classe, etnia, gênero, idade e deficiência. (FUMEGALLI, 2012.)

A temática pretende apresentar uma pesquisa sobre a inclusão de aluno com deficiência intelectual no ensino básico e suas dificuldades. Assim o artigo tem como objetivo investigar as ações de ensino aprendizagem do estudante com deficiência intelectual. Portanto, reconhecer que um direito de todas as pessoas com deficiência a frequentar a escola regular é assegurado nas leis vigentes, de forma a garantir que o aluno receba uma educação de qualidade, neste sentido cabe a escola, o espaço adequado garantir uma aprendizagem, de acordo com o que pode ser notado, uma visão de mundo, no qual possa tornar-se autônomo e independente.

A pesquisa e de caráter bibliográfica está pautada em teses e livros que foram

⁹ Professora de educação Infantil e ensino Médio.

¹⁰ Rio Amanbai, Sistema operacional.

encontradas na internet, que estão relacionados com discussão de estudiosos da área.

Deficiência intelectual

Os meios que de forma e constitui a formação do ser humano é uma coisa que muitos pesquisadores estão estudando para descobrir os mecanismos que constitui a formação do cérebro, dessa forma quando o indivíduo apresenta algum distúrbio no sistema e necessário ter o acompanhamento de um especialista que vai apontar a causa do problema, e poder dar o apoio, no caso dos deficientes cerebrais não é diferente que é considerado como um distúrbio.

A Deficiência Intelectual é consequência, sempre, de uma alteração na função cerebral, gerada por fatores genéticos, distúrbios na gestação, problemas no parto ou na vida após o nascimento. Um dos maiores desafios enfrentados pelos pesquisadores da área é que em grande parte dos casos estudados essa alteração não tem uma causa conhecida ou identificada. Muitas vezes não se chega a estabelecer claramente a origem da deficiência. Entre os inúmeros fatores que podem causar a deficiência intelectual, destacam-se alterações cromossômicas e gênicas, desordens do desenvolvimento embrionário ou outros distúrbios estruturais e funcionais que reduzem a capacidade do cérebro Associação Americana sobre Deficiência Intelectual do Desenvolvimento AAIDD, distinguir-se por um funcionamento intelectual inferior à média (QI). (LEITE, 2014, p.1)

Segundo a AAMR (2006) a forma de compreender as alterações que o indivíduo apresenta, pois, sendo uma decorrência da alteração do cérebro, em alguns casos não podem ser identificados as causas, mas podem ser observadas algumas alterações como destaca a Associação Americana sobre Deficiência Intelectual do Desenvolvimento.

1. As limitações no funcionamento atual devem ser consideradas dentro do contexto dos ambientes da comunidade característicos das pessoas da mesma faixa etária e da mesma cultura do indivíduo [...]. 2. A avaliação válida considera a diversidade cultural e linguística, e também as diferenças nas comunicações, nos fatores sensoriais, motores e comportamentais [...]. 3. Em cada indivíduo, as limitações frequentemente coexistem com as potencialidades [...]. 4. Um propósito importante ao descrever as limitações é o desenvolver um perfil aos apoios necessários [...]. 5. Com apoios personalizados apropriados durante um determinado período de tempo, o funcionamento cotidiano da pessoa com retardo mental em geral melhora [...]. (AAMR, 2006, p.20).

Dessa maneira ao observar as características relacionadas podem ser percebidas e diagnosticadas por um especialista da área, fazendo com que pode ser utilizar métodos para ajudar a desenvolver o aluno. Antes de ser conhecido como deficientes os que apresentavam alguns distúrbios receberam várias nomenclaturas como portadores de necessidades especiais

ou deficiência mental.

As dificuldades da aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual no ensino fundamental

No desenvolvimento o ser humano apresenta formas que são compreendidas como processo de aprendizagem pode ser pelo meio familiar e social, quando isso ocorre o sujeito dito normal aprende, nos casos que apresenta algum tipo de deficiência pode acontecer de forma mais lenta no caso do indivíduo com deficiência intelectual as dificuldades são de maneiras lenta.

Segundo Oliveira (2014) o aluno com deficiência intelectual tem problema de estabelecer como os demais alunos e se explica na sua aptidão cognitiva, principalmente quando está inserido na escola no qual bloqueia a ação da aprendizagem quando o conteúdo não está direcionado a ele, e o fator que dificulta muitas vezes e que o docente desconhece o problema da criança.

Por isso a importância da inclusão, uma vez que a adaptação ao conteúdo escolar não favorecem o aluno, pois apresenta um desenvolvimento abaixo da média, que provem de suas atitudes, que muitas vezes não são da sua deficiência, mas da capacidade de visão que as pessoas de verificar a razão da dificuldade e aptidões que o indivíduo apresenta, quando estes não são levados em consideração para o seu aprendizado. (OLIVEIRA, 2014).

E só obtém por meio de entender de fato, bem como a escola regular assume que os problemas de alguns indivíduos não são apenas deles, mas procedem em grande parte do modo como a educação é ministrada, a aprendizagem é concebida e avaliada, conforme Fumegali (2012).

Segundo Mantoan (1988, p. 4):

Inovar não tem necessariamente o sentido do inusitado. As grandes inovações estão, muitas vezes na centralização do óbvio, do simples, do que é possível fazer, mas que precisa ser desvelado, para que possa ser compreendido por todos e aceito sem outras resistências, senão aquelas que dão brilho e vigor ao debate das novidades.

A educação no seu processo é um instrumento que o ser humano precisa para se desenvolver, no seu sentido e na sua totalidade da sua existência como um ser pensante que precisa desenvolver para conquistar o seu espaço de direito, seja no escolar ou familiar ao que

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



quiser pertencer, sendo um direito igual de todos, conquistados com muitos debates de pesquisadores e estudiosos.

Considerações finais

Logo ao verificar a necessidade de atendimento do aluno é preciso que a instituição tenha conhecimento da dificuldade para poder realizar a sua inclusão que de acordo o acontecimento da inclusão de alunos com deficiência na escola regular transcorre, deste modo, das probabilidades de se alcançar desenvolvimentos expressivos desses alunos na escolaridade, por meio da adaptação dos métodos pedagógicos à variedade dos aprendizes.

Assim o trabalho buscou por meio do objetivo, sanar algumas dúvidas existentes sobre a inclusão dos estudantes do ensino fundamental, como os alunos podem ser atendidos e como ocorre sua aprendizagem, assim alguns autores reforçam o trabalho dos docentes em envolvê-los nas atividades que acontecem em sala de aula.

Portanto, o resultado da pesquisa reforça a importância da inclusão do aluno com deficiência intelectual no ensino fundamental, pois podem ser respeitados e tratados como igual a todos, que merecem sentir-se acolhidos no ambiente onde está inserido, de forma a contribuir com a sua independência e sua autoestima em ser capaz de fazer as suas próprias coisas.

Referências

AAMR. ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE RETARDO MENTAL. **Retardo mental**: definição, classificação e sistemas de apoio. 10. ed. (tradução Magda França Lopes). Porto Alegre: ARTMED, 2006.

FUMEGALLI, R. DE C. DE A. **Inclusão escolar**: o desafio de uma educação para todos? RS. 2012. Disponível em: <bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/.../716/ritamonografia.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2023.

LEITE, A. **Deficiência intelectual**: O que é e como tratar. 2014. Disponível em: <<https://www.reab.me/deficiencia-intelectual-o-que-e-e-como-tratar/>>. Acesso em: 21 abr. 2023.

LOPES, E. **Adequação curricular**: um caminho para a inclusão do aluno com deficiência intelectual. Londrina, 2010. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade



Estadual de Londrina, 2010.

OLIVEIRA, M. M. A inclusão do aluno com deficiência intelectual no ensino básico. **Revista de Educação**. Maceió, ano 1, v.02, n.01 abri/jun. 2014.

<https://pt.slideshare.net/christianceapcursos/a-incluso-do-aluno-com-deficincia-intelectual-no-ensino-regular>.

MANTOAN, M. T. E. **Compreendendo a deficiência mental**: novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 1988.

**A MODELAGEM MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA COM
CRIANÇAS DA FAIXA ETÁRIA DE 4 A 5 ANOS**

Andréa José dos Santos Galvão¹¹

(andreasgalvao@hotmail.com)

Eixo: Educação Infantil, Arte e Formação de Professores

Introdução

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, é considerada fundamental para o desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e físico da criança, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

A criança é um sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010) .

Segundo Kramer (2007, p.15):

Reconhecemos o que é específico da infância: seu poder de imaginação, a fantasia, a criação, a brincadeira entendida como experiência de cultura. Crianças são cidadãs, pessoas detentoras de direitos, que produzem cultura e são nela produzidas. Esse modo de ver as crianças favorece entendê-las e também ver o mundo a partir do seu ponto de vista. A infância, mais que estágio, é categoria da história: existe uma história humana porque o homem tem infância.

A Educação Infantil tornou-se etapa integrante e obrigatória da Educação Básica para crianças a partir dos 4 anos de idade pela Lei nº 12796, de 04 de abril, promulgada em 2013, em que os municípios tiveram até o ano de 2016 para incluir as crianças a partir dessa idade em

¹¹ Licenciada em Normal Superior pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campus de Naviraí, Pedagogia pela UNIJALES e Pós -Graduação em Psicopedagogia e Metodologias da Educação Infantil e Séries Iniciais pela FINAV(Faculdades Integradas de Naviraí).

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



instituições públicas de ensino. (BRASIL, 2013)

Com a obrigatoriedade estabelecida surgiram discussões a respeito do que e como deveria ser o trabalho neste nível de ensino. A partir daí, a Educação Infantil passou a ter como objetivo amparar o desenvolvimento da criança em sua totalidade, tendo em vista que a “educação é um processo de formação humana plena, portanto, a Educação Infantil é um processo de formação da criança em suas várias dimensões: motora, intelectual, afetiva, social, estética, corporal” (LIRA; DREWINSKI; SAPELLI, 2015, p. 8).

Assim, pensar na Matemática na Educação Infantil, de acordo com Klein e Konrath (2019), é propiciar que a criança por meio do brincar e de expressar-se construa noções e conceitos matemáticos. É desenvolver o pensamento matemático, é favorecer as aprendizagens associadas à linguagem matemática, por meio de contagens, manipulando materiais, construindo com blocos, explorando os espaços internos e externos da escola.

Depois de alguns anos de discussão, foi aprovado em 2017 a versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que, assim como as DCNEI, apresenta as interações e brincadeiras como eixo que norteia a Educação Infantil, indicando, ainda, seis direitos de aprendizagens: conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se, conhecer-se, e estruturando a organização curricular em cinco campos de experiências, com objetivos e direito de aprendizagens.

Conforme Lorenzato (2011), devemos começar a trabalhar com as crianças, desde pequenas, noções como:

grande/pequeno, maior/ menor, grosso/fino, curto/comprido, alto/baixo, largo/estrito, perto/longe, leve/pesado, vazio/cheio, mais/menos, muito/pouco, igual/diferente, dentro/fora, começo/meio/fim, antes/agora/depois, cedo/tarde, dia/noite, ontem/hoje/amanhã, devagar/pressa, aberto/fechado, em cima/embaixo, direita/esquerda, primeiro/último/entre, na frente/atrás/ao lado, para frente/para trás/para o lado, para a direita/para a esquerda, para cima/para baixo, ganhar/perder, aumentar/diminuir (p. 24).

É na educação infantil que a criança adquire a base dos seus conhecimentos matemáticos, desenvolve o raciocínio lógico, as habilidades cognitivas e nesta fase o professor pode estimular diferentes formas de aprendizagem matemática, para que no futuro as crianças não vejam ela como um monstro, sendo assim nesta oportunidade pode envolver a modelagem matemática construindo uma base sólida de conceitos importantes para a matemática de forma

adequada a ser explorada e trabalhada de forma lúdica tornando-a a construção desse conhecimento significativo para as crianças.

Atualmente, a Modelagem Matemática tem se destacado por tentar traduzir situações reais para uma linguagem matemática, podendo por meio dela melhor compreender, simular e prever os cálculos matemáticos e os seus conteúdos, de acordo com Biembengut e Hein (2007, p.7).

Metodologia

A pesquisa é uma investigação qualitativa, na modalidade de estudo de caso, que “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento” (GIL, 2002, p. 54). Segundo Lüdke e André (1986), o estudo de caso visa à descoberta, enfatiza a “interpretação em contexto” (p. 18), busca “retratar a realidade de forma completa e profunda” (p. 19), usa “uma variedade de fontes de informação” (p. 19) e tem como finalidade “retratar uma unidade em ação” (p. 22).

Está sendo desenvolvida em turma de Educação Infantil, cujas crianças não possuem o domínio da escrita, os dados serão coletados por meio de observações, conversas com/e entre elas, fotos e filmagens, e análises da aprendizagem das crianças a partir de práticas com a Modelagem Matemática.

Primeiramente foi feita uma entrevista com as professoras da sala sobre como será a pesquisa e um questionário para elas responderem sobre a modelagem matemática, com as seguintes perguntas: 1) O que você entende por modelagem matemática? 2) Você já fez alguma pesquisa sobre a modelagem matemática? 3) Você utiliza ou já utilizou a estratégia da modelagem matemática em suas aulas? 4) O trabalho com modelagem matemática pode ser considerado uma proposta inovadora no ensino da matemática na Educação Infantil? Justifique a sua resposta. 5) Você aceitaria o desafio de trabalhar com a modelagem matemática com a sua turma? As professoras responderam esse questionário e entregaram para a pesquisadora, que em seguida pediu autorização para a professora para dar continuidade a pesquisa e observar como as crianças compreende a matemática, que métodos o professor utiliza e se as crianças participam da construção das atividades propostas.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



No próximo encontro foi organizada uma roda de conversa e dentre os comentários das crianças, surgiu o tema, que será trabalhado.

O material utilizado para esta atividade será embalagens que as crianças irão trazer de casa, são embalagens de produtos, alimentos, objetos utilizados em casa, exemplo: caixa de creme dental, embalagem de sabonete, caixa de sapato, caixa sabão em pó, embalagem de macarrão, caixa de creme de leite, de leite condensado e outras, todas as embalagens para realizar a atividade devem estar vazias.

A atividade proposta que acontecerá nos próximos dias, poderá ser uma brincadeira, uma história, uma música, uma receita, uma atividade de vida prática que envolve compras em mercados montados na sala de aula e outras, referente ao que o professor regente está trabalhando e sempre relacionada ao tema escolhido junto com as crianças.

O terceiro momento será a execução da atividade escolhida com a participação das crianças, a pesquisadora vai direcionar as crianças para que as mesmas realizem a atividade utilizando a modelagem matemática, colocando a criança como protagonista de seu aprendizado em que consiste que ela participe de todos os momentos de pesquisa e aprendizagem, a pesquisadora vai coletando todas as falas e intervindo quando necessário, na realização da atividade, com isso a criança vai ampliando seu conhecimento de forma prazerosa e interessante.

A avaliação será realizada pela observação, participação e interação das crianças com as atividades propostas.

Conclusão

A modelagem Matemática é uma forma de transmitir o conhecimento matemático para os alunos utilizando assuntos do próprio cotidiano da criança (...) desta forma, aprender a trabalhar com modelagem matemática vai trazer muitos benefícios no ensino aprendizagem das crianças, sendo assim poderá melhorar os níveis de aprendizado desta disciplina (matemática) que é vista como difícil por muitos.

No entanto, percebemos que a Modelagem matemática traz uma série de vantagens para o ensino-aprendizagem de matemática, é o que percebemos nas vivências com as crianças, quando as mesmas apontam as possibilidades da matemática relacionada ao cotidiano, de como

o professor pode desenvolver sua capacidade criativa, do trabalho em equipe, da relação de afetividade que o professor passa a ter com a turma, de como vários conteúdos podem ser trabalhados numa única atividade, de forma transversal, contemplando todos os campos de experiências e superando as dificuldades.

Portanto, acreditamos que a experiência com a modelagem matemática na Prática de Ensino, não restritiva apenas a esta disciplina, mas na sua formação inicial, vemos como uma boa oportunidade de tomar atitudes de um professor que trabalhe de forma coletiva, reflexiva, investigativa e participativa, preparando crianças autônomas e protagonistas.

Referências

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, DF. Disponível em:

[http://www.in.gov.br/materia/-](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30037356/do1-2013-04-05-lei-n-12-796-de-4-de-abril-de-2013-30037348)

[/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30037356/do1-2013-04-05-lei-n-12-796-de-4-de-abril-de-2013-30037348](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30037356/do1-2013-04-05-lei-n-12-796-de-4-de-abril-de-2013-30037348). Acesso em: 11 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Versão final. Brasília, DF, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KLEIN, Delci Heinle; KONRATH, Raquel Dilly. **A Matemática e os campos de experiências da Educação Infantil.** In: VIII Congresso de professores do ensino superior da rede sinodal, 2019, Joinville. *Anais...* Joinville: Faculdade IELUSC, 2019, p. 1-13.

KRAMER, S. **A infância e sua singularidade.** In: BRASIL. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade, Ministério da Educação. Brasília, DF, 2007, p. 1-15

LIRA, Aliandra Cristina Mesomo; DREWINSKI, Jane Maria de Abreu; SAPELLI, Marlene Lucia Siebert. Educação Infantil para crianças de 4 e 5 anos: entre a obrigatoriedade, o direito e a imposição. In: Congresso Nacional de Educação, 12, 2015, Curitiba. *Anais...* Curitiba: PUC, 2015.

LORENZATO, Sérgio. **Educação Infantil e percepção matemática.** 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA À LUZ DO MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA

Débora Militão Trindade Moura¹²

(UFGD, deboramilitao_@hotmail.com)

Etiene Paula da Silva Diniz¹³

(UFGD, etienediniz@ufgd.edu.br)

Aline Maira da Silva¹⁴

(UFGD, alinesilva@ufgd.edu.br)

Eixo: Inclusão, Diversidade, Educação Especial e Contextos não Escolares

Introdução

A área de Educação Especial é atualmente caracterizada pelo paradigma da inclusão escolar. No entanto, a história evidencia que a pessoa com deficiência teve sua vida perpassada por períodos de segregação e de exclusão a depender do momento histórico analisado. Dessa forma, com o passar dos anos, a visão da sociedade sobre esse público foi se diversificando. É apenas por volta do século XVII que o cenário começa a se transformar, com os avanços na

¹² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGEdu/UFGD). Dourados/Mato Grosso do Sul/Brasil.

¹³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGEdu /UFGD). Dourados/Mato Grosso do Sul/Brasil.

¹⁴ Doutora em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGEdu/UFGD). Dourados/Mato Grosso do Sul/Brasil.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



medicina. Aranha (2005) aponta que a deficiência recebe um novo olhar, o que amplia a compreensão de deficiência como um processo natural e favorece ações de tratamento médico para essas pessoas. Aliado a isso, o desenvolvimento por meio da estimulação também passou a ser considerado, ainda que de forma mais gradativa se comparada à médica. Os procedimentos relacionados com a estimulação estariam voltados às ações de ensino que iriam se desenvolver a partir do século XVIII.

Segundo Mendes (2006), as pessoas com deficiência tiveram seu primeiro acesso a um modelo de educação em espaços segregados. No século XIX, surgem as classes especiais em escolas comuns, resultado da incapacidade das escolas de atender a todos os alunos que eram matriculados diante da obrigatoriedade do ensino naquele momento. Assim, a educação especial foi constituindo-se como um sistema paralelo ao sistema educacional.

Ainda segundo a autora, é apenas a partir de 1960 que os movimentos sociais ganham força, aliados a uma crise mundial e diversos fatores entre eles, políticos, morais e científicos. A luta pela garantia de oportunidades para as pessoas com deficiência é fundamentada pelo princípio da normalização que, de modo geral, estabelece que todas as pessoas devem usufruir das mesmas atividades, próprias para cada faixa etária, dentro de uma mesma cultura.

O princípio de normalização fundamentou o movimento de integração escolar que, na teoria, apontava para uma realidade de garantia de acesso das pessoas com deficiência à Educação. Porém na prática, a integração escolar não significou mudança do ambiente escolar (em termos de estrutura física, gestão e currículo) para atender as necessidades dos estudantes com deficiência. O paradigma da integração escolar, começou a dar espaço então à inclusão escolar (MENDES, 2006).

O presente trabalho parte de uma pesquisa de mestrado em andamento cujo objeto é a parceria colaborativa entre a família dos alunos com deficiência e a escola, sob a perspectiva do professor. O objetivo do ensaio é reunir reflexões, a partir da literatura da área, sobre o tema relação família-escola, à luz do modelo social da deficiência.

Desenvolvimento

A inclusão escolar prevê aos alunos com deficiência o direito à matrícula na sala de aula comum da escola regular. Para tanto, é preciso buscar a acessibilidade para que esses alunos

possam participar, com autonomia, do espaço físico da escola, assim como das atividades acadêmicas propostas. Por exemplo, para um estudante com deficiência física que utiliza a cadeira de rodas para se locomover, um espaço sem rampa ou elevador é um contexto deficiente. Essas barreiras arquitetônicas são algumas das barreiras que os estudantes com deficiência enfrentam em seu dia a dia escolar, não só em relação ao acesso, mas também quanto à permanência, efetiva participação em atividades específicas, entre tantas outras (VALLE; CONNOR, 2014).

A história aponta que a ideia de incapacidade da inserção dessa pessoa com deficiência muitas vezes estava relacionada a uma perspectiva médica. Com a chegada da modernidade fica evidente a transição sobre a forma de compreender a deficiência, que até então era relacionada a causas religiosas e passa a ser relacionada com fatores biológicos, ligados ao corpo do indivíduo. Dessa forma, deixa para a pessoa com deficiência toda a responsabilidade por conseguir ou não se integrar na sociedade e que as possibilidades para que isso aconteça seja apenas a partir de uma cura ou uma readaptação, ou seja, sempre partindo de intervenções que dependam do indivíduo ou da medicina (PICOLLO; MENDES, 2012).

Com a compreensão da deficiência pautada no modelo médico, a justificativa de justifica-se que o indivíduo não estava inserido na sociedade por responsabilidade unicamente dele, ou seja, considera-se que a deficiência é o deficiente e vice-versa. Em vista disso, o problema em si está na normalidade (COURTINE, 2013).

Para Picollo e Mendes (2012), na busca em ir além desta perspectiva de deficiência, é que foi concebido o modelo social de interpretação da deficiência. A deficiência de acordo com o modelo social é uma produção social, pois acontece a partir de um processo de relações de diferentes forças sociais.

Nesse sentido, segundo os mesmos autores, o modelo social da deficiência se baseia na diferenciação entre lesão e deficiência. A lesão vista como falta de parte ou totalidade de um membro e a deficiência como uma privação de alguma atividade em decorrência de uma falta de organização ou preparação da sociedade para que a participação desse sujeito aconteça. Ou seja, a exclusão que ainda ocorre, não tem como motivo a lesão em si, mas sim uma organização social que é excludente.

O modelo social busca evidenciar que não é a natureza quem oprime, mas sim a cultura de tentar aproximar todos os indivíduos de um padrão considerado “normal” (DINIZ;

BARBOSA; SANTOS, 2009). De acordo com os autores, a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) foi considerada um marco na legitimação do modelo social em 2001 por indicar que a deficiência não se resume ao seu impedimento, mas sim aos impedimentos que existem nos ambientes sociais.

Segundo Bampi, Guilhem e Alves (2010, p. 3):

[...] a ideia básica do modelo social é que a deficiência não deve ser entendida como um problema individual, mas uma questão da vida em sociedade, o que transfere a responsabilidade pelas desvantagens das limitações corporais do indivíduo para a incapacidade da sociedade em prever e se ajustar à diversidade.

Nesse sentido, tendo em vista o processo de inclusão escolar, para que as barreiras sejam minimizadas, é preciso conhecer o aluno e garantir o seu aprendizado e sua participação no ambiente escolar (VALLE; CONNOR, 2014). Para favorecer este processo, uma alternativa é a adoção da abordagem de colaboração entre todas as pessoas envolvidas de forma direta ou indireta com o processo de escolarização do estudante com deficiência, ou seja, professores, gestores, alunos e familiares.

A colaboração entre a família do estudante com deficiência e a escola também é essencial para o trabalho colaborativo, conforme apontam Walther-Thomas, Korinek e Mclaughlin (1999).

De acordo com Valle e Connor (2014), é possível que por meio do professor, a comunicação com a família do aluno com deficiência aconteça de uma forma mais abrangente, envolvendo também o professor de educação especial e outros profissionais da escola. Ao trabalhar de forma colaborativa, ambos professores otimizam seu tempo e podem proporcionar maior qualidade de atendimento não só aos alunos, mas também a essas famílias. Ao intensificarem as relações com as famílias também favorecem um melhor desempenho e participação desse aluno em sala de aula, pois a família tem muito a contribuir nesse espaço escolar, a partir de sua realidade, seu contexto e podem trazer não só informações importantes sobre esse aluno, mas também partilhar experiências e estratégias do âmbito familiar.

Considerações finais

A partir do modelo social, compreende-se que a garantia de acesso, aprendizado e

permanência do estudante com deficiência na sala comum da escola regular está relacionada com a eliminação de barreiras que dificultam ou impedem a participação deste estudante no ambiente escolar. A parceria colaborativa entre família e escola é um caminho promissor para fortalecer ações capazes de tornar a escola um ambiente cada vez mais inclusivo.

Nesse contexto, a colaboração pode envolver também os familiares de modo a construir um espaço para o diálogo, com participação ativa das famílias e dos professores, como parte do processo de inclusão escolar.

Referências

ARANHA, Maria Salete Fábio. Projeto Escola Viva. Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>.

BAMPI, Luciana Neves da Silva; GUILHEM, Dirce; ALVES, Elioenai Dornelles. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 18, n. 4, p. Tela 1-Tela 9, 2010.

COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo: pensar com Foucault**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, n. 11, p. 64-77, dez. 2009.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KgF8xDrQfy5GwyLzGhJ67m/?format=pdf&lang=p>.

PICCOLO, Gustavo Martins; MENDES, Enicéia Gonçalves. A teoria importa? **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.2, n.6, p.73-86, set./dez. 2012.

VALLE, Jan; CONNOR, David. **Ressignificando a deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas na escola**. Edição do Kindle. Porto Alegre: AMGH Editora, 2014.

WALTHER-THOMAS, Chriss; KORINEK, Lori; MCLAUGHLIN, Virginia L. Collaboration to support students' success. **Focus on Exceptional Children**, v. 32, n. 3, 1999.

ABORDAGEM BIOGRÁFICA NOS ESTUDOS SOBRE TRAJETÓRIA DOCENTE

Giseli Tavares de Souza Rodrigues¹⁵

(PPGEDu/UFGD - profa.giselitavares@gmail.com)

Magda Sarat¹⁶

(PPGEDu/UFGD, magdaoliveira@ufgd.edu.br)

Eixo: História da Educação Memória e Sociedade

Introdução

O presente resumo tem como objetivo discutir acerca da abordagem biográfica nos estudos sobre trajetória docente, como uma possibilidade de compreender a complexidade da vida dos indivíduos professores e os múltiplos significados que eles atribuem às suas experiências e também entender como a referida abordagem de pesquisa vem contribuindo com o campo de pesquisas na área das Ciências humanas. Deste modo, trazemos neste trabalho um recorte teórico-metodológico, com ênfase na abordagem biográfica, a partir de uma pesquisa de doutoramento em andamento que está sendo desenvolvida no programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados - (PPGEDu/UFGD). E a finalidade da pesquisa em andamento é analisar a trajetória profissional e de vida de uma professora que trabalhou 37 anos na educação do município de Naviraí/MS e também na Assistência Social como uma forma de compreender parte da história da educação naviraiense, por meio de relatos orais e seu arquivo pessoal dentro do período de 1971 a 2008.

Entretanto, o trabalho com trajetórias de professores por meio da abordagem biográfica

¹⁵ Professora doutoranda no Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados – PPGEDu/UFGD. Integrante do Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador e bolsista CAPES.

¹⁶ Professora titular no programa de pós-graduação da Universidade Federal da Grande Dourados – PPGEDu/UFGD. Brasil. Líder do Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



nos ajuda identificar e analisar diversos aspectos que os envolvem o percurso de vida e profissional, assim com base em Antonio Nóvoa (2007, p. 17), entendemos que “é impossível separar o eu profissional do eu pessoal”, isso leva a reflexão de que, além dos docentes serem profissionais, são indivíduos pessoais e sociais produtores e atores principais de suas histórias. E “os “casos” reais do ensino e da aprendizagem são seguimentos das “vidas feitas histórias” que vivemos como professores, e fazem parte da história do exercício da profissão” (BEN-PERETZ, 2000, p. 201. Grifos do original). Explicitamos que as memórias dos acontecimentos vividos e experienciados durante a carreira profissional ao serem dialogadas podem fornecer informações imprescindíveis para a compreensão da constituição da profissão docente e, no caso das professoras, entender os seus papéis enquanto mulheres, esposas, mães e profissionais. “Assim sendo, representam a consciência da prática e são dignas de rigorosa investigação” (BEN-PERETS, 2000, p. 213). Algo que também merece atenção é a escrita das memórias de experiências de vida e do trabalho, memórias essas, que contam histórias e “[...] o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem” (HALBWACHS, 1990, p. 80-81).

Neste íterim, com base em Christine Josso (2020) ao trabalharmos com a abordagem de pesquisa biográfica, podemos optar em analisar a trajetória de professores, por meio da história de vida tematizada, abrindo espaço para investigação de problemas específicos, atrelados a questões profissionais, como também com temas existenciais diversos. Assim, sendo consideramos que “as Histórias de Vida, nesse sentido, permitem a observação de como as experiências de transformação vão sendo geradas e compreendidas, e se revelam como um material “perfeito” para apreender os segredos da historicidade do sujeito” (PASSEGGI, 2002, p.74. Grifo do original). Para tanto, os participantes de uma pesquisa biográfica podem recordar e analisar suas memórias do passado “[...]” como o reflexo de um processo de cristalização das suas teorias e convicções pedagógicas, associando-as explicitamente a determinadas experiências e ocorrências da sua prática” (BEN-PERETS, 2000, p. 211).

Portanto, a esse respeito Belmira Bueno (2002) também explica que a pesquisa biográfica deve ser realizada com atenção à relação entre as experiências dos indivíduos e as estruturas sociais em que eles estão inseridos. Isso permite entender a complexidade da vida dos professores, suas práticas pedagógicas e sua relação com a sociedade em que vivem ou

viveram e que deve ser realizada de maneira reflexiva, com atenção aos aspectos subjetivos e emocionais que permeiam a vida dos professores estudados (NÓVOA, 2000).

O avanço da abordagem biográfica no Brasil

No ano de 2020 realizamos um mapeamento bibliográfico e discutimos sobre profissão, formação docente e histórias de vida de professores que atuaram com a infância e também investigamos o uso da abordagem biográfica e (auto) biográfica em pesquisa na área da educação e História da Educação, a fim de identificarmos o que estava sendo produzido sobre o assunto no âmbito nacional, regional e, principalmente estadual no período de 2010 a 2020 e foram selecionados 113 trabalhos entre artigos, dissertações e teses. Este mapeamento nos permitiu perceber que existem muitos estudos produzidos em todas as regiões do país sobre tal abordagem de pesquisa, no entanto, apontou também um crescente número de pesquisas nos últimos dez anos desenvolvidas na região Centro-Oeste, portanto no interior do estado do Mato Grosso do Sul, o campo ainda se mostrou fértil para novos estudos e descobertas, principalmente em se tratando da área da História da Educação com viés para profissão docente e histórias de vida, as quais podemos considerar que são ainda poucas, aspectos esses que tem legitimado a pesquisa de doutoramento citada na introdução deste texto. Desta forma, isso tem nos mostrado como o uso da abordagem biográfica e (auto) biográfica em pesquisas na área das Ciências humanas tem aumentado significativamente nos últimos anos. Esse interesse crescente mostra a importância dessa abordagem na produção de novos estudos. Segundo Josso (2020) o avanço da abordagem tem ocorrido gradualmente nas sociedades ocidentais, na América Latina, em especial no Brasil, com ênfase para os estudos de Abrahão (2008; 2014; 2018), Souza (2018; 2011; 2006), Catani (2006; 2014), Sousa (2008), Vicentini e Gallego (2018), Peres e Assunção (2010), Sanches (2010). Atualmente existem inúmeros trabalhos e publicações que operam com a biografia, e há também eventos nacionais e internacionais o que nos mostra a vitalidade teórico-metodológica da abordagem. Segundo Josso (2020, p. 43),

de fato, as práticas das histórias de vida e sua formação múltipla ganharam valor no campo das Ciências Humanas tanto quanto as lutas individuais e coletivas, em razão de que era necessário criar esse novo território de reflexão reconhecido como exigindo novos métodos e suportes para o que chamamos de “biográfico”.

Inferimos que a biografia na área da trajetória docente é um caminho possível e relevante para identificarmos histórias e memórias de professores que participaram, viveram e construíram suas trajetórias. E, “o trabalho com história de vida, memória e autobiografia tem contribuído na pesquisa educacional e na formação para a construção de um campo de produção de conhecimento pedagógico, [...]” (SOUZA, 2007, p. 9). As vidas dos professores e suas experiências pessoais, sociais, culturais e profissionais são evidenciadas levando ao entendimento do quanto os acontecimentos que ocorrem ao longo do percurso podem marcar e moldar toda uma vida e uma carreira, influenciando a maneira pela qual o professor pensa e age, tanto na vida pessoal como na profissional. Nesta perspectiva, as memórias de professores também ganham destaques nos estudos sobre suas trajetórias pois “[...] a memória do trabalho é o sentido, é a justificação de toda uma biografia” (BOSI, 1994, p. 481). Tais marcas da vida de uma pessoa ficam evidentes no momento em que ela está relatando sua história e a memória pode ser vista como “[...] propriedade de conservar certas informações [...] atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1990, p. 36). Por isso, o lugar da memória no estudo das trajetórias de vida de professores é importante, portanto, devemos entender que sua finalidade, não deve estar somente no “[...] dever de rememorar, mas também como dever de transmitir uma experiência indizível, a fim de impedir que se perca esse acontecimento único” (JOUTARD, 2006, p. 48).

Considerações finais

Consideramos que a abordagem biográfica de pesquisa vem sendo amplamente utilizada nas Ciências humanas em estudos na área da educação, da história da educação, entrelaçando temáticas diversas, e nos estudos que compreendem histórias de vida e trajetória profissional de professores. E essa abordagem contribui para a compreensão das experiências docentes, permitindo uma análise mais profunda dos aspectos subjetivos, emocionais e culturais que permeiam ou permearam a vida e o trabalho dos professores.

Ao se considerar o contexto social, histórico e cultural em que os professores atuaram, é possível entender melhor suas trajetórias e as transformações pelas quais passaram ao longo do tempo, bem como a influência de fatores políticos, psicológicos e sociais na vida e na carreira dos professores. É neste contexto que estamos trabalhando com a abordagem biográfica e

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



caminhado em nossa pesquisa de doutoramento.

Referências

BUENO, Belmira Oliveira. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. **Educação e Pesquisa**. São Paulo. vol. 28, p. 11-30, 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/fZLqw3P4fcfZNKzjNHnF3mJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: nov. 2020.

BEN-PERETS, Miriam. VI II Episódios do passado evocados por professores aposentados. In: NÓVOA, A (Org.). **Vidas de professores**. 2 ed. Portugal: Porto Editora, 2000.

BOSI, Ecleia. Tempo de lembrar. In: BOSI, E. (Org.). **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice Editora/Editora Revista dos Tribunais, 1990. p. 189.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: MORAES, M. F.; FERNANDES, M. T.; ALBERTI, V. (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2006. 31-45 p.

JOSSO, Marie-Christine. HISTÓRIAS DE VIDA E FORMAÇÃO: suas funcionalidades em pesquisa, formação e práticas sociais. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica**, Salvador 13, p. 40-54, 2020.

LE GOFF, Jacque. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990 (Coleção Repertórios). Disponível em:

<https://www.ufrb.edu.br/ppg_com/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf/>.

Acesso em: 24 jun. 2020.

NÓVOA, António. Os professores e as histórias da sua vida. In: NÓVOA, Antonio. (Org.). **Vidas de professores**. 2 ed. Porto, PT: Porto, 2007. p. 11-30.

PASSEGI, M. C. As duas faces do memorial acadêmico. **ODISSÉIA**, Natal, v.9, n13-14, p.65-75, 2002.

ADEQUAÇÕES DE RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA DEFICIENTES VISUAIS

Mariana Rita de Paulo¹⁷

(UFMS, Marianadepaula162@gmail.com)

Elisangela Aparecida Castilho Cabreira Silva¹⁸

(Elisangelacastilho@outlook.com)

Matheus Kashiyama Pessoa¹⁹

(matheuskashiyama@live.com)

Eixo: Inclusão, Diversidade, Educação Especial e Contextos não Escolares

Introdução

O presente trabalho tem como finalidade abordar especificamente sobre as adequações de atividades para deficientes visuais, sendo estas realizadas na rede de ensino público do município de Naviraí - MS, com intuito de promover a inclusão e principalmente a equidade no processo de aprendizagem. Sendo assim, a deficiência visual vem sendo conceituada acima de tudo como uma “condição humana”, provocada pela perda total ou pela limitação de uma ou mais funções básicas dos olhos e do sistema visual, promovendo no indivíduo a cegueira ou baixa visão.

Neste sentido, enfatizamos o direito ao atendimento escolar das pessoas cegas ou com baixa visão em classe comum, sendo estes, princípios essenciais para a dignidade humana e exercício de cidadania, conforme o que é garantido pela Lei Nº 7853/1989 (BRASIL, 1989), destacando também a necessidade do processo de concretização da inclusão destas crianças

¹⁷ docente, professor (a) Mariana Rita de Paulo da educação básica.

¹⁸ docente, professor (a) Elisangela Aparecida Castilho Cabreira Silva da educação básica.

¹⁹ docente, professor (a) Matheus Kashiyama Pessoa da educação básica.

com equidade, pensando em uma didática pedagógica que visa o desenvolvimento de suas potencialidades, sempre respeitando suas limitações. É importante ressaltar que as crianças que possuem Deficiência Visual, apresentam possibilidades de se desenvolver melhor na sala de aula comum, pelo fato desse ambiente ser mais desafiador, é fundamental a troca de informações entre as crianças, pois a criança com deficiência visual aprende muito interagindo e brincando com outras crianças, recebendo muitos estímulos, favorecendo o desenvolvimento das potencialidades cognitivas e sociais.

Diante deste panorama, este resumo tem como objetivo refletir e compreender a importância das adequações de recursos pedagógicos para deficientes visuais no contexto de educação escolar do município de Naviraí, apontando possibilidades, estratégias e exemplos de materiais que os mesmos utilizam no cotidiano da sua realidade, visando uma educação inclusiva, de qualidade e equidade para todos.

Metodologia

Em se tratando dos procedimentos metodológicos para a realização deste, foram adotados para sua escrita um levantamento bibliográfico e pesquisa a campo, estudos qualitativos partindo de uma abordagem descritivo-analítica.

Diante dos objetivos que implica o assunto, foi desenvolvido uma pesquisa de natureza qualitativa, sendo assim, para uma melhor compreensão do apresentado nesse trabalho, segue em detalhamento as etapas que contribuíram para a realização do mesmo. Na primeira etapa foi realizado o levantamento bibliográfico acerca de autores, relacionados com a temática abordada, por meio de livros, artigos, documentos e textos. Em seguida, foi realizada um levantamento acerca de materiais e recursos adequados, produzidos por professores de apoio, com intuito de garantir o ensino e aprendizagem com equidade para crianças com deficiência visual, deste modo, destacamos a importância de analisar os benefícios destes recursos no contexto escolar do ensino comum, para a criança com deficiência visual.

Deficiência visual na Educação Especial

A educação especial, é uma modalidade de ensino, que visa promover o desempenho

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



global aos indivíduos que possuem deficiência, em que necessita de um atendimento especializado, respeitando as diferenças e especificidades individuais, de modo que lhe garanta o pleno exercício dos direitos básicos como cidadãos e a inclusão social. A fim de propor às pessoas que possuem deficiência (PCD), a promoção de sua capacidade, que envolve o desenvolvimento pleno de sua personalidade, como na participação da vida social, e no mundo do trabalho, tendo como objetivo maior na educação especial, o desenvolvimento integral dos indivíduos, em todas suas potencialidades, sejam estas cognitivas, afetivas, psicomotoras, psicossociais, para assim promover a autonomia, sempre levando em consideração os limites do desenvolvimento atípico do indivíduo (SILVA, 2002).

Deste modo, destacamos neste cenário a deficiência visual, sendo conceituada como uma perda ou a limitação de uma ou mais funções básicas dos olhos e do sistema visual, provocando no indivíduo a cegueira ou baixa visão. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), os distúrbios relativos às perdas visuais estão divididos em dois grupos: pessoas cegas e pessoas com visão subnormal ou baixa visão.

Define-se que “são cegas as crianças que não têm visão suficiente para aprender a ler em tinta, e necessitam, portanto, utilizar outros sentidos (tátil, auditivo, olfativo, gustativo e cinestésico) no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem” (AMARAL, 2021, p. 289). E a baixa visão abrange aqueles sujeitos que apresentam uma incapacidade, implicando em uma condição em que eles, apesar de uma diminuição grave da capacidade visual, possuem resíduo visual e a possibilidade de correção por meio de auxílios ópticos especiais, todavia, existem casos em que não há possibilidade de correção cirúrgica, devido ao grau elevado da baixa visão (AMARAL, 2021).

Em relação ao campo educacional, é de suma importância ressaltar que o atendimento escolar da pessoa cega ou com baixa visão deve ser em classe comum, para que a escola venha atuar como facilitadora da comunicação e conhecimento, visando estimular a inclusão social, e a melhoria de qualidade de vida e o exercício da cidadania das pessoas com deficiência. E assim a inclusão terá um progresso significativo na vida deste aluno perante o seu percurso de escolaridade, sendo a partir de adequações das práticas pedagógicas, criando condições para que todos os alunos possam atuar efetivamente nesse espaço educativo (FUMEGALLI, 2012, p.28).

Além disso, a pessoa cega ou com baixa visão também tem o direito de frequentar a

Sala de Recurso Multifuncional Tipo II, ou receber atendimento em Centros de Atendimento Educacional ao Deficiente Visual - CAEDV. Esse atendimento é ofertado na rede pública de ensino, em horário contrário ao das aulas regulares, segundo a Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001, em seu Artigo 9º (BRASIL, 1989).

As crianças com cegueira, têm o mesmo potencial de desenvolvimento e de aprendizagem que as outras crianças, ainda que alguns obstáculos ou barreiras dificultem este processo. Entre elas, existem diferenças individuais significativas, assim como acontece com as crianças que enxergam. Estas crianças podem apresentar ou não dificuldades no processo de ensino e de aprendizagem, o que não é consequência da cegueira.

Os obstáculos e as barreiras de acessibilidade física ou de comunicação e as limitações na experiência de vida das pessoas cegas são muito mais comprometedoras do processo de desenvolvimento e de aprendizagem do que a falta da visão. Desta forma para efetivar esta aprendizagem compete ao educador do AEE (Atendimento Educacional Especializado), analisar as necessidades do aluno, selecionar os recursos apropriados e ensinar o modo correto de utilizá-lo. No entanto, é recomendável avaliar os tais recursos e adequar as necessidades, a fim de que o aluno passe por novas experiências em sala de aula.

Análise de dados- Resultados e discussão

Os dados produzidos, são de professores da rede pública no município de Naviraí - MS, que apontam algumas possibilidades, estratégias, entre elas exemplos de atividades e recursos adequados para a realidade de deficientes visuais, no qual os mesmos produzem, para garantir uma educação de qualidade e inclusiva, de modo que contribui para um processo de ensino e aprendizagem equitativo, visando a formação plena e integral das crianças que possuem deficiência visual. Sendo assim:

Os recursos podem ser considerados ajudas, apoio e também meios utilizados para alcançar um determinado objetivo; são ações, práticas educacionais ou material didático projetados para proporcionar a participação autônoma do aluno com deficiência no seu percurso escolar (SARTORETTO; BERSCH, 2010, p. 08).

Neste sentido, os recursos pedagógicos adequados visam o desenvolvimento pleno das potencialidades da criança, tendo seu valor dentro do percurso de ensino e aprendizagem e, a

sua falta no contexto escolar, pode determinar a simples inserção física do aluno com necessidades especiais no ensino regular, o que pode mostrar-se tão segregador, quanto o que se pretende modificar no contexto de inclusão.

Deste modo, é compreensível a utilização do método Braille, como uma ferramenta de extrema importância no processo ensino/aprendizagem do aluno com deficiência visual, pois favorece e dinamiza o desenvolvimento e concretização deste processo, já que permite a conexão do deficiente visual com o universo do conhecimento e da informação (BALSANELI, 2015, p.8).

A discriminação tátil é uma habilidade básica, que deve ser desenvolvida em crianças com deficiência visual de forma contextualizada e significativa. O tato é uma via alternativa de acesso e processamento de informações que não deve ser negligenciado na educação e sim muito bem estimulada pelo educador. Diante disso, a criança com deficiência visual precisa explorar suas possibilidades através da liberdade para manusear, tocar e receber conceitos concretos e abstratos do mundo que o cerca para que possa usar este conhecimento na escola e outros ambientes. (SOUSA, 2017).

Alguns recursos adequados pelos professores para deficientes visuais

Figura 1; alfabetização no Braille

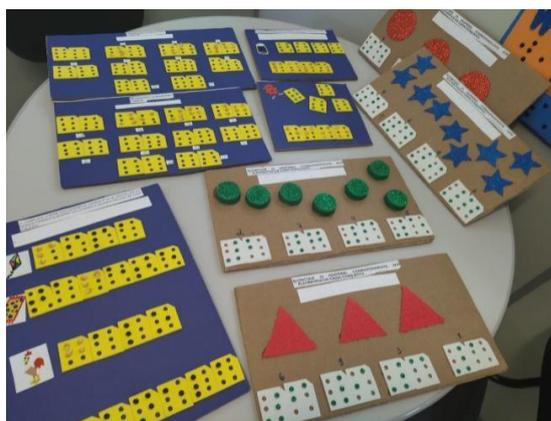


Figura 2; alfabetização no Braille

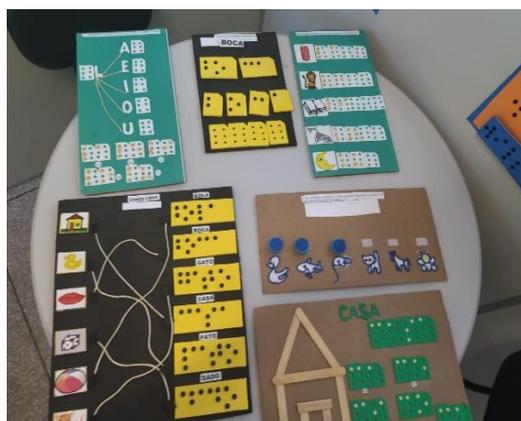


Figura 3; leitura, números e formas geométricas



Figura 4; desenvolvendo atividade na prática



Conclusão

A Educação Especial e Inclusiva é de suma importância para a garantia ao acesso à educação para os alunos com deficiências, inclusive na rede de ensino público, no qual requer um olhar individualizado perante as suas necessidades e especificidades, mas ao mesmo tempo visa a inclusão do mesmo conforme as leis e diretrizes estabelecidas, com o objetivo de promover o acesso à educação seguindo parâmetros de equidade e qualidade, respeitando as diferenças e especificidades individuais, de modo que lhe garanta o pleno exercício dos direitos básicos enquanto cidadãos e à inclusão social, além do desenvolvimento de suas potencialidades para superar suas barreiras e limitações, afim de que as crianças PCD possam evoluir suas aprendizagens e conquistar sua autonomia.

E no contexto escolar, ressaltamos a importância de possuímos docentes capacitados, para trabalhar respeitando as especificidades deste aluno, visando a garantia da aprendizagem, e um atendimento especializado por meio de estratégias e adequações de recursos, criativos e lúdicos, garantindo a autonomia e significado nas suas aprendizagens e conhecimentos, para que assim enfrente as suas dificuldades e ultrapassem seus limites.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



Diante deste panorama, podemos verificar por meio dos estudos relacionados a temática e com a análise e reflexão da utilização dos recursos adequados, que é de suma importância que as práticas referentes a inclusão de crianças com Deficiência Visual sejam reconhecidas, aprimoradas e ampliadas na sociedade em que vivemos, sempre levando em consideração as particularidades e a participação ativa desta criança na construção do seu conhecimento, em prol do seu desenvolvimento pleno e integral.

Referências

AMARAL, Arnaldo Gomes et al. Deficiência visual, causas e atendimento pedagógico. **Educere-Revista da Educação da UNIPAR**, v. 21, n. 2, 2021.

ARANHA, M. S. Educação inclusiva: transformação social ou retórica? In: OMOTE, S. (Org). **Inclusão: intenção e realidade**. Marília: Fundepe, 2004. p.37-60.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm. Acesso em: 11 abr. 2023.

BALSANELI, Heloisa Monteiro; TREVISO, Vanessa Cristina. Crianças com deficiência visual e o braille. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro-SP, v. 2, n. 1, p. 155-168, 2015.

FUMEGALLI, Rita de Cassia de Avila. **Inclusão escolar: o desafio de uma educação para todos?** 2012.

SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R. C. R. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa**. Brasília: 2010.

SILVA, Roberta Nascimento Antunes. A educação especial da criança com Síndrome de Down. **Pedagogia em foco**. Rio de Janeiro, 2002.

SOUSA, Ana Cleia da Luz Lacerda; SOUSA, Ivaldo Silva. A inclusão de alunos com deficiência visual no âmbito escolar. **Estação Científica (UNIFAP)**, v. 6, n. 3, p. 41-50, 2017.

AS PRÁTICAS VIVENCIADAS NO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NO CIEI MARIA JOSÉ CANÇADO

Dulcineide Domitila Junglos²⁰

(UFMS/CPNV, jun_dul@hotmail.com)

Gylciany Kelly de Oliveira Lopes²¹

UFMS/CPNV, gylciany@gmail.com)

Janaina Vanessa da Silva²²

UFMS/CPNV, janaina.vanessa@ufms.br)

Eixo: Educação Infantil, Arte e Formação de Professores

Introdução

O presente trabalho visa relatar as experiências e práticas pedagógicas que foram vivenciadas no Programa Residência Pedagógica do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul UFMS/CPNV, no qual, tem como objetivo aperfeiçoar a formação do acadêmico, promovendo a relação entre teoria e prática e conhecendo o funcionamento da escola. Segundo Barros e Nóbrega (2016) a formação de professores é um espaço de construção, de descoberta, de mudança, de transformação, de vida, de trocas de experiências. A referida experiência acadêmica foi realizada no jardim III da Educação Infantil, no CIEI no município de Naviraí, Estado de Mato Grosso do Sul. A turma é composta de 25 alunos matriculados, na faixa etária de 5 a 6 anos.

Considerando essa vivência na educação infantil ressaltamos que as brincadeiras e jogos são aspectos fundamentais para o desenvolvimento motor, cognitivo, social e emocional

²⁰ Professora de Rede Municipal de Educação de Naviraí, pós-graduada atuante na educação infantil.

²¹ Acadêmica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Residente do Programa Residência Pedagógica.

²² Acadêmica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Residente do Programa Residência Pedagógica.

da criança e necessário para o desenvolvimento integral do ser humano. Cunha, (1998), nos aponta que o brincar é uma das formas mais comuns do comportamento humano, principalmente durante a infância.

Dessa forma, o currículo para a Educação Infantil não pode ser de maneira fragmentada, práticas que não partam das necessidades ou das vivências das crianças. É preciso compreender que o brincar é uma atividade espontânea e livre, mas, ao mesmo tempo, pode conter regras pré-estabelecidas, que estruturam a brincadeira, e outras estabelecidas pelas próprias crianças. As regras são constituídas por questões históricas e sociais que ajudam a construir o modo de brincar, o modo que uma criança se relaciona com a outra, como ela enxerga e compreende o mundo.

Assim, entendemos que o Programa de Residência Pedagógica- RP possibilita um campo enriquecedor de conhecimento entre a Instituição de Ensino Superior e a Escola-campo. O contato permanente entre elas, por meio da vivência na escola, tais como, o pensar sobre o cotidiano do trabalho do professor e a integração teoria a prática em sala de aula.

Metodologia

Este trabalho apresenta um relato de experiência descrevendo o período de observação e intervenção em ambiente escolar na educação infantil, na turma do Jardim III no CIEI Maria Jose da Silva Cançado, no que diz respeito à estrutura física, a administração a organização do espaço para as atividades pedagógicas, o planejamento e a metodologia adotada para a prática pedagógica e a prática docente com as crianças possibilitam pôr em prática a teoria vivenciada na formação acadêmica, assim dando oportunidade de conhecer as crianças e sua rotina escolar, permitindo participar e compreender a realidade que estão inseridas na sociedade relacionando à teoria e a prática, e desta forma permitindo à percepção da importância de elaborar atividades significativas instigar a interação a aprendizagem fazendo com que o professor seja criativo, afetivo, dinâmico e que respeite as individualidades de cada criança.

As Práticas Vivenciadas na Escola Campo

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



Quando iniciou o RP em Novembro de 2022, foi proposto incentivar os estudantes sobre a valorização da alfabetização nas escolas públicas, tendo como orientadora Larissa W. T. Montiel e três professoras preceptoras, os encontros foram e são realizados de forma presencial na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Naviraí, as reuniões acontecem as segundas feiras às 19h00min, com estudos voltados para as práticas de alfabetizar e também à formação da docência, são textos enriquecedores que auxiliam em novos conhecimentos e maneiras de elaborar conteúdos didáticos.

Na observação em sala de aula na turma do Jardim III juntamente com a preceptora, foi perceptível a importância da aprendizagem para nosso currículo, onde foi possível participar e ajudar com as atividades que a professora realizou com as crianças durante o período de observação. No período de regência realizamos uma atividade sobre alimentos saudáveis e não saudáveis, iniciando a aula com a organização das crianças em seus lugares, realizada a chamada, depois a oração, cantada do amigo e algumas cantigas infantis, fez a contagem de meninos e meninas separados e após fez a contagem juntos, assim ensinando a matemática, feito a leitura do abecedário junto com as crianças, após iniciamos com a leitura do livro “A Cesta de Dona Maricota”, mostrando as imagens de cada parte da leitura para as crianças, em seguida entregamos para cada criança uma folha de papel sulfite, pedimos para desenharem um alimento saudável e um não saudável, em seguida organizamos o jogo da memória nas cartas contendo imagens de alimentos saudáveis e não saudáveis, as crianças participaram com bastante atenção, e finalizamos a aula fazendo uma salada de frutas saudáveis, foi muito gratificante essa troca de experiência enriquecedora

Em outro momento, pensando em um planejamento de aula que envolvesse noções matemáticas, que estivessem em conformidade com a BNCC (BRASIL, 2018), foi possível trabalhar o campo de experiência: “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”. Objetivando trabalhar com sequência repetitiva de cores, afim de que as crianças pudessem identificar o antes, o depois e o entre em uma sequência. Para melhor trabalhar essa temática com as crianças da Educação Infantil, o ideal naquele momento, foi encaminhá-los para a discussão de que havia um segredo, que seria o motivo da repetição.

Assim, para que essa abordagem de sequenciação fosse melhor compreendida pelas crianças, foi realizada uma contação de história, com o livro “Aperte aqui”, de Hervé Tullet. Com o qual, também, foi possível trabalhar, além da sequenciação, noções de lateralidade, de

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



pequeno e grande. As crianças gostaram bastante desse livro, ainda mais por ele ser interativo, assim, foi possível que eles também participassem da contação de história e eles ficaram maravilhados que ao realizarem o que o livro pedia algo novo acontecia.

Assim, para que pudesse haver uma melhor compreensão da sequenciação de cores, utilizamos blocos lógicos de madeira, os quais são coloridos e com várias formas geométricas. Então, foi possível montar várias sequências de cores, mas em formas diferentes, como uma sequência de cores com círculos, outra só com triângulos coloridos, e assim por diante. E a cada sequência montada, sempre os indagava sobre qual era o segredo. Notamos, que mesmo os indagando, para algumas crianças ainda estava difícil de perceber qual era o motivo da repetição das cores, mesmo repetindo várias vezes, então, foi momento de deixá-los manipular os materiais para que eles mesmo formassem uma sequência, e ao terminarem os indagamos sobre qual seria o segredo da sequência deles. Dessa maneira, notamos que já estava havendo a compreensão do motivo da repetição da sequência de cores.

Também, realizamos uma atividade de montar um colar com macarrão, mas para isso, foi preciso que as crianças pintassem os macarrões para que pudessem fazer um colar colorido, formando uma sequência de cores. Essa foi uma experiência que as crianças amaram, em todo o processo para montar o colar, desde a parte deles terem que pintar os macarrões sem utilizarem pincel, na hora da montagem, de terem que passar o barbante por dentro do macarrão, até no momento final, em que viram que já estava pronto e que já podiam brincar.

Já no planejamento de aula que fosse mais voltado para a Língua Portuguesa e que também estivesse em conformidade com a BNCC (BRASIL, 2018), foi possível trabalhar o campo de experiência: “Escuta, fala, pensamento e imaginação”. Objetivando trabalhar com registros de palavras, a temática abordada foi o João-de-Barro, o intuito era mostrar para as crianças que assim como os humanos, os animais também possuem nome e necessitam de uma casa para morar. Para isso, foi realizada a leitura do conto “João-de-Barro”, livro organizado pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura). Foi discutido com as crianças algumas características do pássaro, sua alimentação e seu habitat, para isso, levamos várias imagens para que pudessemos apresentar o João-de-Barro para eles. As crianças conseguiram relacionar que algumas aves possuem nome, assim como eles, e também, conseguiram compreender sobre a importância de se ter uma casa para morar, não só os humanos, mas também os animais. Para que pudessem entender melhor sobre a importância da casa, foi

possível confeccionar a casa do João-de-Barro utilizando argila. Nesse momento de manipulação da argila, as crianças estranharam bastante, pois já estavam acostumados com a massinha de modelar, então alguns reclamaram que estava muito dura e não conseguiram montar a casa do João-de-Barro, e também, teve algumas casas que depois de secas até desmancharam, porque a maioria das crianças não souberam manusear a argila.

Também, foi possível realizar uma atividade de escrita, na folha de registro, para isso levamos fichas com as letras do alfabeto, em que as crianças tiveram que separar as letras do nome do João-de-Barro e depois colar na folha de registro, correspondendo a escrita do nome do pássaro. Também, foi solicitado, a elas que identificassem as quantidades de letras que havia no nome do pássaro e que identificassem a primeira e a última letra. Nessa atividade, de correspondência das letras, algumas crianças não conseguiram realizá-la, por mais que havia escrito na lousa o nome do João-de-Barro, e que durante a separação das letras havíamos separados todos juntos, e que antes deles colarem as letras, havia atendido um por um, em suas mesas, verificando a ordem do nome do João-de-Barro, algumas crianças colaram as letras fora da ordem correta, teve até alguns que colaram outras letras que não tinha no nome do pássaro. Por mais que algumas crianças tiveram esse momento de confusão, considera-se que a maioria das crianças conseguiram corresponder às letras e conseguiram identificar a quantidade de letras.

Considerações finais

Considera-se importantes esses momentos de vivências em sala de aula, para ver e conhecer o dia-a-dia das crianças, ver as práticas pedagógicas de uma professora regente, e também poder fazer planejamentos de aulas e aplicar essas atividades do próprio planejamento que elaboramos, e o Programa Residência Pedagógica nos possibilitou essas vivências. Isso é importante para que possamos saber relacionar a teoria com a prática pedagógica. Desse modo, acredita-se que a Residência Pedagógica nos propicia tudo isso, e nos aproxima um pouco mais da realidade docente, contribuindo para que possamos ter uma boa formação acadêmica e profissional.

Referências

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



BARROS, Waldilson Duarte Cavalcante; NOBREGA, Daniela Gomes de Araújo. Formação de Professor: A construção do saber docente. **Anais VIII FIPED**, 2016, Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/24756>. Acesso em: 16 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

CUNHA, Nylse Helena Silva. Brinquedoteca: definição, histórico no Brasil e no mundo. In: FRIEDMANN, A (org.). **O direito de brincar: a brinquedoteca**. São Paulo: Scritta, 1998.

LEANDRO, Cleiciane Vedovetto; LEANDRO, Maria Cleitiane Vedovetto; ASSUNÇÃO, Shirlyss Carvalho de; RICETO, Rosa Maria; PEIXOTO, Ana Paula; MARIANO, Jucimara; VALADARES, Aparecida do Carmo; MOURA, Maria Aparecida da Silva. **Vivências na Educação Infantil: experiência e prática para a formação docente**. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_47.pdf. Acesso em: 16 maio 2023.

BIBLIOTECAS ESCOLARES EM NAVIRAÍ (1986-2010): CULTURA ESCOLAR E HISTÓRIA

Roseli Maria Rosa de Almeida²³

(UFMS/CPNV)

Eixo: História da Educação Memória e Sociedade

Introdução

A representação do conceito de biblioteca foi se alterando historicamente, passando por: i) local de gravação da palavra escrita (como as cavernas ou paredes de pedra); ii) local de guarda das obras, obras essas formadas por rolos ou pelo codex; iii) local de leitura de obras; e, iv) coleções particulares organizadas em residências. Na sociedade contemporânea aparece um novo conceito de biblioteca, mencionado por Cavallo e Chartier (1998), e este modifica sobremaneira a configuração dos textos e da leitura: a transmissão eletrônica dos textos.

Destarte, na contemporaneidade passam a existir várias formas de organização das bibliotecas, formas que se assemelham, mas que também guardam particularidades, decorrentes de fatores como: i) espaço que ocupam; ii) obras que possuem e o seu formato (impresas, eletrônicas); iii) dos leitores; e, iv) do modo de funcionamento e das atividades desenvolvidas (empréstimo, consultas, roda de leitura e socialização de livros, saraus literários, entre outros).

Por sua vez, as bibliotecas escolares no Brasil, tiveram seu início com as chamadas Escolas Normais, mas até na atualidade, apresentam dificuldade de consolidação e melhoria enquanto instituição, dadas as questões problemáticas da própria educação brasileira.

Desta maneira, para discutir a questão das bibliotecas escolares, apresentamos no presente texto uma pesquisa historiográfica, que teve como objetivo geral o de analisar a cultura instituída em bibliotecas de escolas públicas do município de Naviraí²⁴/MS, a fim de

²³ Docente do Curso de Pedagogia UFMS/CPNV e autora da pesquisa.

²⁴ Fundada em 1952, emancipada em 11 de novembro de 1963, Naviraí, a conhecida cidade 'Ouro' do Conesul, é lembrada pela sua origem através do suor e trabalho de madeireiros, produtores rurais e comerciantes que

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



compreender a organização dos espaços e as práticas de leitura literária, constituídas no período de 1986 a 2010.

Com relação aos objetivos específicos, o trabalho buscou: i) identificar as diferentes representações da biblioteca; ii) identificar e analisar formas de organização dos espaços arquitetônicos das bibliotecas no período pesquisado (1986-2010); iii) avaliar práticas de mediação didática em relação à leitura literária, desenvolvidas pelos profissionais das bibliotecas; iv) analisar a constituição dos acervos literários; e, v) descrever e analisar práticas de leitura de textos literários que se constituíram no espaço das bibliotecas escolares de Naviraí/MS.

A partir da perspectiva de que formar leitores no Brasil é um desafio, e de que a escola e a biblioteca escolar têm papel fulcral nessa tarefa, surgiram as indagações de pesquisa: Que documentos mostrariam o acesso dos alunos aos textos literários? Havia práticas de leitura nos espaços de bibliotecas? Os alunos emprestavam livros? No caso dos/as professores/as, levavam obras das bibliotecas para as salas? Realizavam alguma estratégia metodológica que propiciasse o acesso dos alunos às obras? Havia algum tipo de organização no espaço e/ou estratégia metodológica que facilitasse ou dificultasse o acesso às obras literárias? Quais foram as práticas de leitura construídas nesses espaços?

O marco cronológico da pesquisa (1986-2010) foi estabelecido mediante a necessidade de compreender, tanto o período de implantação da primeira biblioteca escolar do município de Naviraí/MS, na Escola Estadual Presidente Médici (em 1986), uma das mais antigas do município, bem como as mudanças nesse interstício (em especial a implementação do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), pelo Ministério da Educação, considerado o maior programa de distribuição de obras literárias às escolas públicas do Brasil), até o ano de 2010, em que foi publicada a Lei Federal nº 12.244, de 24 de maio (BRASIL, 2010), que dispunha sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino brasileiras.

A lei referida (BRASIL, 2010) foi uma importante conquista das áreas que lutam pela

desbravaram as grandes matas para dar origem a uma das mais belas e desenvolvidas cidades do centro-sul de Mato Grosso do sul. O seu nome é derivado de uma palavra indígena que nomeava um rio na região, segundo a tradição, as palavras VIRÃ (roxo/arroxado), Í (sufixo para pequeno), ÌVIRA'Í (arbusto pequeno), NA (impregnar –se), I (rio), Arroyo, podem significar tanto: 'Pequeno rio impregnado de arbustos roxos', ou 'Rio impregnado de pequenas árvores arroxeadas'. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/navirai/historico> (IBGE, 2023).

formação de leitores no Brasil (Educação, Cultura, entre outras), pois colocou no centro das preocupações a questão do tratamento dado pelas políticas públicas à biblioteca escolar e a formação de leitores.

Metodologia

Optamos pela pesquisa historiográfica para garantir a consecução dos objetivos elencados. Realizamos a pesquisa em sete bibliotecas escolares, nas quais foi autorizado o acesso as fontes documentais. Empreendemos um trabalho de coleta de dados a partir de documentos produzidos por meio da cultura escolar²⁵: livros de tombamento²⁶, os livros e/ou fichas de empréstimo de obras, obras literárias enviadas às escolas pela extinta Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) e pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A partir do levantamento das fontes documentais, acrescentamos outros instrumentos de coleta, que foram as entrevistas semiestruturadas, realizadas com as funcionárias responsáveis pelas bibliotecas escolares.

O levantamento bibliográfico foi realizado no Portal de Periódicos da CAPES²⁷, material voltado às questões das bibliotecas escolares. A partir da leitura dos resumos das 68 páginas do Portal da CAPES, selecionamos 37 artigos, 18 dissertações e 5 teses para compor a revisão de literatura. Os anos de publicação dos trabalhos encontrados foram: de 1991-2014 (artigos); 2006-2011 (dissertações) e 2003-2011 (teses).

As seções do relatório de pesquisa foram organizadas da seguinte forma: i) Na primeira seção foram delineados os objetivos e o percurso; ii) Na segunda seção analisamos as diferentes concepções acerca das bibliotecas e das bibliotecas escolares; iii) Na terceira seção avaliamos os espaços arquitetônicos das bibliotecas escolares; iv) Na quarta seção tratamos da organização, manutenção e descarte do acervo de obras literárias e das práticas culturais e/ou de leitura e o uso do material literário; v) Na quinta seção tratamos das pessoas responsáveis

²⁵A cultura escolar é descrita como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos (JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de Educação**, 2001, p. 9).

²⁶Materiais produzidos na cultura escolar (São livros de capa dura, que as escolas registram todas as obras literárias e de referência, como dicionários e enciclopédias, recebidos de órgãos governamentais).

²⁷Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

pelas bibliotecas, relacionando-as ao trabalho desenvolvido para que os alunos tivessem acesso às obras literárias; vi) Por fim, destacamos as principais conclusões da pesquisa.

Análise de Dados

Ao pesquisar as bibliotecas de Naviraí, no estado de Mato Grosso do Sul, a fim de analisar as formas de organização dos espaços arquitetônicos, recorreremos à elaboração de croquis, mostrando a organização de sete bibliotecas, material esse elaborado a partir das entrevistas semiestruturadas. O trabalho de análise mostrou que, até o ano de 2010, nenhuma das construções escolares realizadas em Naviraí previu o espaço de biblioteca em seus projetos arquitetônicos, o que evidenciou a discrepância das políticas públicas em relação à importância desse espaço enquanto fomentador do acesso ao livro e à leitura, já sinalizada por ocasião da instituição da Política Nacional do Livro, aprovada pela Lei Federal nº 10.753/2003 (BRASIL, 2003). Não menos importante é que, ao “olhar” para os espaços adaptados para funcionamento de bibliotecas escolares em sete escolas pesquisadas, percebemos a provisoriedade da instituição “biblioteca escolar”, tanto na rede municipal, quanto na rede estadual de ensino, dadas as constantes alterações de local que todas sofreram.

Outro aspecto observado na pesquisa foi o fato de as sete bibliotecas, sem exceção, terem sido relegadas a um ostracismo tecnológico, uma vez que, não foram instalados *softwares*²⁸ para tratamento técnico dos acervos e, conseqüentemente, não houve um registro mais aprimorado de empréstimos de obras e de outras atividades desenvolvidas nas bibliotecas.

Ao analisar a constituição dos acervos literários das bibliotecas pesquisadas, verificamos que o número de obras cresceu a partir de final da década de 1990 com a implantação do PNBE (BRASIL, 1997) e com a compra de obras literárias pelo FNDE e/ou gerências estaduais e municipais de educação. No entanto, nas sete bibliotecas escolares, não houve critérios para o descarte de materiais, dado o desconhecimento das etapas para tratamento técnico do acervo, além disso, foram acumuladas obras em desuso, desatualizadas e foram

²⁸ São os programas (softwares) que permitem realizar atividades específicas em um computador. Por exemplo, programas como Word, Excel, Power Point, os navegadores, os jogos, os sistemas operacionais, entre outros. Disponível em: <https://www.gcfaprendelivre.org/tecnologia/curso/informatica_basica/comecando_a_usar_um_computador/2.do>.

descartadas fontes documentais.

Constatamos que em nenhuma das sete bibliotecas, houve o trabalho de um profissional com formação em Biblioteconomia, nem mesmo a supervisão por parte deste profissional. Todos os responsáveis eram servidores (professores e técnicos) readaptados ou destinados a realizar outras funções na biblioteca. Essa constatação nos possibilitou afirmar, a existência de práticas culturais nos ambientes das bibliotecas escolares, e a partir deles. No entanto, os agentes mediadores dessas proposições/ações as praticaram de maneira empírica, mediante conhecimentos de uma cultura escolar que os formou leitores (ou não), e usuários (ou não) de bibliotecas.

Considerações Finais

Consideramos que durante o período de 1986 a 2010, as sete bibliotecas escolares, constituídas no município de Naviraí, implementaram ações visando o uso do acervo literário disponível, em especial, das obras recebidas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e por meio do Programa Nacional Biblioteca da escola (PNBE). Essas bibliotecas se constituíram inicialmente como pequenos acervos e/ou coleções de livros, depois como armários de livros e, por fim, como espaços adaptados para funcionamento de biblioteca.

Não se efetivaram ações e políticas, com uma consciência ampla do papel da biblioteca e dos atos implementados para a formação dos leitores, pois foram mobilizados conhecimentos insuficientes para que a biblioteca escolar funcionasse como centro de aprendizagem e da leitura por gosto e lazer, fato comprovado pela não permanência e/ou pela descontinuidade das práticas de leitura nesses espaços.

A pesquisa revelou a necessidade de alterações estruturais e mudança no conceito e nas finalidades da biblioteca escolar para que essa instituição seja considerada um centro cultural na escola. Dentre as alterações estruturais e mudanças, cabe mencionar, especificamente, itens como: i) melhoria da estrutura física; ii) continuidade periódica de programas de aquisição de acervos; iii) formação e atuação de bibliotecários no espaço escolar e/ou supervisão por esses profissionais; iv) formação da equipe escolar sobre o papel da biblioteca na escola; e, v) formação de redes de bibliotecas.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Poder Executivo, Brasília/DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. **Programa Nacional Biblioteca da Escola**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 de outubro de 2003 (Edição extra). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.753.htm>. Acesso em: 21 jan. 2020.

BRASIL. Lei 12.244 de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm>. Acesso em: 10 fev. 2023.

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Org.). **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo, SP: Editora Ática, 1998.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: Editora Autores Associados, nº 1, Janeiro/Junho, 2001. p. 9-43.

BRINCADEIRAS INFANTIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO LAR DAS CRIANÇAS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ-MS

Carlos Henrique Melo Bernegossi²⁹

(UFMS, carloshenriquebernegossi@hotmail.com)

Luana Bronzatti de Carvalho³⁰

(UFMS, luana.bronzatti@ufms.br)

Maria Fernanda Sampaio Fonseca³¹

(UFMS, maria.sampaio@ufms.br)

Eixo: Inclusão, Diversidade, Educação Especial e Contextos não Escolares

Introdução

O Projeto de Extensão Educação Social e Brincadeiras com Crianças e Adolescentes – PROESCA busca desenvolver brincadeiras no Lar das Crianças do município de Naviraí – MS. O Lar das Crianças fica localizado na Rua: Nagasaki, 495 – Centro, Naviraí – MS, 79950-000, no qual as visitas acontecem todos os sábados durante as 14h00min até as 16h00min da tarde.

O PROESCA tende a garantir um direito fundamental da criança e do adolescente. O tendo como embasamento:

Brincar e se divertir são direitos fundamentais de crianças e adolescentes. A lei 8.069/90 que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente tem como principal objetivo conferir proteção integral aos menores, além de estabelecer como direitos fundamentais deles: o direito à vida, à saúde, à liberdade, à dignidade, à convivência familiar e social. No artigo 16º, inciso III, do referido Estatuto, que trata mais especificamente do direito à liberdade, o texto é bem claro e prevê que o mencionado direito abrange os conceitos de brincar, de se divertir e de praticar esportes. Estatuto

²⁹ Acadêmico e pós-graduado.

³⁰ Acadêmica.

³¹ Acadêmica.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)

da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).



O projeto de extensão busca proporcionar o lúdico se destacando no ambiente da prática. As atividades lúdicas, no âmbito escolar, promovem a interação, a aprendizagem e o diálogo. Além disso, proporcionam o aprendizado inerente a muitas brincadeiras, oportuniza a reflexão da criança sobre o seu dia a dia e possibilita o desenvolvimento da sua criatividade fazendo-a imergir num mundo de conhecimentos.

Metodologia

Para chegarmos ao objetivo desta pesquisa, utilizamos como público-alvo as crianças e os adolescentes do Lar das Crianças. Diante disso, apresenta-se um relato de experiência da atividade docente abordando de forma reflexiva sobre o foco da observação durante tal atividade. Para tanto, Libâneo (1999) ressalta que:

Ao compartilharmos, no dia-a-dia do ensinar e do aprender, ideias, percepções, sentimentos, gestos, atitudes e modos de ação, sempre ressignificados e reelaborados em cada um, vamos internalizando conhecimentos, habilidades, experiências, valores, rumo a um agir crítico-reflexivo, autônomo, criativo e eficaz, solidário. Tudo em nome do direito à vida e à dignidade de todo o ser humano, do reconhecimento das subjetividades, das identidades culturais, da riqueza de uma vida em comum, da justiça e da igualdade social. Talvez possa ser esse um dos modos de fazer pedagogia (LIBÂNEO, 1999, p.02)

Desenvolver a habilidade de brincar com jogos é tanto um direito quanto uma característica do ser humano, visto ser a partir dessas atitudes que a criança, utilizando as brincadeiras como lazer é um meio de se expressar e desenvolve-se de acordo com seus ritmos.

Análise de Dados

A programação dessa vivência foi pensada a partir da obra da autora Oliveira (2021), que faz o relato ao dizer, que a criança pode vivenciar diferentes emoções através dos livros como o “pavor”, a “segurança”, “tristeza” entre outros. A autora expressa que toda criança que reside no contato com o livro, aprenderá a fazer uma leitura prazerosa e não sendo uma obrigação através do contato com o livro ou com a contação de histórias. Segundo a autora Oliveira (2021), “Entende-se que através dos livros da contação de história, as crianças fazem

uma ressignificação da história ouvida”. De acordo com a autora Castro (2017), o jogo é um bom meio para “trocar”, “estimular” e se “autoavaliar”, não devemos dar a importância para ganhar ou perder, sua diversão é por si só. A autora diz que, “devemos ensinar a aprender como se ajudar, como ser flexíveis com os demais, como compartilhar amistosamente de forma divertida e cooperativa”.

Exemplo de vivência – Contação de Histórias:

Iniciamos essa vivência, fazendo uma roda com todas as crianças, fazendo perguntas como “se elas têm o hábito de ler” e “se elas gostam de ouvir histórias”, e logo em seguida apresentamos o livro a ser lido. Fazemos a leitura da história, que nesse encontro trazido pela imagem abaixo foi o “João de barro”. Ao finalizar a história, perguntamos se eles gostaram, o que gostaram, o que eles entenderam da história e se a história tem uma moral.



Fonte: Acervo dos autores.

Ao final do encontro fazemos uma roda de conversa para saber mais sobre eles, como nome, idade, o que eles gostam de fazer, de brincar. Com isso, concluímos o dia, conseguindo mostrar para eles que brincar é uma forma de aprender, é um direito da criança.

Considerações Finais

Partindo dessas teorias, os acadêmicos que compõem o PROESCA elaboram algumas vivências para serem realizadas com as crianças do LAR DAS CRIANÇAS, como a contação

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



de histórias, corrida do saco e twister. Cada encontro começa com uma roda de conversa onde nos podemos apresentar e conhecer as crianças que vivem nesta instituição e é nesta altura que também vemos o que estas crianças fazem ao decorrer da semana e como se sentem. Após esses diálogos demos início aos jogos que estavam marcados para aquele dia.

Desenvolvemos por meio da contação de história, a atenção, despertar a curiosidade, estimular a imaginação, desenvolver a autonomia e o pensamento. Já a corrida de saco, tem como objetivo a velocidade, força, resistência, aumento da coordenação motora e cooperação. Com o twister trabalha a concentração, equilíbrio, força, coordenação motora, a noção de direito esquerdo e as cores primárias.

Referências

BRASIL. Planalto. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Texto compilado. Vigência. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 04 maio 2023.

CASTRO, Adela de. **Jogos e brincadeiras para Educação Física**: Desenvolvendo a agilidade, a coordenação, o relaxamento, a resistência, a velocidade e a força. Editora Vozes Limitada, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1999.

OLIVEIRA, Adriana Francisco de. **Contação de história como prática pedagógica**. 2021. Disponível em: <http://ri.unina.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/47/1/ADRIANAOLIVEIRA.pdf>.

DEBATES ACERCA DA SEXUALIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: APROXIMAÇÕES NECESSÁRIAS

Vanessa Benites Loubert³²

(UFGD - vanessalbenites160@gmail.com)

Míria Izabel Campos³³

(UFGD – miriacampos@ufgd.edu.br)

Eixo: Gênero e Sexualidade

Introdução

A Constituição Federal em vigor no nosso país traz em seu artigo 208 que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de “[...] IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade [...]” (BRASIL, 1988, n.p.).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394 - (LDB), acompanha a Constituição Federal reconhecendo no artigo 29 a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica e estabelecendo como suas finalidades “[...] o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996, n.p.).

Feitos esses registros, destacamos, conforme previsto nas leis vigentes no Brasil, as crianças têm direito ao “desenvolvimento integral” (BRASIL, 1996) e todos os assuntos que afetam o dia a dia delas e das/os profissionais que trabalham nos espaços coletivos de Educação Infantil precisam ser trazidos à tona, para serem dialogados, pois a construção de saberes e fazeres no/pelo cotidiano necessita, antes de tudo, de respeito às diferenças, às singularidades

³² Graduanda, aluna do curso de Pedagogia - Licenciatura, na Faculdade de Educação (FAED).

³³ Doutora em Educação, docente da Graduação e da Pós-Graduação em Educação, na Faculdade de Educação (FAED).

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



e às pluralidades de todas e todos que ali convivem. À vista disso, apreendemos que em relação a questão da sexualidade não deva ser diferente.

Escrevemos este texto tendo como referência um Trabalho de Graduação (TG) intitulado “Os desafios do trato com as questões da sexualidade por parte de docentes da Educação Infantil”, o qual foi desenvolvido como requisito para conclusão do curso de Pedagogia - Licenciatura, na Faculdade de Educação (FAED), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Para o TG definimos como objetivo geral analisar os desafios do trato com as questões da sexualidade por parte de docentes da Educação Infantil e como objetivos específicos: investigar as concepções da sexualidade em seus aspectos conceituais, históricos e culturais; explicitar sobre os debates acerca da sexualidade no contexto da Educação Infantil; problematizar os desafios das/os docentes com as questões da sexualidade na conjuntura atual.

A metodologia escolhida foi bibliográfica e documental. Para tanto procedemos levantamentos e estudos do tema em autoras tais como: Campos e Sarat (2021), Furlani (2011), Lourenção e Campos (2018), Sarat e Cruz (2018), Xavier Filha (2018). E também examinamos legislações vigentes em nosso país: Brasil (1988; 1990; 1996; 2009).

Isso posto, nosso objetivo neste resumo expandido é propor debates acerca da sexualidade no contexto da Educação Infantil, entendendo que aproximações são necessárias para uma retomada das problematizações sobre o tema, depois de um período de retrocesso “[...] das discussões e desmontes de políticas já conquistadas, caracterizando um significativo recuo, com repercussões que puderam/podem ser sentidas na família, na educação básica e na educação superior [...]” (CAMPOS; SARAT, 2021, p. 238).

Desenvolvimento e discussões

Concebemos que no nosso país, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069/90, a infância é o período compreendido entre “[...] 0 a 12 anos incompletos” (BRASIL, 1990, n.p.). Um período de muitos aprendizados e vivências significativas para a vida de todas as crianças, pois a partir das experiências que terão nesse momento, as mesmas poderão carregar consequências por uma vida inteira.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



Em nossa pesquisa focamos as crianças até 5 anos de idade, as quais são atendidas nos espaços da Educação Infantil. Acolhendo a perspectiva de Kuhlmann Jr. e Fernandes (2004, p. 15.), compreendemos “[...] a *infância* como a concepção ou a representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida, ou como o período vivido pela própria *criança*, o sujeito real que vive essa fase da vida”.

Em texto de Sarat e Cruz (2018), encontramos estudos dedicados à criança e sua educação, os quais apontam que “a infância é uma condição da criança, portanto é o espaço no qual a brincadeira, a imaginação e a fantasia estão presentes como formas de compreender, questionar e estabelecer relações com o mundo que a cerca” (SARAT; CRUZ, 2018, p. 11). Para somar à afirmação das autoras, é mister trazermos aqui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que em seu artigo 4º definem que “as propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos [...]” (BRASIL, 2009, p. 1).

Assim, a partir das legislações e de autoras e autores citados, realçamos que meninas e meninos são cidadãs e cidadãos históricos e de direitos e, portanto, todo e qualquer conhecimento acumulado pela humanidade precisa ser tratado com elas e eles. Responder às suas dúvidas e curiosidades é condição primeira para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade, socialmente referenciado que possibilite discussões relativas às “[...] diversidades sobre as quais foram forjadas verdades” (CAMPOS; SARAT, 2021, p. 247).

Como bem elucida Finco (2010, p. 134), precisamos garantir “[...] uma pedagogia das diferenças, uma pedagogia das relações na qual a criança é a protagonista”. Quer seja, é imprescindível o empenho de todas e todos os envolvidos no cuidado e educação das crianças, para a implementação de uma educação que contemple suas realidades e necessidades, tendo em conta o quanto é imprescindível um diálogo e uma discussão contínua sobre “[...] a capacidade das crianças de não somente reproduzirem o padrão social, como também de compararem e criarem novas realidades e significados” (FINCO, 2010, p. 134).

Aproximamos-nos agora dos estudos de Xavier Filha (2018), pois eles também nos ajudam a refletir acerca de questões da sexualidade na Educação Infantil. A partir da autora temos que “a criança a expressa de forma a querer e a desejar saber sobre o seu corpo, sobre sua vida, sua existência e sua aparição no mundo. [...] Produz teorias e dialoga com as outras

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



peças porque é um ser social que está construindo conhecimentos a todos os momentos” (XAVIER FILHA, 2018, p. 145).

Sob esse ângulo devemos evidenciar que as/os profissionais dos diversos espaços de Educação Infantil que não efetuarem discussões acerca da temática da sexualidade, estarão incorrendo em um desrespeito às leis vigentes no Brasil, bem como, demonstrando desconhecimento teórico relativo às pesquisas desenvolvidas acerca das infâncias e das crianças pelas diferentes áreas, dentre as quais citamos: antropologia, história, pedagogia, psicologia.

Sobre este silenciamento nas/das instituições, vale trazeremos estudo de Lourenção e Campos (2018) nomeado “Gênero, sexualidade e Educação Infantil: formação e práticas pedagógicas de professoras”. Trata-se de investigação no Projeto Pedagógico de Curso, Pedagogia – PCC/2009, da Faculdade de Educação (FAED) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), cujos resultados apontaram que poucas disciplinas tratam as questões de gênero e sexualidade, nos levando a perceber que pode existir um conhecimento insuficiente das/os docentes para lidarem com as demandas de aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

Para Furlani (2011, p. 65), “se considerarmos que a sexualidade [...] é um componente humano e, portanto, um assunto de interesse infantil e jovem, então, da escola se espera uma atitude no sentido de garantir, em todos os níveis da educação brasileira, [...] a sua discussão e inclusão curricular”. A partir dessa perspectiva apontada pela autora, é fundamental trazeremos mais contribuições do seu trabalho para o nosso texto. Assim, apresentamos o quadro 1 a seguir, a partir de Furlani (2011, p. 67).

Quadro 1

Educar não é um ato neutro;
Há uma íntima relação entre o que pensamos e nossa prática pedagógica;
Toda prática docente é amparada por uma teorização (mesmo que não tenhamos consciência dela);
A formação docente (os cursos de formação) e a educação continuada deveriam refletir esses pressupostos teóricos e práticos;
O ato pedagógico é permeado de decisões, escolhas, e, portanto, por disputas de saberes e significados;
Precisamos estudar teórica e politicamente o processo educacional para decidir “que tipo de educador/a sexual eu vou ser”.

Fonte: Furlani (2011).

Nesse aspecto, evidenciamos que para ela “tudo isso torna a educação sexual uma ação escolar permanentemente pessoal e política” (FURLANI, 2011, p. 67), posicionamento com o qual nós concordamos.

Considerações Finais

Depreendemos que abordar as questões da sexualidade é fundamental para a educação de meninas e meninos e, para tanto, neste texto fizemos algumas aproximações com teóricas/os e legislações brasileiras, objetivando contribuir com o debate acerca da temática na Educação Infantil.

Em Xavier Filha (2018, p. 146) temos que “as crianças são seres inteligentes e produzem cultura, estão em constante interação com tudo o que há no social. Vão aos poucos construindo seus modos de pensar e estar no mundo”. Por consequência, entendemos, não tem como fechar os olhos e tapar os ouvidos, fingindo que as crianças não estão atentas e buscando informações e respostas para as suas perguntas.

Contudo, para a sexualidade ser tratada pelas/os profissionais no cotidiano das práticas pedagógicas da Educação Infantil, é necessário garantir a presença de estudos consistentes na formação inicial e continuada de todas e todos, pois sem o conhecimento necessário, continuaremos assistindo a negação em relação à temática no trabalho com meninas e meninos e ela permanecerá vinculada a muitos tabus, conservadorismos etc., os quais residem e resistem em nossa sociedade.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 31 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 31 mar. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 31 mar. 2023.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf Acesso em: 31 mar. 2023.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023



(ISSN 2178-2431)

CAMPOS, Míria I.; SARAT, Magda. “É uma menina!”: marcas da educação feminina e relações de gênero na família. **Perspectivas em Diálogo**, Naviraí, v. 08, n. 17, p. 235-253, maio/ago. 2021.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula**: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FINCO, Daniela. Brincadeiras, invenções e transgressões de gênero na educação infantil. **Revista Múltiplas Leituras**. v. 3, n. 1, p. 119-134, jan. jun. 2010.

KUHLMANN, Moysés Jr.; FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. *In*: FARIA FILHO, Luciano M. (org.). **A Infância e sua Educação**: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURENÇÃO, Juliana da S.; CAMPOS, Míria I. **Gênero, Sexualidade e Educação Infantil**: formação e práticas pedagógicas de professoras. 2018. 53 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD, Dourados/MS, 2018.

SARAT, Magda; CRUZ, Gislaíne A. da. A criança e sua educação: história e cultura contemporânea. *In*: SARAT, Magda; TROQUEZ, Marta C. C.; SILVA, Thaise da (org.) **Formação docente para a educação infantil**: experiências em curso. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2018.

XAVIER FILHA, Constantina. Educação para a sexualidade e gênero na infância. *In*: SARAT, Magda; TROQUEZ, Marta C. C.; SILVA, Thaise da (org.) **Formação docente para a educação infantil**: experiências em curso. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2018.

DISLEXIA: PERCEPÇÕES E AÇÕES NO CONTEXTO ESCOLAR

Margarida Maria Silva Arantes³⁴

(arantesmarga@gmail.com)

Stefane Aparecida do Nascimento³⁵

(stefanedonascimento@hotmail.com)

Luany Teodoro de Oliveira³⁶

(luany.heloisa2015@gmail.com)

Eixo: Inclusão, Diversidade, Educação Especial e Contextos não Escolares

Introdução

O presente trabalho, concerne em discutir a dislexia como um dos sérios problemas dentro do sistema de ensino/aprendizagem da aquisição da leitura e da escrita. Este trabalho foi idealizado a partir das dificuldades encontradas no trabalho em sala de aula como professora de apoio pedagógico especializado, com alunos com dificuldades de aprendizagem no contexto

³⁴ Professora de Apoio na Educação Especial e Inclusiva da Rede Municipal de Ensino de Naviraí/MS. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Câmpus de Naviraí e graduanda em Letras pela Universidade Unifaveni - FAVENI. Possui especialização em Educação Especial pela Faculdade UNINA, Educação Infantil e Séries Iniciais - Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI, e em Alfabetização e Letramento - Faculdade UNINA.

³⁵ Professora e Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de Naviraí/MS. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Câmpus de Naviraí e graduanda em Artes pela Universidade Unifaveni – FAVENI. Possui especialização em Educação Especial pela Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI, Educação infantil e Séries Iniciais com ênfase em Psicomotricidade e em Psicopedagogia pela Faculdade de Ensino Superior de São Miguel do Iguaçu- FAVESI.

³⁶ Professora de apoio na Educação Especial e inclusiva da rede municipal de ensino de Naviraí/MS. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Anhanguera polo Naviraí-MS e graduanda em História pela universidade Unifaveni-FAVENI. Possui especialização em Psicopedagogia e Educação Especial pela Faculdade Dom Alberto-FAVENI, e em Atendimento Educacional Especializado e Autismo pela FCE -Faculdade Campos Elíseos- São Paulo/SP.

escolar, haja vista que trata-se de um dos transtornos que mais dificulta o processo de aprendizagem, atingindo crianças, adolescentes e adultos de vários níveis em aprendizagem.

São várias as dificuldades e prejuízos para uma pessoa que convive com essa dificuldade sem um tratamento adequado, ou ainda quando tal distúrbio não é diagnosticado, tornando-se um peso para muitas crianças, que, por vezes, acabam sendo rotuladas de “preguiçosas”, “burras” ou desinteressadas” quando na verdade não são, geralmente esses alunos se esforçam, mas não conseguem obter êxito na aprendizagem, conforme afirma Guerra (2002).

Rodrigues; Ciasca (2016, n.p), apresentam as principais dificuldades do aluno com dislexia:

Dificuldade na habilidade de decodificação: Não reconhece ou identifica determinadas letras; não associa o grafema com o fonema; substitui, omite ou inverte a leitura de palavras; lentidão no reconhecimento de palavras; não reconhecimento de palavra.

Dificuldade na habilidade sintática: Não combina o significado de várias palavras; não identifica sinais sintáticos para a construção dos significados; identificação e interpretação errônea dos sinais de pontuação; não faz uso de conhecimentos gramaticais; não estabelece relações causais entre distintas partes do texto.

Dificuldade na habilidade semântica: não integra as informações de várias frases e, como consequência, não extrai informações do texto ou a informação extraída é escassa; não identifica significados a partir de chaves contextuais; não realiza processos de integração, resumo e elaboração; não faz deduções sobre a informação extraída; não contextualiza o significado das palavras.

Habilidades atencionais: Apresenta baixo nível de concentração durante a leitura; a distribuição da atenção é inadequada; há maior ou menor concentração em partes da leitura; a concentração é feita por breve espaço de tempo; a atenção oscila entre momento de concentração adequada com momentos de leitura automatizada, com perda da concentração; a escassa capacidade atencional impede a identificação de indicadores sintáticos e semânticos que possibilitem a compreensão; não há regulação da capacidade atencional para extração de significado do texto; Não apresenta consciência da natureza da tarefa, nem da estratégia atencional que precisa usar.

Conhecimentos prévios: Escasso conhecimento sobre o tema da leitura; vocabulário reduzido; conhecimento não organizado; conhecimentos frágeis armazenados na memória de longo prazo, mediante aprendizagem de simples associações mecânicas; escassos conhecimentos; não utiliza os conhecimentos; não identifica a informação relevante; não identifica a estrutura lógica da leitura; escassa ou nula consciência de quais são os interesses, motivações e objetivos da leitura e como afetam a compreensão da leitura; não sabe que estratégias de compreensão empregar e que utilidade pode ter; não sabe como regular o processo de compreensão quando tem dificuldade; não tem consciência de como compreender e o que pode dificultar a compreensão.

Estratégias de compreensão: Desconhece que estratégia de compreensão utilizar quando lê; não utiliza adequadamente as estratégias de compreensão aprendidas.

É importante resaltar que o dislético tem condições naturais para contornar suas dificuldades, resolver tudo que passa pelo concreto e que envolve os sentidos.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



A ação educativa de escola consistirá em desenvolver a espontaneidade adaptada ao ambiente. Para isso é necessário que o professor tenha conhecimento do ritmo de desenvolvimento da criança e crie as condições para o seu progresso. O que é possível num ambiente em que ela pode ser beneficiar do contato com outras crianças da mesma idade, participando de atividades coletivas, alternadas com tarefas mais individuais (JOSÉ & COELHO, 1989, p. 117).

Deste modo, o aluno com dislexia deve ter um professor que o auxilie na realização de suas atividades, adaptando os conteúdos pedagógicos de um modo que ele assimile com compreensão para realizá-los. O trabalho realizado na instituição escolar deve ser transdisciplinar, buscando articulações metodológicas que propicie ao aluno com dislexia o ensino/aprendizagem, priorizando um atendimento educacional especializado (AEE) em contra turno.

Metodologia

O presente estudo se inscreve no campo investigativo, onde objetivamos buscar informações e contribuições que ajudem a compreender um pouco mais sobre o transtorno da dislexia, propõe-se estudar quais são as causas, os sintomas, as dificuldades que a escola encontra em lidar com essa especificidade, as ações do professor, quais as possibilidades de prevenção e possíveis tratamentos. Para tanto, utilizou-se os recursos das pesquisas bibliográficas baseadas em referenciais teóricos como livros, artigos acadêmicos e internet que possibilitaram um suporte na construção do trabalho proposto.

De acordo com Gil (2010, p. 12) "a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado com o objetivo de analisar posições diversas em relação a determinado assunto".

Assim, a pesquisa bibliográfica nos serviu de base para desenvolver novos conhecimentos, e refletir sobre algumas ideias já publicadas a respeito da dislexia.

Análise de Dados

Ao entrarmos em contato com o material analisado, os dados evidenciam que ainda não está claro quais são as causas da dislexia, mas há a possibilidade de que o distúrbio seja uma

junção de diferentes fatores. Alterações cerebrais, como atraso no amadurecimento do sistema nervoso central, e perturbações durante o parto ou ainda nas primeiras semanas ou meses de vida também poderiam contribuir para o desenvolvimento da dislexia. Existem algumas hipóteses, entre elas a de que o distúrbio pode estar relacionado com a produção excessiva de testosterona pela mãe ainda durante a gestação, especialmente entre a 16^a e a 24^a semana (BELLO, 2009).

Por se tratar de um problema de origem neurológica, muitas vezes é difícil de identificar se não tiver um conhecimento apurado sobre a temática. Afinal, quais são as causas da dislexia? As respostas para essa pergunta podem ser bastante controversas, sendo que, hoje, a mais aceita é a que considera as origens da dislexia em três âmbitos: genético, de desenvolvimento ou devido a situações traumáticas.

A causa genética, também chamada de primária, é uma disfunção neurológica que aparece já nos primeiros anos de vida. A de desenvolvimento ou secundária é causada por hormônios ou outros quadros físicos de origem externa, como má nutrição. A causa tardia, também chamada de dislexia adquirida, é consequência de lesões no cérebro, por acidentes (VITA, 2018).

A dislexia não possui um tratamento específico, pois é multidisciplinar, na busca de superar as dificuldades características tanto na família como na escola, desde a sua inserção na vida escolar, alfabetização e no decorrer de seu ensino utilizando uma metodologia adequada, se ajustando de acordo com as necessidades do aluno.

Considerações Finais

Diante dos resultados da pesquisa, podemos constatar que a dislexia é um distúrbio que provoca dificuldades na aprendizagem da leitura, escrita e interpretação, o que muitas vezes ocasiona a falta de motivação para a realização das atividades propostas no cotidiano. Não sendo caracterizada como doença no meio científico. Deste modo procurou-se evidenciar neste trabalho que o professor, na sua prática diária, é elemento fundamental não só para a identificação dos fatores de risco da dislexia, mas também para o seu diagnóstico e intervenção. É necessário criar condições para que o aluno permaneça na escola disponibilizando uma equipe multidisciplinar para atuar juntamente com o professor, auxiliando-o nas atividades propostas.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



Cabe ao educador criar oportunidades para o desenvolvimento da autonomia do aluno, priorizando um Atendimento Educacional Especializado (AEE), estimulando-o na busca pela resolução de problemas, sua confiança, sua autoestima e sua independência. Haja vista que, o sucesso do processo de intervenção dependerá, em grande parte, da atuação da escola, já que é nesse contexto que a criança permanece a maior parte do seu tempo.

Por fim, entende-se que se faz necessário que professores, escola e família caminhem juntos pela busca de condições para o atendimento à criança com dislexia, tendo uma postura de acolhimento, paciência, tolerância, perseverança, oportunizando a ele, programas educativos específicos e bem fundamentados que auxiliem no desenvolvimento das condições cognitivas deste indivíduo.

Referências

BELLO, Karina de Moraes. RIBEIRO, Vanessa Alves. **Metodologias de ensino no processo de ensino aprendizagem de alunos com dislexia no ensino fundamental I**. Disponível em: <<https://multivix.edu.br/wpcontent/uploads/2018/04/revista-cosmos-academico-3.pdf#page=9>>. Rev. cosmo acadêmico, vol. 1, nº 3, ano 2018. Acesso em: 05 out. 2018.

BELLO, Lívia Carvalho Dias. **Quais as causas da dislexia?** MBA em Comunicação Corporativa (Anhembí Morumbi, 2009). Disponível em: <www.infoescola.com/doencas/dislexia/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

JOSÉ, Elisabete da Assunção. COELHO, Maria Teresa. **Problemas de aprendizagem**. 1989. Disponível em <<https://scholar.google.com.br/scholar>> Acesso em: 28 abr. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogia.quirinopolis.ueg.br/abnt/TiposdePesquisa-AntonioCarlosGil.pdf>> Acesso em: 26 out. 2014.

GOMES, Ivone Alvino de Barros. **Dificuldades de Aprendizagem nas Séries Iniciais**. Brasília: Escola Superior Aberta Do Brasil Discaulia, 2010. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/54008200/Escola-Superior-Aberta-Do-Brasil-Discaulia>> Acesso em: 29 abr. 2023.

RODRIGUES, Sônia das Dores. CIASCA, Sylvia Maria. Dislexia na escola: identificação e possibilidades de intervenção. **Revista psicopedag.**, São Paulo, v. 33, n. 100, p. 86-97, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862016000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 abr. 2023.

VITA, Vinícius de. **Dislexia:** sintomas, causas e tratamento da dificuldade de aprendizagem. Disponível em: < www.ativosauade.com/saude/dislexia-principais-sintomas/>. Acesso em: 30 abr. 2023.

EDUCAÇÃO VICENTINENSE: APONTAMENTOS SOBRE OS SEUS PRIMÓRDIOS (1958-1990)

Luana Tainah Alexandre Braz³⁷

(UFGD, luana_tainah@hotmail.com)

Magda Sarat³⁸

(UFGD, magdaoliveira@ufgd.edu.br)

Eixo: História da Educação, Memória e Sociedade

Introdução e metodologia

Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa em andamento ao qual objetiva investigar a constituição da educação no município de Vicentina – MS, no período de (1958-1990) contada a partir das memórias dos/as professores/as aposentados e dos documentos localizados, resultando na caracterização do atendimento educacional Vicentinense. Nesse sentido, Vicentina é um município pertencente ao estado de Mato Grosso do Sul, localizada a 250 km da capital do estado, Município de Campo Grande e possui a sua história pelo o que demonstram as fontes iniciais centrada no movimento assistencial, político e religioso. Assistencial devido o acolhimento dos colonos e o atendimento as suas necessidades básicas. Político devido ao Programa de distribuição de lotes rurais e o desenvolvimento do então

³⁷ Doutoranda em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Bolsista FUNDECT, membro do Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador (GPEPC).

³⁸ Professora Titular da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Bolsista Produtividade Cnpq, líder do Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador (GPEPC).

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



vilarejo, distrito e município. E religioso marcado pela presença do movimento palotino na liderança local.

Tendo exposto isso, interessa saber como foi à constituição e a trajetória da educação no município de Vicentina? Qual era a função social da educação no município? Como as escolas foram estruturadas e organizadas? Como o movimento Palotino influenciou na formação dos indivíduos?

A fim de alcançar os objetivos propostos e obter respostas às indagações dessa investigação, faremos uso da abordagem de estudo qualitativa, pois esta pode nos conduzir por diferentes caminhos e não se apresentar como uma proposta fechada, possibilitando a pesquisadora a fazer uso da criatividade, resultando assim em pesquisas sobre diversos enfoques (GODOY, 1995). Usaremos no momento das análises as lentes conceituais do referencial teórico Norbert Elias nos conceitos de Civilidade, ponderação de condutas e poder. Além de outros estudos feitos em diálogo com a teoria eliasiananos nos trabalhos de Sarat (2009; 2015; 2012); Boto (2010; 2014); Veiga (2007; 2002; 2010); Cunha e Santos (2017), dentre outros. Na pesquisa bibliográfica autores que abordam a Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND como é o caso dos estudos de Carli (2005); Menezes (2011, 2012); Oliveira (2013) e Naglis (2014). Sobre a presença religiosa na CAND temos Ponciano (2006, 2008) e Catellan (2019). Sobre estudos que tem como objeto a História da Educação de municípios encontramos Pereira (2017) e Nuremberg (2017). E especificamente sobre Vicentina Tomaz e Ziliani (2015) e Aranda e Baller (2018). No entanto, nenhum trabalho que aborde diretamente o campo da educação.

Além destes, será realizada a coleta e análise documental nos arquivos da Escola Padre José Daniel, na Secretaria Paroquial da Paróquia Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos e no Centro de Documentos Regional (CDR/UFGD). Também arquivos pessoais, decidimos esmiuçar os arquivos, por considerarmos relevantes pensar nos modos de fazer das pesquisas que possuem como objeto a educação e, sobretudo aquelas de cunho regional pela investigação dos processos escolares, um espaço limitado e permeado pelas relações de poder, culturas que vão sendo incorporadas pelos indivíduos que ali viveram e vivem até os dias atuais (LUCHESE, 2014).

Além disso, a realização de entrevistas por meio da História Oral com professores aposentados fará parte do corpus documental, pois a escolha dos indivíduos como parte da

pesquisa é importante por elucidarem o vivido e o vivenciado. Conforme aponta Meihy (2002, p. 13) “a história oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos de pessoas e de grupos. É sempre uma história do tempo presente e reconhecida como uma história viva”.

Análise de Dados

O município de Vicentina foi criado a partir da chegada de colonos advindos do movimento Marcha para o Oeste implementada pelo governo Getúlio Vargas em 1940 ao qual objetivava povoar áreas fronteiriças. Deste modo criou as Colônias Agrícolas Nacionais (CANS) e no Sul de Mato Grosso, antes da divisão do estado, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) implantada em 1944 e dividida em duas zonas, estas contando com uma sede e uma sub sede.

Com a criação da Colônia Agrícola, outros desafios foram enfrentados, pois, cada vez mais chegavam migrantes para a região e o número de freis Franciscanos que já estavam alojados na região era escasso. Outras dificuldades como o transporte para atender toda a região dificultava os trabalhos, visto que a presença católica era considerada fundamental no período, pois levariam a religião para esses “novos cantos” e foi preciso contar com a ajuda de padres Palotinos (TOMAZ; ZILIANI, p. 7, 2015). Assim, em 1954 chega ao povoado o Padre José Daniel da ordem religiosa Palotina para conduzir o povoado, realizando trabalhos de cunho religioso, assistencial e político na Sub-Sede. Em seguida o vilarejo foi nomeado de Vicentina em homenagem a São Vicente Pallotti fundador da ordem Palotina (SANTOS, 2007).

Após os colonos terem recebido os lotes, “aberto a mata” e construído suas casas, alguns passaram a auxiliar o Padre na organização do vilarejo até que este tivesse farmácia, escola, capela, mercearias, dentre outros. Com apoio político e a organização do povo em 1958 surge a Escola Paroquial Rainha dos Apóstolos de ensino primário, criada anexa a igreja católica. No ano de 1962 para dar continuidade ao nível de ensino foi criado o Ginásio Comercial Vicente Pallotti. Em 1981 as duas instituições de ensino mencionadas são unificadas e passam a ser chamadas de Escola Rainha dos Apóstolos.

Foram mais de 20 anos da educação Vicentinense sobre tutela da igreja, quando em 1981 passa a ser integradas ao domínio público. Em 1983 em homenagem ao Padre José Daniel

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



já *in memoriam* (1978) a Escola passa a ser chamada de Escola Estadual de 1º e 2º graus Padre José Daniel, dirigida pelo Padre Roberto Fulco do Nascimento também da ordem palotina. Até o ano de 1987, Vicentina era subordinada ao Município de Fátima do Sul, antes chamado de Vila Brasil, no entanto as lideranças locais pleiteavam a emancipação. Foram anos de disputas, plebiscitos e reuniões até que a Vila Vicentina foi elevada a categoria de cidade pela Lei nº 725 em 20 de junho de 1987 deixando de ser apenas o distrito ou a sub-sed (TOMAZ; ZILIANI, 2015). Assim, no ano de 1999 a Escola Estadual Padre José Daniel foi vendida ao Governo do Mato Grosso do Sul e passou a ser governada por diretores do estado com diretor nomeado.

Como exposto, a figura do Padre José Daniel desde o início do povoado, até a sua expansão e as suas ações que permeavam entre alimentar a fé e a fome do povo, imbuíam um poder que versava sobre diversas faces e assim podia “[...] reter ou monopolizar aquilo que outros necessitam, como por exemplo, comida, amor, segurança, conhecimento, etc. Portanto, quanto maior as necessidades desses últimos, maior é a proporção de poder que detêm os primeiros” (ELIAS, 1994, p. 53). E o povo possuía muitas necessidades, de modo que o poder sempre estava em favor das lideranças locais, estas chegavam se estabeleciam, e tais características refletiam na formação dos indivíduos que deveriam avançar rumo à civilidade como exposto por Marin:

Para a hierarquia eclesiástica, os mato-grossenses, por estarem nos primeiros passos da civilização, seriam incapazes de atingir a perfectibilidade humana. Era necessária uma alavanca que os estimulasse à civilização e ao progresso econômico. Os sentimentos de superioridade da civilização branca e européia reforçavam a percepção de que o homem mato-grossense, devido à mestiçagem, pertencia a uma idade já ultrapassada pela humanidade, além da visão de Mato Grosso como um sertão pouco civilizado e bárbaro. O mato-grossense, eterno-primitivo, cederia espaço para o migrante. A sociedade rural e estática seria substituída por outra mais dinâmica, urbana, progressista e de grande mobilidade social. Passava-se de uma população de nível cultural baixo para outra de nível **superior** (MARIN, 2013, p. 331, grifos nossos).

Nesse sentido, buscamos compreender o cenário político, econômico e social ao qual a educação de Vicentina se originou, bem como a forma que foi sendo desenvolvida ao longo das primeiras décadas em que estava sob administração da igreja católica. Dentre outros elementos como a escolha dos profissionais, conteúdos, formações e práticas educativas. Indagações que tentarão ser respondidas ao longo da investigação a ser desenvolvida.

Considerações Iniciais

Partimos da tese que a Educação Vicentinese teve suas bases calcadas no catolicismo conservador mediado pela Figura do Padre José Daniel e posteriormente do Padre Roberto Fulco, sob tutela da igreja até que a educação desta instituição fosse repassada ao poder do estado de Mato Grosso do Sul. Diante disso, alguns conceitos foram imbuídos na formação dos docentes e alunos como: disciplina, moralidade, ponderação de condutas, regulação de costumes, controle e autot controle de emoções, além da presença de um assistencialismo social e político em busca de uma civilidade normatizada. Esperamos que essa proposta de estudo revele as raízes da história da educação do Município de Vicentina-MS, assim como outras inúmeras possibilidades de pesquisa ainda ocultas nos arquivos institucionais, pessoais e nas memórias dos indivíduos.

Referências

ARANDA, Adnara Thais Bordan. Uns partiram, outros ficaram: Análise Sócio-Histórica do Processo de Colonização de Vicentina no Antigo Sul de Mato Grosso (1954-1987). Dourados: UFGD, 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas. Disponível em: <https://www.ppghufgd.com/wpcontent/uploads/2020/11/Dissertacao-Adnara-Moya.pdf>. Acesso em: 04. out. 2021.

CUNHA, Maria Teresa Santos; SANTOS, Márcia Regina. Preceitos para bem viver: um estudo sobre manuais de civilidade e etiqueta na década de 1950. **Comunicações**, v. 24, n. 3, p. 191-211, 2017.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador**. Uma história dos costumes. Vol. 1. Rio de Janeiro: 1990.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua, NEVES, Delma Pessanha (org.). – Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013.

PONCIANO, Nilton Paulo. **Fronteira, religião, cidade**: o papel da igreja católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul/MS (1943-1965). 2006. 248 14 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2006. Disponível em: Acesso em: 04. out. 2021.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



SANTOS, Claudete Soares de. **Os colonos e a Igreja Católica no contexto da Colônia Agrícola de Dourados**: (1940-1970). 2008. Dissertação Mestrado em História, Universidade Federal da Grande Dourados. Disponível em: <http://200.129.209.58:8080/handle/prefix/147>. Acesso em: 04. out. 2021.

SARAT, M. (Orgs.). **Tempos e espaços civilizadores**: diálogos com Norbert Elias. Dourados. 2009.

SARAT, Magda. **Relações entre gerações e processos “civilizadores”**. Tempos e espaços civilizadores: diálogos com Norbert Elias. Dourados: Editora da UFGD, p. 103-119, 2009.

TOMAZ, Fernanda Niz; ZILIANI, José Carlos. A missão Palotina e suas influências na cidade de Vicentina e na escolarização dos migrantes (1950-1980). **Horizontes-Revista de Educação**, v. 3, n. 5, p. 67-83, 2015. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/view/4506>. Acesso em: 04. out. 2021.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. **Revista Brasileira de Educação**, n. 21, p. 90-103, 2002.

VEIGA, Cynthia Greive. Monopolização do ensino pelo Estado e a produção da infância escolarizada. **Simpósio internacional processo civilizador**, v. 10, p. 1-15, 2007.

ESCOLA EM FOCO A PARTIR DO OLHAR DE ESTUDANTES EM UM ESPAÇO DE REFLEXÃO

Luzinete Cosmo de Noronha
(UFMS – CPTL, licin2009@gmail.com)

Eixo: Gênero e Sexualidade

Introdução

Esta pesquisa intitulada de Escola em foco: gênero e sexualidade a partir do olhar de estudantes de pedagogia, realizada pela Pedagoga Ana Carolina Alves de Lima ocorrida no ano de 2019 pela UFPB pretendeu refletir sobre a compreensão dos estudantes pré-concluintes e concluintes do curso de Pedagogia, campus I, UFPB, acerca de situações escolares envolvendo as temáticas de gênero, sexualidade e diversidade.

A partir de comparativos como episódios da vida cotidiana como por exemplo, na escola quando há separação de brincadeiras de meninos e meninas; na rua - com assédios; no trabalho - assédio moral e sexual, desigualdade salarial entre homens e mulheres no exercício das mesmas atividades, problemas de conciliação da carreira com família/maternidade; em casa, com a não divisão do trabalho doméstico e os diversos tipos de violência doméstica, ou seja, nos diferentes espaços que ocupamos, as questões de gênero nos afetam. No campo profissional, há carreiras consideradas femininas, entre elas a Pedagogia.

Além de relatos de colegas profissionais que não sabiam como reagir ou contornar, nos estágios, determinadas situações que envolviam questões de gênero como, por exemplo: meninas que não participavam da educação física ou não podiam jogar bola com os meninos; um menino chamando o outro de gay, porque foi abraçado por ele; a atuação da professora em sala de aula, reproduzindo discursos machistas e/ou preconceituosos. Tais situações, vivenciadas cotidianamente no âmbito das escolas, apontam para a necessidade de que esse tema seja abordado em diversas atividades educativas durante formação docente.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



Na condição de estudante de Pedagogia, percebeu que o curso é, em sua maioria, feminino. Além disso, é voltado para uma área de atuação bastante feminizada, qual seja: a Educação e nela, especialmente, para a docência em educação infantil e/ou nos anos iniciais do ensino fundamental. A feminização da Educação ocorre, como aponta Guacira Louro (1997, p.88), porque a escola é vista como uma extensão do espaço domiciliar (o ato de zelar, cuidar e o afeto).

Segundo a autora, apesar da conotação, não era compreensível que um curso tão feminino tivesse tão poucos espaços para refletir sobre as desigualdades entre homens e mulheres, além de outros temas que envolvessem as questões de gênero, políticas para as mulheres etc. No atual Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do Curso de Pedagogia (PEDAGOGIA/UFPB, 2006), poucos componentes curriculares (obrigatórios e optativos) versam sobre esses temas.

Diretamente, apenas Educação e Diversidade (obrigatória), Educação Sexual e Educação, Gênero e Religiosidade (ambas optativas) possuem, em suas ementas, indicativos da abordagem das questões de gênero. Em geral, a abordagem das questões de gênero ocorre em virtude da implicação que os docentes tenham com o feminismo ou demais grupos culturalmente marginalizados. Além do currículo oficial do curso, cabe destacar que esses temas são abordados em eventos promovidos por docentes e estudantes vinculados ao Diretório Acadêmico.

No entanto, com a crescente onda moralista no país, juntamente com a afirmação de grupos conservadores de que estaríamos vivendo uma suposta “ideologia de gênero”, causa um certo receio em docentes de abordar esse tema no âmbito das escolas. Afirmando que a abordagem educativa do tema estaria colocando a “família” (entendida como a nuclear e heterossexual) em risco, bem como incentivando o exercício “precoce” da sexualidade nas crianças.

Todavia, ao contrário do que dispõe esse argumento, a abordagem educativa das questões de gênero nas escolas atua de modo preventivo quanto a situações de abuso e violência sexual e de gênero, por exemplo, além de ensinar as crianças a respeitarem e conviverem com a existência de diversos arranjos familiares (não apenas homoparentais, a exemplo das famílias nas quais as crianças são criadas pelos avós e/ou outros parentes e o do arranjo familiar mais comum, as das crianças criadas apenas pela mãe). Estudiosos do campo indicam que o uso do

termo é equivocado, pois não estaria de acordo com o modo como gênero é utilizado no âmbito dos estudos feministas.

A partir dessa compreensão viu-se que era possível articular a educação ao conceito de gênero e as práticas pedagógicas generificadas à vida pessoal e profissional, mesmo sabendo da falta de compreensão em geral, inclusive estudantes e docentes universitários/as, do conceito e significado que cerca esse termo, inclusive dentro do Curso de Pedagogia, refleti sobre como seriam abordadas as questões relacionadas a esse tema em salas de aula.

Gênero e sexualidade são tomados como construções sociais e pedagógicas, o que implica dizer que aprendemos e ensinamos sobre gênero e sobre sexualidade em diversas instâncias e relações sociais.

Metodologia

A metodologia empregada trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, e deveu a produção do material empírico a partir da aplicação de um questionário com perguntas fechadas, contendo 29 (vinte e nove) questões de identificação e sobre conceitos e situações cotidianas, com estudantes concluintes e pré-concluintes do Curso de Pedagogia, UFPB, Campus I, cuja aplicação ocorreu de forma híbrida, e foi respondido por 49 estudantes, no período de 27 de abril a 15 de julho de 2018. A pesquisa qualitativa, segundo Uwe Flick (2009, p.16) é aquela que “está interessada nas perspectivas dos participantes”, não se preocupando com a quantidade de informações a serem coletadas.

Análise Dos Dados

Como resultado, é possível perceber que os pedagogos em formação em sua maioria assimilaram que as temáticas em questão precisam ser abordadas, contudo, também há resistências por parte de alguns deles para que essas questões sejam trabalhadas nas escolas. Contudo, esta pesquisa contribuiu para a importância da abordagem das questões de gênero e sexualidade, particularmente, nos currículos de formação de profissionais da Pedagogia, como forma de cooperar para a construção de uma sociedade mais equânime, respeitosa e menos desigual.

A partir das respostas dos estudantes, a maioria dos entrevistados concordaram que esses temas devem ser abordados em quaisquer instâncias, desde a família até as mídias e a escola, reforçando a tese da importância da abordagem das questões de gênero e sexualidade nas escolas.

Para isso, é fundamental que essas questões sejam abordadas nos cursos de formação docente, especialmente, a Pedagogia, principalmente porque forma possíveis profissionais da Educação que atuarão nos anos iniciais, onde as diferenças entre meninos e meninas são demarcadas e podem ser desconstruídas com uma certa facilidade.

Considerações Finais

Após discussão das temáticas de gênero e sexualidade nas escolas, bem como nos currículos de formação de profissionais da Educação, sabendo que estes possivelmente atuarão em escolas e/ou outros espaços educativos em que essas temáticas se fazem presentes, admite-se afirmar que é por meio da abordagem educativa envolvendo tais assuntos que conseguiremos educar para a diversidade e, assim, diminuir as várias desigualdades presentes em nossa sociedade.

Nesse sentido, para conseguir dar conta de uma Educação que valorize a diversidade, prepare para a cidadania e eduque para o respeito às diferenças, a fim de construir para a construção de uma sociedade mais justa para todos.

Sugere-se como proposta para a educação inserir temas relativos a gênero e sexualidade nos currículos de formação docente tanto por meio de componentes curriculares obrigatórios e optativos, quanto em projetos de pesquisa e extensão, que levem à escola conhecimentos sobre os temas, bem como algumas metodologias que propiciem uma abordagem que supere a simples ótica biológica-higienista e/ou moral tradicionalista (FURLANI, 2008), que apenas reforçam preconceitos.

Por fim, ter a oportunidade de estudar temas que despertaram o interesse coletivo avança questionamentos e problematizações que inquietam pedagogos durante a caminhada, particularmente neste cenário conservador, onde o pânico moral causa receio em alguns profissionais da Educação e acaba por limitar o debate destes temas. Sobretudo, isso só reflete como ainda há muito o que explicar às pessoas sobre esses conceitos tão importantes e,

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



sobretudo, o quanto ainda é preciso lutar por uma educação de qualidade, que promova justiça social para todos, independente de gênero e sexualidade.

Referências

FURLANI, Jimena. Abordagens contemporâneas para a educação sexual. IN: FURLANI, Jimena (Org.). Educação sexual na escola: equidade de gênero, livre orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Florianópolis: UDESC, 2008.

LIMA, Ana Carolina Alves de. Escola em foco: Gênero e Sexualidade a partir do olhar de estudantes de Pedagogia. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB 2019, 45 fls. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/15231/1/ACAL29052019.pdf>

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 9-27.

**ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA: UM OLHAR PARA
A PRODUÇÃO ACADÊMICA DO IFMS *CAMPUS* NAVIRAÍ, TURMA
2017**

Michelli Tavares de Souza Monico³⁹
(profmichelli2023@gmail.com)

Eixo: História da Educação Memória e Sociedade

Introdução

Este trabalho que se apresenta em formato resumo expandido é fruto de um trabalho de conclusão de curso que teve como objetivo principal observar e analisar treze TCCs submetidos à Especialização em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), *campus* Naviraí, da turma de 2017. Os objetivos específicos foram: conhecer e registrar a história do IFMS; caracterizar o surgimento e a importância da Especialização em Docência para a EPCT no *campus* Naviraí/MS; apresentar e analisar a diversidade temática dos TCCs que têm surgido a partir da citada Especialização – com recorte nas produções da turma de 2017.

Caminhos metodológicos

A abordagem deste estudo foi baseada nos pressupostos da pesquisa qualitativa e da metodologia bibliográfica documental.

Consideramos, a partir do que aponta Gil (2002), que esse tipo de pesquisa “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser

³⁹ Graduada em Pedagogia pela UFMS/CPNV e Especialista em EPCT pelo IFMS/Naviraí.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



reelaborados, de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL,2002, p. 45). Amaral (2007) coloca que a pesquisa bibliográfica é uma fase imprescindível dos trabalhos acadêmicos, que influencia as demais etapas de um estudo por dar um embasamento teórico que norteia o trabalho, como um todo, pois consiste no levantamento, na seleção, no fichamento e no arquivamento de informações relacionadas à pesquisa. Nestesentido, a metodologia documental é realizada por meio da consulta a materiais e fontes concretas, como documentos impressos, livros, figuras, imagens, entre outros documentos. Essa escolha parte da perspectiva do que Le Goff (1990, p. 472) menciona, ao definir documento como “[...] o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas duranteas quais continuou a viver. O documento é uma coisa que fica, que dura [...]”.

Resultados e Discussão: a produção acadêmica da turma 2017 da Especialização em Docência para EPCT do IFMS *campus* Naviraí

O catálogo on-line do IFMS é um acervo disponibilizado pela sua biblioteca e tem como objetivo facilitar o acesso a artigos, teses e outros trabalhos acadêmicos, defendidos por discentes da instituição, bem como demais referenciais teóricos. Para fazer a busca pelos trabalhos elaborados pelos estudantes da turma 2017, utilizamos como descritores palavras como: docência; ensino tecnológico; educação profissional; e trabalho final. Os estudantes defenderam seus trabalhos finais no ano de 2019 e 2020. Para uma melhor visualização dos estudos encontrados, elaboramos o seguinte quadro:

Quadro 1: Trabalhos publicados por estudantes do curso de Especialização em Docência para a EPCT, no IFMS *campus* Naviraí.

AUTORIA	TÍTULO	TIPO DE PUBLICAÇÃO	LOCAL DE PUBLICAÇÃO	ANO
---------	--------	--------------------	---------------------	-----

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023



(ISSN 2178-2431)

CASTRO, Matheus Bornelli	Educação profissional técnica de nível médio em Naviraí - MS: cenário e propostas de atuação para a educação pública.	Artigo	Catálogo on-line do IFMS	2019
CHIQUITTO, Alisson Gaspar	Análise quantitativa das causas da evasão escolar dos cursos técnicos de Nível Médio Integrado dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.	Artigo	Catálogo on-line do IFMS	2019
LONGO-CHAVES, Andreia Messa	O Uso dos ambientes virtuais de aprendizagem-AVA'S para o ensino na modalidade de educação a distância- EAD.	Artigo	Catálogo on-line do IFMS	2019
MAZLOM, Glauce Angélica	A reorganização das disciplinas dos professores do Fundamental I e suas possibilidades.	Artigo	Catálogo on-line do IFMS	2019
MESQUITA, Daniel Zimmermann	Educação profissional e extensão rural no Brasil: estudo de caso distrito verde em Naviraí/MS.	Artigo	Catálogo on-line do IFMS	2019
MORAIS, Leucivaldo Carneiro	Perfil socioeconômico e evasão escolar dos estudantes de ensino médio profissionalizante do IFMS <i>campus</i> Naviraí: um estudo de caso.	Artigo	Catálogo on-line do IFMS	2019
PINHEIRO, Caio Maquise Alécio	Centro Virtual de Arquivo de Naviraí - MS: A construção de um espaço de cultura e memória social.	Artigo	Catálogo on-line do IFMS	2019
SANTOS, Viviane Ribeiro dos	A importância do lúdico e da formação do imaginário no ensino médio integrado: uma experiência teatral na educação profissional do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - Naviraí.	Artigo	Catálogo on-line do IFMS	2019

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023



(ISSN 2178-2431)

SANTOS, Luzia Fernanda Ferreira Lima dos	A sala de recursos multifuncionais como apoio na inclusão de estudantes no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul.	Artigo	Catálogo on-line do IFMS	2020
SARAIVA, Márcia de Oliveira	Educação profissional no Brasil na primeira década do século XXI: transformações e permanências.	Artigo	Catálogo on-line do IFMS	2019
SILVA, Thiago José Dezinhoda	“É jogando que também se aprende”: o ensino da Matemática por meio da <i>gamificação</i> .	Artigo	Catálogo on-line do IFMS	2019
SOARES, Sabrina dos santos	Abordagem da pediculose em sala de aula e proposta de curso de formação continuada para comunidade escolar.	Artigo	Catálogo on-line do IFMS	2019
TOSTA, Paula Carolina Paulon	O papel educativo do serviço de convivência e fortalecimentos de vínculos da pessoa idosa Maria do céu.	Artigo	Catálogo on-line do IFMS	2019

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Os artigos, no quadro apresentados, abordaram vários aspectos da Educação e, especificamente, da EPCT, nos levando a observar a variedade pedagógica, intelectual, cultural e metodológica dos trabalhos, os quais podem refletir intimamente na docência de EPCT e, logo, na formação do pensamento crítico de seus aprendizes. Essa consideração se apresenta de forma bastante relevante, pois, como postula Gramsci (1968, p. 36), “[...] a escola de cultura geral deveria propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa”.

Partindo dessa concepção, percebemos que os trabalhos de Castro (2019), Chiquitto (2019), Longo-chaves (2019), Mazlom (2019), Mesquita (2019), Morais (2019), Pinheiro (2019), V. Santos (2019), L. Santos (2020), Saraiva (2019), Silva (2019), Soares (2019) e Tosta (2019) trabalharam com temas variados, direta ou indiretamente ligados à EPCT, contribuindo, de modo geral, com a formação de pensamento crítico, com a elaboração de metodologias que

envolvem docentes e discentes e com a multiplicidade de procedimentos pedagógicos, o que, podemos dizer, colabora com a legitimação da EPCT como modalidade de ensino e de aprendizagem. Dentre os treze trabalhos identificados foram percebidos temas variados como: ludicidade e formação do imaginário no Ensino Médio e, especificamente, na aprendizagem de Matemática, por meio de jogos, nos artigos de V. Santos (2019) e Silva (2019); uso de tecnologia na educação básica, tratado no texto de Longo-Chaves (2019); evasão escolar no Ensino Médio, abordada nos trabalhos de Chiquitto (2019) e Morais (2019); Educação profissional, nos trabalhos de Castro (2019) e Mesquita (2019); entre outros temas.

Considerações Finais

Assim, conclui-se que a EPCT no Brasil é uma modalidade de ensino que passou por várias mudanças ao longo de seu percurso histórico, passando por um período crítico em que intelectualidade e trabalhos manuais não se integravam, até chegarmos à implantação dos IFs, que muito têm contribuído para seu desenvolvimento, por meio da união entre ensino, pesquisa e extensão. Nesta direção, a implantação do IFMS em Naviraí/MS tem contribuído satisfatoriamente com a comunidade naviraiense, por meio dos cursos oferecidos, os quais atendem adolescentes, jovens e adultos, e, ao longo de seus nove anos de existência, vem dando oportunidade para novas possibilidades de atuação profissional.

Especificamente, em relação ao curso de Especialização em Docência para a EPCT, no IFMS *campus* Naviraí/MS, conclui-se que é um curso que vem contribuindo com o desempenho de seus acadêmicos, o que se pode observar nos treze trabalhos de conclusão de curso que foram analisados, os quais apresentam grande relevância para a área do conhecimento científico relativo à EPCT, e à educação em geral, por tratarem de assuntos atuais e diversos, que nos ajudam a pensar em diferentes possibilidades de atuação docente.

Assim, conclui-se que a Especialização em Docência para a EPCT, no *campus* Naviraí/MS, tem demonstrado expressiva relevância para a comunidade acadêmica, e para a sociedade em geral, tendo em vista a diversidade de temáticas encontradas nos Trabalhos de Conclusão de Curso analisados.

Referências

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



AMARAL, João Joaquim Freitas. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**, 2007.

Disponível em:

<http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. In: GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução LEITÃO, B. [et al.]. Coleção Repertórios. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2019.

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA REDE REGULAR DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ- MS

Pamela de Souza dos Reis⁴⁰

(UFMS-CPNV- pamelaldd0@gmail.com)

Cléia Renata Teixeira de Souza⁴¹

(UFMS-CPNV - cleia.souza@ufms.br)

Eixo: Inclusão, Diversidade, Educação Especial e Contextos não Escolares

Introdução

A deficiência visual é definida quando o indivíduo tem um comprometimento do campo visual, que pode ser de nascença, sendo cegueira congênita ou ser adquirida no decorrer da vida como cegueira adventícia afetando assim o seu acesso às informações visuais do mundo a sua volta (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2007).

O objetivo geral da pesquisa foi investigar como ocorre a inclusão e aprendizagem dos alunos com deficiência visual na rede regular de ensino do município de Naviraí/MS. Os objetivos específicos foram: Identificar as metodologias e os recursos didáticos que o professor utiliza para incluir a pessoa com deficiência visual nas aulas; Conhecer a opinião do professor com relação à importância da inclusão escolar; Conhecer o trabalho do professor de forma a promover a inclusão e a aprendizagem do aluno com deficiência visual nas suas aulas.

A pesquisa contribuiu para os profissionais da educação, ampliando informações e conhecimento sobre as aprendizagens e dificuldades encontradas pelos alunos com necessidades educacionais especiais, também para refletir sobre suas práticas e atitudes no ambiente escolar.

⁴⁰ Pós-graduada em Educação Especial e Inclusiva. E-mail: pamelaldd0@gmail.com.

⁴¹ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá. Docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Naviraí. E-mail: renasouza80@gmail.com.

Metodologia

A pesquisa se caracteriza como de abordagem qualitativa e descritiva, com entrevistas semiestruturadas de modo remoto *online* para se compreender a realidade da inclusão no contexto escolar, articulando ideias de autores relacionados ao tema e a prática pedagógica realizada em sala de aula. O trabalho foi pautado em um estudo de caso de alunos gêmeos com deficiência visual, com o intuito de identificar como está acontecendo o processo de inclusão dos alunos. “O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e cansativo de um ou de poucos elementos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de esboços” (GIL, 2008, p.57).

Para apresentação dos resultados houve a realização de um estudo de caso com observações não participante das atividades realizadas em sala e entrevistas semiestruturadas para duas professoras dos alunos deficientes visuais já que se trata de gêmeos. As professoras participantes são atuantes de uma sala dos anos iniciais, a regente possui dezenove anos de atuação, formada em pedagogia, pós-graduada em Educação Especial, Educação Infantil e Anos Iniciais, e a professora de Braille tem quatro anos de atuação, formada em Pedagogia e possui pós-graduação em Educação Infantil, Anos Iniciais, Educação Especial, e especialização em Neuropedagogia, e Educação Especial com ênfase em Braille. Para identificar a fala de cada indivíduo participante da pesquisa foi utilizado para professora regente da sala o termo P1, e para professora de Braille o termo P2.

Análise de Dados

Em entrevista *online* as entrevistadas foram questionadas inicialmente sobre qual era o entendimento das mesmas sobre a inclusão. Assim elas relataram que:

P1: Na verdade é difícil de responder porque inclusão é você ter o aluno com certa deficiência com as demais crianças né, incluir já fala inclusão. [...] Eu entendo assim que realmente precisa incluir, mas também precisa dar suporte pra que a gente também consiga trabalhar com a inclusão. Inclusão pra mim é a criança estar dentro da sala de aula com as demais crianças onde eles vão ter um processo para estar junto no meio da sociedade.

P2: *Inclusão é dar oportunidade igual a todas as crianças, não importando sua deficiência, cor ou raça.*

Podemos verificar na fala das professoras que as mesmas concordaram sobre o termo inclusão, entendem que a inclusão se trata de oportunidades iguais para todos, porém a professora P1 chama a atenção para a dificuldade da inclusão de maneira legítima, pois traz variáveis interessantes como a questão da estrutura escolar e recursos didáticos. De acordo com Mantoan (2003, p. 12):

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam.

Em busca de conhecer sobre o trabalho pedagógico, foram questionadas as professoras sobre como era feito a elaboração e desenvolvimento do plano de aula para incluir os alunos com necessidades especiais em sala, assim foi mencionado pelas mesmas que:

P1: Então nós recebemos uma lista de conteúdos desta lista elaboramos o plano de atividades semanal em que trabalhamos com as crianças, com relação aos alunos deficientes visuais tem a professora de Braille especializada, ela usa meu plano e faz as adaptações para as crianças com esta deficiência.

P2: *A partir do planejamento da professora regente, eu passo para o braille, por enquanto eles estão estudando apenas o português, pois não tiveram uma base na educação infantil.*

Ao analisar as respostas fica claro que a P1 segue o currículo disponibilizado pela escola para elaborar o plano de aula para toda a turma, mas que não participa diretamente no ensino dos alunos com deficiência visual, pois a mesma retrata que a P2 professora especializada segue seu planejamento fazendo ajustes.

A equipe escolar, formada pela direção e coordenação pedagógica, deve acompanhar esse processo e organizar os serviços de apoio que alguns alunos venham a precisar. O serviço de apoio deve estar disponível na escola para atender os alunos em período diferente do da classe comum, para oferta de atendimento educacional especializado na área de deficiência do aluno e deve ficar sob a responsabilidade de um professor especializado na área da deficiência educando. Ele trabalhará em parceria com o professor da classe comum, buscando, juntos, a solução para as necessidades dos alunos (PAULA, 2007, p. 3).

Com relação aos materiais e recursos disponibilizados pela escola para auxiliar o trabalho das professoras, foi afirmado que:

P1: A escola em si ela tenta, não temos materiais, porém nós estávamos fazendo uma lista do que era necessário eu e a professora de braille, a escola tem uma máquina eu

não sei se é máquina que fala, é a aquela que escreve em braille né para criança e a professora especializada criava tudo por meio de material reciclado, do E.V.A era o que estávamos construindo com eles. [...] e a gerência também estava indo a escola para saber o que estávamos precisando, mais assim até os dias em que ficamos na escola não havia material nenhum ainda.

P2: Meus coordenadores, meu diretor, a gerência de educação, todos me dão suporte. Jogos, máquina de escrever Braille, todo material que eu preciso eles me ajudam, tentamos fazer o melhor para nossos alunos, livros em Braile, sala de informática. Mas infelizmente não deu tempo deles ir por causa da pandemia.

Nessa análise é importante destacar que houve uma controvérsia nas falas das professoras, pois a P1 menciona que a escola não tem materiais adaptados suficientes. Já na fala da P2 a escola dá suporte suficiente quando se trata de recursos materiais.

A implantação de um sistema escolar inclusivo envolve alocação e repasse de recursos financeiros dirigidos diretamente à escola para a reestruturação e organização do ambiente, da sala de aula e para adaptações curriculares que se fizerem necessárias. A educação inclusiva depende de uma gestão democrática caracterizada pela sensibilidade do diretor e pelo envolvimento da comunidade por meio do colegiado (BRUNO, 2000, p. 83).

Segundo Sousa (2016, p.43) [...] “Inúmeras dificuldades enfrentadas no processo de ensino e aprendizagem como a falta de recursos, adequação estrutural das escolas, carência de curso de especialização aos educadores do ensino regular a nova concepção de educação especial.”

As professoras também foram questionadas sobre o seu ponto de vista se de fato a inclusão está sendo efetiva na escola. Sendo assim, foi relatado pelas mesmas que:

P1: Sinceramente eu acredito que não, porque para alfabetizar essas crianças eles precisam de silêncio, eles precisam de atenção e dentro de uma sala com dezoito alunos conversando o tempo todo eu tendo que chamar atenção [...] por mais que eu tente manter a disciplina eles se agitam muito. Então eu acho assim que teria que ter inclusão sim em alguns momentos eles participarem dentro de alguns momentos dentro da sala de aula, mas quando for o momento deles se alfabetizarem eu acredito que eles não poderiam estar ali dentro da sala de aula, chega a ser estranho falar isso mais é quase impossível eles se alfabetizarem no meio das outras crianças, então ter as mesmas oportunidades é difícil pelo fato também de não ter todo material que a criança deficiente visual precisa.

P2: “Olha ainda não chegou, nos 100%, mas estamos buscando o melhor, muita coisa ainda deve ser feita, para que todos sejam inclusos”.

É evidente que ambas as professoras não estão satisfeitas quando se trata de inclusão, a P1 tem uma fala equivocada ao mencionar que para alfabetizar os alunos devem estar em outro ambiente, pois quando falamos de inclusão é necessário ter consciência de que não importa a

situação às oportunidades devem ser iguais a todos. A P2 apenas relata que a inclusão ainda caminha em passos lentos que ainda há coisas a serem feitas para que aconteça. Nesse sentido Fumegalli (2012, p. 21) destaca que:

A inclusão de pessoas com deficiência na escola supõe considerações que extrapolam a simples inovação educacional e que implicam no reconhecimento de que o outro é sempre e implacavelmente diferente, embora em alguns momentos, observamos que muitas escolas e/ou professores não estão vivendo a inclusão como sinônimo de entender essas diferenças.

Considerações Finais

A pesquisa nos trouxe algumas reflexões, o primeiro objetivo consistia em identificar as metodologias e os recursos didáticos que o professor utiliza para incluir os alunos com deficiência visual, assim foi analisado que os trabalhos desenvolvidos são distintos em relação aos estudantes, a professora regente segue o currículo da escola na elaboração do seu planejamento e a professora de braille dá sequência no plano fazendo adaptações para os alunos, mas não foi possível identificar com clareza quais as formas de trabalho das mesmas, apenas que o plano é adaptado e que se utiliza a máquina de braille para incluir os alunos com deficiência visual, quanto aos recursos materiais a professora regente destacou que não tem, que a escola em si está buscando com o sistema este investimento para melhor atender aos alunos. A professora de braille ressalta que tem suporte material suficiente para trabalhar em sala.

O segundo objetivo foi conhecer a opinião dos professores com relação à inclusão escolar, sendo analisado que para as mesmas a inclusão se trata de dar oportunidades iguais aos alunos, mas também fazem menção que para que a inclusão se efetive na escola ainda faz-se necessário, recursos materiais e menor número de alunos na sala de aula.

O terceiro objetivo da pesquisa era conhecer o trabalho do professor de modo a promover a inclusão na sala de aula. O trabalho da regente da sala está centrado mais nos demais estudantes, e a professora especializada tem sua prática pedagógica voltada apenas para os alunos com deficiência, a mesma faz adaptações no plano de aula, e segundo a regente a professora de braille confecciona materiais para ajudar os alunos em seu aprendizado.

Concluimos assim, que a escola em si não está totalmente preparada, com recursos didáticos e uma equipe capacitada, mas que está buscando fazer o melhor contribuindo com os

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



alunos na construção do seu saber e desenvolvimento.

Referências

BRUNO, Marilda. **Escola inclusiva: problemas e perspectivas**. Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, p.79-90, 2000.

FUMEGALLI, Rita de Cassia de Ávila. **Inclusão escolar: o desafio de uma educação para todos?**, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. In: Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é. Por quê**, ed.1. Editora: **Moderna** 2003.

PAULA, Ana Rita de. **A Hora e a Vez da Família em uma Sociedade Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial, 2007. Disponível em: <https://www.construirnoticias.com.br/a-hora-e-a-vez-da-familia-em-uma-sociedade-inclusiva/>. Acesso em: 28 out. 2020.

SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Atendimento Educacional Especializado Deficiência Visual**. SEESP / SEED / MEC. Brasília, 2007.

SOUSA, Ana Cleia da Luz Lacerda; SOUSA, Ivaldo Silva. A inclusão de alunos com deficiência visual no âmbito escolar. **Estação Científica** (UNIFAP), v. 6, n. 3, p. 41-50, 2016.

INCLUSÃO ESCOLAR: REFLEXÕES PAUTADAS NO MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA

Ivanete Martins⁴²

(UFGD, ivanetenavi2017@gmail.com)

Aline Maira Silva⁴³

(UFGD, alinesilva@ufgd.edu.br)

Cecília Regina Galdino Soares⁴⁴

(UFGD, cecilia.soares@ifma.edu.br)

Eixo: Inclusão, Diversidade, Educação Especial e Contextos não Escolares

Introdução

Segundo Schuchter (2017), com o fim da ditadura militar instituída em 1964 a sociedade buscava redemocratizar a sociedade e a educação em nosso país, com o intuito de que houvesse uma educação para todos, efetivada a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/1996).

O tema em questão suscitou reflexões a respeito da inclusão escolar e seus paradigmas pré-estabelecidos em uma sociedade que parece caminhar a passos lentos em direção a uma educação de qualidade para aqueles que, ao longo da história, foram marginalizados – na antiguidade vistos como maldição divina e na modernidade vistos como incapazes e anormais pelo modelo médico. Nesse contexto, a educação do aluno com deficiência ocorria por meio da institucionalização, que prezava pela educação segregada, que acontecia em hospitais,

⁴² Mestranda em Educação na linha Educação e Diversidade da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

⁴³ Doutora em Educação Especial. Docente da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

⁴⁴ Doutoranda em Educação na linha Educação e Diversidade da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

manicômios e asilos (ARANHA 2005; BAMPI, GHUILHEM, ALVES 2010).

Contrapondo o modelo médico, surge nos anos de 1970 o modelo social da deficiência, uma abordagem que busca entender essa condição do ponto de vista sociológico, reconhece que a deficiência não é uma característica inerente à pessoa, mas resultado da interação entre os sujeitos e o ambiente em que vivem. Segundo o modelo social, as limitações impostas pela deficiência são ampliadas ou reduzidas pelo ambiente social e físico no qual a pessoa com deficiência está inserida (DINIZ, 2007). Neste sentido, uma pessoa com deficiência visual só será limitada em sua capacidade de se deslocar pela cidade se as ruas e calçadas não forem acessíveis, mas se a infraestrutura da cidade for adaptada, essa pessoa pode ter maior autonomia e não se sentir deficiente num ambiente que promova adequações às especificidades desses sujeitos. Nesta perspectiva, a deficiência não se define somente por questões biomédicas, mas principalmente por questões sociais (DINIZ, BARBOSA, SANTOS, 2009).

Método

Este trabalho tem cunho qualitativo e descritivo que, segundo Gil (2002), é habitualmente utilizado pelo pesquisador social preocupado com a atuação prática e com a construção de uma nova visão acerca da problemática de investigação.

Assim, esta produção científica foi desenvolvida com base nas discussões teóricas da disciplina de Educação, Identidade e Diversidade do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Dourados, com o intuito de proporcionar reflexões em relação à inclusão social e escolar e suas implicações, tanto para a sociedade quanto para aqueles que precisam exercer seus direitos de ter uma educação de qualidade. Para tanto, foram realizados encontros semanais durante o período de abril a julho de 2022. Ao todo foram trabalhados seis textos temáticos referentes aos aspectos sociais da inclusão escolar, destes foram selecionados três para compor o escopo dessa produção.

O critério para escolha dos textos foi a relevância acadêmica para os estudos na área de inclusão da pessoa com deficiência, são eles: Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência (BAMPI, GHUILHEM, ALVES 2010); Deficiência, direitos humanos e justiça (DINIZ, BARBOSA, SANTOS, 2009) e a inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro” (SKLIAR, 2006). Todos os dados coletados foram sistematizados e analisados,

buscando compreender como acontece a inserção de pessoas com deficiência na sociedade, sobretudo no ambiente escolar.

Resultados e discussão

Como similaridades, os autores coadunam com os benefícios do modelo social da deficiência. Concordam, ainda, que este modelo trouxe uma nova perspectiva a respeito da inclusão social e escolar da pessoa com deficiência, ratificando a necessidade de popularização das ideias defendidas por essa teoria.

Outra semelhança entre os autores diz respeito às barreiras⁴⁵ sociais postas pela sociedade que impedem ou dificultam a acessibilidade e participação de quem é deficiente nas atividades em sociedade.

Segundo Skliar (2006), para que haja a inclusão escolar é salutar valorizar a diferença como algo inerente a todos nós ao invés de ver a inclusão como algo que é "nosso" e a diferença como algo do "outro", para tanto, deve-se criar um espaço comum onde todas as diferenças são valorizadas e respeitadas, o que requer uma abordagem que reconheça e respeite as necessidades e perspectivas individuais de cada aluno.

Bampi, Ghuilhem e Alves (2010) consideram a deficiência como uma construção social e indicam que as barreiras incluem preconceitos, atitudes discriminatórias, falta de acessibilidade, entre outros fatores que dificultam ou impossibilitam as pessoas com deficiência de participar plenamente das atividades sociais. Os autores argumentam que a abordagem baseada no modelo social de deficiência é fundamental para promover a inclusão e a igualdade de oportunidades, no entanto lembram que este avanço requer a eliminação das barreiras sociais e a promoção da acessibilidade em todas as áreas da vida, incluindo a educação, o trabalho, o transporte, a cultura e o lazer.

Diniz, Barbosa, Santos (2009) entendem que a definição da deficiência está além de questões biológicas, constitui um campo de justiça e cidadania, neste sentido há a necessidade de um novo olhar para o conceito de deficiência, no intuito de garantir com responsabilidade os direitos a esta população, já amparados por lei, porém ainda não

⁴⁵ As barreiras são descritas como arquitetônicas, pedagógicas, atitudinais e comunicacional (CASTRO E ALMEIDA, 2014).

estabelecidos na sua totalidade pela sociedade.

A efetivação da justiça e a cidadania começam pela conscientização dessa população, que inclui a pessoa com deficiência e seus familiares. Para Gualda, Borges e Cia (2013), as famílias de pessoas com deficiência precisam de suporte que as levem à conscientização dos direitos relacionados a serviços que auxiliam no desenvolvimento humano, escolar e social desse público. Dentro do modelo social, a família do aluno com deficiência é parte importante no processo de inclusão escolar. A relação família-escola contribui para um entendimento do conceito de deficiência numa perspectiva sociológica, que aponta para possibilidades colaborativas no ambiente escolar, visando à desconstrução da ideia de que ser deficiente é uma desvantagem social. Ao mesmo tempo enfatiza que juntas, escola e família, podem encontrar caminhos acessíveis ao desenvolvimento educacional do aluno com deficiência.

Para Diniz, Barbosa, Santos (2009), o reconhecimento da deficiência como diversidade apregoada pelo modelo social colabora para a compreensão da pluralidade inerente ao universo da deficiência, que diz respeito primeiramente à própria pessoa com deficiência e núcleo familiar no qual está inserida.

Considerações finais

Perceber a diversidade da deficiência a partir do modelo social é enxergar com outras lentes as possibilidades de construir uma sociedade mais justa e igualitária, não somente nas leis, mas, sobretudo, na conscientização de que precisa-se respeitar a pluralidade humana, respeito que se efetiva na prática diária enquanto cidadãos e profissionais que se relacionam com a pessoa com deficiência.

No campo da educação, é necessário aliar a teoria à prática na busca de caminhos viáveis para a promoção da equidade educativa nas escolas, que sempre receberam alunos diversos, no entanto conduziram um ensino baseado na homogeneidade, vulnerabilizando aqueles que não se encaixavam nos modelos estabelecidos.

Neste sentido, o modelo social proporciona uma desconstrução da deficiência e das formas de conduzir a educação desses sujeitos, priorizando o ser em construção, abordando a necessidade de revistar teorias, conceitos e ações envolvidos da deficiência. Na trilha deste caminho, a escola está descobrindo que a família deve ser ouvida e envolvida pela escola, pois

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



constitui um meio favorável ao desenvolvimento do aluno com deficiência, sendo a relação família-escola necessária em um contexto escolar disposto a investir nos processos educativos que valorize a pluralidade humana..

Referências

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 05 fev. 2023.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Presidência da República Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 3 mar. 2023.

ARANHA, M. S. F. **Projeto Escola Viva**. Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2023.

BAMPI, Luciana Neves da Silva; GUILHEM, Dirce; ALVES, Elíoenai Dornelles. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. **Revista Latino-Americana Enfermagem**. v. 18, n. 4, jul-ago, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/yBG83q48WG6KDHmFXXsgVkr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2023.

CASTRO Sabrina Fernandes de; ALMEIDA Maria Amelia. Ingresso e Permanência de Alunos com Deficiência em Universidades Públicas Brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 2, p. 179-194, Abr. -Jun., 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbee/a/XPGCHzqgpSQWtHV8grBb5nL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 mar. 2023.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DINIZ, Débora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. **Deficiência, direitos humanos e justiça**. v. 6, n. 11, dez. 2009, p. 65-77. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sur/a/fPMZfn9hbJYM7SzN9bwzysb/?lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2023.

GUALDA, Danielli Silva; BORGES, Laura; CIA, Fabiana. Famílias de crianças com necessidades educacionais especiais: recursos e necessidades de apoio. **Revista Educação Especial**. Santa Maria, v. 26, n. 46, p. 307-330, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5379/pdf>. Acesso em: 26 nov. 2022.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SKLIAR, Carlos. **A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”**. In:
RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**.
São Paulo: Summus, 2006. p. 15-34.

MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO NO CURSO DE HISTÓRIA CEUD/UFMS: BREVES PONDERAÇÕES ACERCA DO JORNAL HORA H

Josimary Batista Mariano Ramires⁴⁶
(UFGD - josimary1980@gmail.com)

Míria Izabel Campos⁴⁷
(UFGD - miriacampos@ufgd.edu.br)

Eixo: História da Educação, Memória e Sociedade

Introdução

O resumo expandido que ora apresentamos é oriundo de Relatório de Qualificação de Mestrado, ou seja, trata-se de pesquisa em andamento. Importa registrar que o trabalho se insere na Linha de Pesquisa História da Educação, Memória e Sociedade e está sendo desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador (GPEPC) do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), da Faculdade de Educação (FAED), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). O tema e objeto de estudo proposto no texto de qualificação foi o movimento estudantil universitário, a partir de pesquisa no curso de História do Centro Universitário de Dourados (CEUD), desde a década de 1980, período em que foi criado o Centro Acadêmico do Curso de História (CAHISD)⁴⁸.

⁴⁶ Pós-graduanda de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), Faculdade de Educação (FAED), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Membro do Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador (GPEPC).

⁴⁷ Doutora em Educação, docente da Graduação e da Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação (FAED), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Vice-Líder do Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador (GPEPC).

⁴⁸ O curso de história foi o segundo curso a fundar seu Centro Acadêmico (CA), o mesmo foi fundado em agosto de 1983. Na época o Centro ficou com uma diretoria provisória que se encarregou de regularizar legalmente a entidade, a diretoria eleita em 1984. (Edição nº 8, Jornal Hora H, agosto de 1985).

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



Intitulado “O movimento estudantil no curso de História do CEUD/UFMS e a trajetória da professora Ceres Moraes na UFGD (1983-2014): entrelaçando histórias e memórias”, o objetivo geral definido para a qualificação foi: analisar o movimento estudantil no CEUD/UFMS e a trajetória da Professora Ceres Moraes na UFGD, intentando entrelaçar histórias e memórias. Como objetivos específicos elencamos: investigar a história do movimento estudantil universitário no Brasil; caracterizar a organização do movimento estudantil universitário no CEUD/UFMS; identificar a participação de Ceres Moraes no CAHISD e seu protagonismo no processo de construção de políticas de assistência estudantil da UFGD.

Destacamos que pensar a história e o lugar em que ela se desenrola nos impele a buscar compreender os tempos, espaços, indivíduos, a maneira como a realidade é vista e como os fatos podem ser representados. Assim, entendemos em Chartier (1988, p. 17) a importância de “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler”. Bem como concordamos com D’ Alessio (1998, p. 275), quando esta sinaliza que “[...] a memória modifica os objetos, as investigações, as abordagens e, também, a escrita da história. Ao introduzir a subjetividade no conhecimento, coloca as sensibilidades, as privacidades e o cotidiano no centro da trama histórica”. Sob este ângulo, a metodologia está englobando pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e escuta de fonte oral, quando será realizada entrevista semiestruturada com a professora Ceres Moraes.

Isto posto, registramos que para participação na “XV Jornada Nacional de Educação de Naviraí: Educação Especial e Inclusiva: questões teóricas e práticas” nós escolhemos trazer breves ponderações acerca do Jornal Hora H, impresso estudantil criado juntamente com o Centro Acadêmico de História - CAHISD e que circulou entre as décadas 1980 e 2000.

Desenvolvimento e discussões

Investigações empreendidas no Centro de Documentação Regional (CDR) da UFGD nos mostrou que na Edição nº7 do Jornal Hora H, de setembro de 1995, a história do referido impresso ficou assinalada assim:

O HORA H surgiu no curso de 1984 junto à criação do Centro Acadêmico de História - CAHISD. O nome do Informativo foi decidido em assembleia, onde os acadêmicos discutem a Inserção nos movimentos sociais, não deu outra, aquela seria a hora H, e primeira participação foi em gincana ocorrida na época: dentre os participantes, lá

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



estavam os então acadêmicos: João Batista dos Santos, Ceres Moraes e Leila Luna (Edição nº7 de setembro de 1995, p. 2).

Procuramos conhecer e analisar as fontes encontradas, de acordo com Le Goff (2003, p. 9-10), tendo em vista que:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

O autor ainda relata que a problemática é justamente compreender a relação entre “a história vivida” e o “esforço científico para descrever, pensar e explicar esta evolução, a ciência histórica” (LE GOFF, 2003, p. 7).

Vale realçarmos, diante da produção e circulação do informativo, o periódico se torna uma importante fonte de informação. Como descreve Chartier (1988, p. 10), “o essencial é, portanto, compreender como os mesmos textos sob formas impressas possivelmente diferentes podem ser diversamente aprendidos, manipulados, compreendidos”.

Para a autora Zicman (1985, p. 90), a imprensa é importante para o historiador, pois “é rica em dados e elementos, e para alguns períodos é a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas, etc”.

Nessa trilha, destacamos que o Jornal Hora H (JHH), como já visto em citação anterior, foi criado em 1984 pelos alunos do Centro Acadêmico de História (CAHISD) movimento estudantil universitário, do curso de História, que funcionava no Centro Educacional de Dourados (CEUD), UFMS campus de Dourados, estado de Mato Grosso Sul (MS).

Procuramos analisar as oito edições do Jornal Hora H, publicadas na década de 1980, disponível no formato digital no acervo do Centro de Documentação Regional (CDR)⁴⁹ da UFGD. As edições produzidas e publicadas nesse período serviram como fonte de análise comparada com outros dois números de edição disponível no acervo em décadas posteriores, edição n.7, de setembro de 1995 e n.13, de março de 2004.

Várias edições do impresso não foram encontradas digitalizadas no CDR, porém, no decorrer da investigação foi localizada uma caixa específica com documentos e textos,

⁴⁹ Disponível em: <https://portal.ufgd.edu.br/setor/cdr/index>

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



relacionados aos movimentos estudantis que circularam no mesmo período que o CAHISD. Na caixa deparamos com vestígios do periódico, como a capa de outras edições, porém é evidente que os textos encontrados não pertenciam somente ao periódico em questão. Mas é compreensível que esses documentos sobre os demais CAs estão todos conectados e são importantes fontes históricas para outras investigações.

Nesse sentido, percebemos o desinteresse de muitos sujeitos em disponibilizar seus próprios acervos, as lacunas nos documentos existentes, quase sempre, em decorrência da fragmentação das fontes, dificultando reler os momentos experienciados por esses estudantes.

Com base nessa discussão, nos propomos a encontrar respostas sobre os seguintes questionamentos: Quais foram as intenções/objetivos para criação e do Jornal Hora H? Quais jornais estudantis universitários circularam na UFMS na década de 1980? A que público leitor se destinava esses impressos? Quais as condições de produção e circulação dos jornais?

Essas problemáticas direcionaram para as práticas discursivas evidenciadas nos periódicos pelos estudantes do curso de História na UFMS de Dourados, na década de 1980, tendo como pressuposto teórico a História Cultural, sob a luz do autor Roger Chartier (1988).

Este afirma que as representações do mundo social, “[...] embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Daí para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 1988, p.16-17).

Em consequência, é possível analisarmos as narrativas dos estudantes universitários e como estão configuradas suas lutas e experiências no decorrer da história do tempo presente. O autor Martins (1992, p. 27-28) considera que “os estudantes universitários são normalmente ignorados quando se pensa em arquivos científicos”, fato que demonstra o desinteresse sobre a trajetória estudantil.

Contudo, observamos a importância dessa trajetória estudantil universitária que surgiu com o impresso, se tornando uma ferramenta de luta e resistência para os estudantes. Logo na edição n.2 de abril de 1984 do jornal Hora H, lançado como órgão oficial do CAHISD, na incumbência de avaliar toda estrutura do curso de História, “[...] a prioridade [...] é a conscientização dos estudantes como parte integrante do curso” (HORA H, n.2, abr/1984, p. 2). Uma das maiores preocupações do CAHISD é falta de representatividade dos estudantes e



participação das decisões relacionadas ao curso de História, problema que resultou na parceria entre professores e estudantes universitários na tentativa de organizar melhor o curso.

Ainda na edição (n.2, p.3) no texto intitulado “Profissionalização do Historiador” a acadêmica e autora Cristhiane Neder descreve que “[...] o fundamento da ciência histórica é o estudo das relações do homem com outros homens, e sua análise se faz sobre o prisma de sua vida social, seus valores, sua comunidade e o universo” (HORA H n.2, abr/1985, p. 3).

Depreendemos, nessas breves ponderações, como o impresso estudantil nos permite evidenciar a história narrada pelos estudantes, as dificuldades encontradas, o processo de dominação por parte de determinados grupos sociais e estudantis, com base no discurso político idealizado tanto pelos estudantes, quanto pela classe trabalhadora na década de 1980.

Considerações Finais

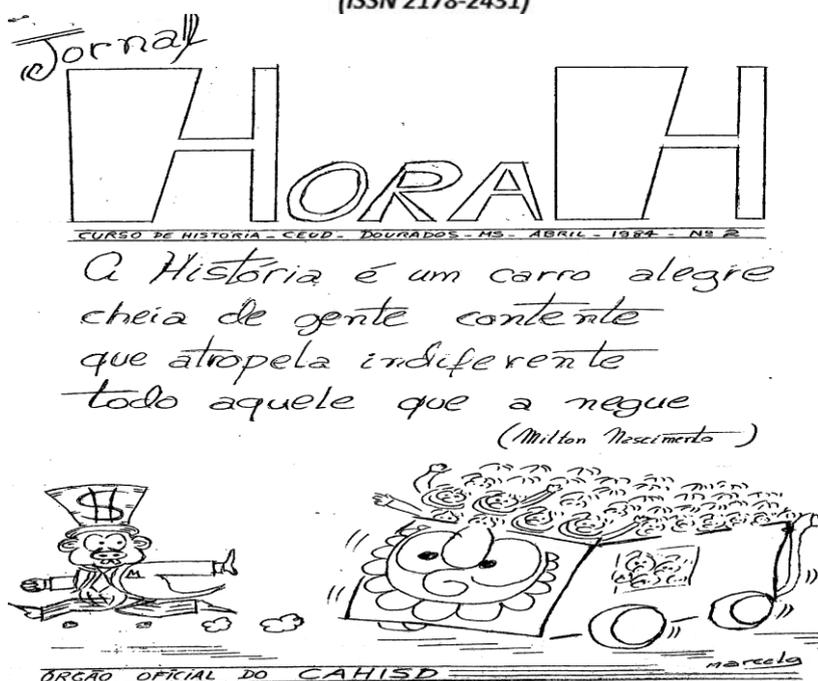
Para finalizar, apresentamos a seguir a figura nº 1, na qual veremos uma das capas do Jornal Hora H. Trata-se do periódico nº 2 de abril de 1984 que traz uma frase do cantor e compositor Milton Nascimento: “A História é um carro alegre cheia de gente contente que atropela indiferente todo aquele que a negue”. Também poderemos ver uma charge que critica aquele momento histórico. Apreendemos que os idealizadores do Jornal Hora H quiseram demonstrar a indignação dos estudantes em relação aos bancos estatais que mantinham uma taxa de juros extremamente abusivo, atropelando, principalmente, a classe trabalhadora.

Figura nº 1 – Capa do Jornal Hora – edição Nº 2 de Abril de 1984

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



Fonte: Elaborada pela 1ª autora (2023).

Como esta figura aqui destacada por nós, muitas outras que compuseram o Jornal Hora H traduzem problemáticas daquele tempo e espaço o que, de certa maneira, nos aproxima um pouco mais do que representou o movimento, denotando a sua importância e significado.

Referências

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. São Paulo: Difel, 1988.

D' ALESSIO, M.M. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. *In: Projeto História*. São Paulo. Nº 17. p. 1-495. Educ-FAPESP. 1998.

LE GOFF, J. Documento e monumento. *In: LE GOFF, J. História e memória*. 5. ed. São Paulo: UNICAMP, 2003, p. 535-553.

MARTINS FILHO, J. R. **O movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968**. Campinas: Papyrus, 1987.

ZICMAN, R. B. História a través da imprensa – algumas considerações metodológicas. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUCSP**. São Paulo: PUCSP, n. 4, 1985.

O *STOP MOTION* COMO ARTE: UMA POSSIBILIDADE PARA A EDUCAÇÃO ESTÉTICA

Henrique Silva Marques⁵⁰

(UFMS/CPNV, henriquesm_08@hotmail.com)

Erika Natacha Fernandes de Andrade⁵¹

(UFMS/CPNV, erika.andrade@ufms.br)

Eixo: Educação Infantil, Arte e Formação de Professores

Introdução

O presente trabalho relaciona-se a uma pesquisa de trabalho de conclusão de curso de Pedagogia em andamento, cujo objeto de estudo é a Educação Estética e cujo problema é compreender em que medida processos artístico-digitais – em específico as práticas de *stop motion* – contribuem para a educação estética. O objetivo geral da pesquisa configura-se, então, em identificar quais são as experiências que compõem o processo artístico-digital de produção do *stop motion*, discutindo seus potenciais para promover a educação estética. Os objetivos específicos da pesquisa são: (1) discriminar as relações entre os processos artísticos e os processos digitais de produção do *stop-motion*; essa é uma meta necessária para a compreensão do valor artístico das produções que se valem da linguagem audiovisual, (2) desenvolver uma animação em *stop motion*; elencar as experiências vividas, bem como os saberes mobilizados e apropriados, e (3) discutir o potencial das experiências e dos saberes elencados em (2) para promover a educação estética.

⁵⁰ Acadêmico do Curso de Pedagogia (UFMS/CPNV).

⁵¹ Docente do Curso de Pedagogia (UFMS/CPNV).

Neste texto, são apresentados resultados relativos à primeira meta específica da pesquisa; será tratado o conceito de *stop motion* e suas relações com a arte; também serão aventadas possibilidades de diálogos entre a prática do *stop motion* e o campo da educação.

Metodologia

A metodologia da pesquisa que está em desenvolvimento abarcará duas etapas; a primeira consistirá em um estudo bibliográfico e a segunda em uma prática empírica de elaboração de um curta pela via do *stop motion*. Para a elaboração deste texto, foram realizadas investigações bibliográficas – referentes, portanto, à primeira etapa do processo metodológico –, a partir de materiais que abordam a arte, a conceituação do *stop motion*, e a educação estética. A seguir constam análises sistematizadas, considerando bibliografias estudadas.

O conceito de *stop motion*

A arte é uma produção cultural e uma forma de linguagem; é um fazer que se estrutura segundo determinadas regras e produz determinados sentidos socialmente compartilhados; é, também, um veículo que possibilita a comunicação e a expressão. As diferentes artes, sendo linguagens, são passíveis de aprendizado, o que ocorre quando os sujeitos frequentam espaços culturais, conhecem os fazeres culturais do passado e do presente, exploram instrumentos e materiais, investigam possibilidades construtivas e desenvolvem expressividades em meio a processos significativos (STRAZZACAPPA; SCHROEDER; SCHROEDER, 2005).

O *stop motion* pode ser descrito como uma arte audiovisual, cujo processo de criação é artesanal – envolvendo desenhos, esculturas, pinturas, artes digitais, sonoridades etc. –, almejando, ao fim, um produto fílmico fundamentado na “captura da movimentação de um objeto ou um boneco através de uma sucessão de fotografias” (TRALDI; ZUANON, 2013, p. 23). Mediante a junção de fotografias, cria-se um processo de ilusão, que dá vida e movimento a ilustrações, ou a elementos diversos, que compõem uma narrativa. O *stop motion*, pode-se dizer, ultrapassa o conceito de ilustração, dialogando com a conceituação de cinema, uma vez que estimula a criatividade, a interação entre linguagens, e a construção de saberes, almejando a realização de um trabalho autoral de animação (RODRIGUES, 2019, p. 266).

No que tange às possibilidades procedimentais de trabalho com o *stop motion*, há técnicas diversas, como a utilização da massa de modelar ou argila, bonecos construídos de forma artesanal (pano, sucata, impressoras 3D etc.) com uma variedade de detalhes faciais, expressivos e outros que são aplicados no processo de produção, além de elementos da própria natureza, iluminação e atividades de edição tecnológica com vistas a representações climáticas, sentimentais, dramáticas, contextuais. Para o *stop motion* ser realizado é necessário um planejamento, pois é uma arte que não é feita através de improvisos.

Traldi e Zuanon (2013, p. 9) apresentam as etapas do processo produtivo do *stop motion*: a primeira é a “Pré-produção”, referindo-se ao “planejamento, tendo atenção com os recursos a serem utilizados, tais como personagens, roteiros, cenários, moldes dos objetos ou bonecos, recursos que serão utilizados, ideias e esqueletos”; a segunda etapa do processo do *stop motion* é a “produção”, que remete ao “processo que envolve as filmagens e animação das cenas”; a finalização se dá com a “pós produção” que “é onde a tecnologia oferece possibilidades de ajustes ou efeitos que são improváveis de serem realizados no mundo físicos, podendo ajustar cores, iluminação, exclusão de equipamentos tecnológicos com a edição e etc.” (TRALDI; ZUANON, 2013, p. 15).

Quanto às funções sociais da arte do *stop motion*, nota-se, atualmente, a presença do *stop motion* nos filmes, em cinemas, em comerciais de televisão, em produções digitais veiculadas em plataformas da Internet, com o objetivo de colocar um assunto em discussão, de provocar sentimentos, de comover, de alegrar, de mobilizar pensamentos críticos, de tocar grupos da sociedade para a importância de temáticas julgadas importantes e necessárias. O *stop motion* também é uma forma de expressão artística de artistas, que podem se especializar cada vez mais com o avanço das tecnologias, apresentando suas produções em mostras de cinema, em instalações organizadas em galerias e museus, em espaços de arte urbanos e independentes, ou em outros contextos culturais.

A educação estética e o *stop motion*

A estética é um campo de estudos da filosofia dedicado à investigação da dimensão do sensível, de suas relações com o conhecimento, de sua função na vida humana. São objetos de estudo da estética: a sensibilidade, a beleza, o desenvolvimento do gosto, a arte, a imaginação,

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



a criação, a fruição; no campo da estética buscaram-se debates e reflexões para a compreensão radical e rigorosa dos princípios e dos processos que participam da constituição do objeto estudado, seja uma obra artística, uma experiência que provoca o sentimento de consumação, a formação e a arbitrariedade do gosto, a poética presente nos processos de pensamento etc. (SUASSUNA, 2018).

A educação estética é uma atividade que torna o ser humano verdadeiramente humano, isto é, que lhe torna capaz de ouvir, de ver, de expressar, de sentir, identificando variações, minúcias, nuances diferentes, participando do mundo de maneira mais alargada. A educação estética refere-se ao desenvolvimento de uma sensibilidade valorativa e complexa, que elabora sentidos e significados, que ultrapassa a sensibilidade biológica partilhada por todos os animais, e que influencia a constituição global da pessoa: seus gostos, suas preferências, seus juízos, seus pensamentos, suas escolhas, suas condutas (PERISSÈ, 2014).

A educação estética é um alfabetizar que possibilita à pessoa estabelecer relacionamentos com Proust, com a poesia contemporânea de Manoel de Barros e com a clássica de Camões, com o cinema mudo e o falado, com a música popular e a erudita, com as diferentes artes do corpo e as variadas poéticas do movimento (PERISSÈ, 2014). A educação estética remete à experiência que mais potencializa o poder democrático da comunicação enquanto crítica da vida, levando os sujeitos a imaginarem situações que contrastam com a realidade existente, a aventarem possibilidades ainda não realizadas, a conscientizarem-se das restrições que cerceiam a vida e dos fardos que oprimem (DEWEY, 2010).

Para apreciar e avaliar a beleza que há no mundo, ou numa obra de arte, ou no rosto de uma pessoa, ou na ação que alguém realize, ou num eletrodoméstico... não basta ter olhos para ver (ou ouvidos para ouvir, no caso da obra musical). É preciso possuir adequada disposição interior para apreciar e avaliar melhor, para interpretar melhor o que vemos/ouvimos. Essa disposição se liga à educação estética (PERISSÈ, Capítulo II, parágrafo 9).

A educação estética não é realizada apenas pela arte; todavia, a arte é a principal via para a promoção da educação estética, pois a arte “tem sido o meio de manter viva a ideia de propósitos que vão além das evidências e de significados que transcendem os hábitos arraigados” (DEWEY, 2010, p. 583). Enquanto forma de arte, o *stop motion* pode contribuir para a educação estética na medida em que viabiliza a exploração e o estudo de assuntos diversos, que precisarão ser pensados sob diferentes prismas; em meio à investigação é possível

o despertar do interesse por argumentações e visões múltiplas, que levarão a pessoa que cria a vivenciar processos de desconstrução e de reconstrução de suas sensibilidades, percepções, crenças, gostos, ideias e propósitos.

Outra particularidade do *stop motion* é o trabalho sensível com variadas linguagens, potencializando não apenas a interdisciplinaridade, mas, principalmente, impulsionando a necessidade da pessoa de querer conhecer e acessar outras produções culturais da humanidade, favorecendo a democratização dos bens humanos; a relação íntima com várias linguagens artísticas, promovida no *stop motion*, atua, ainda, no desenvolvimento da capacidade do sujeito (do estudante, do professor) de imaginar, criar, poetizar, planejar e expressar conteúdos de modos singulares, críticos e genuínos.

Considerações finais

O estudo realizado, até o momento, sobre o *stop motion* como uma forma de arte, tem possibilitado reflexões sobre as relações entre a arte e a tecnologia, e o que esta última pode oferecer a favor de uma educação de qualidade. As reflexões subsequentes, a serem realizadas no decorrer da pesquisa, buscarão mais compreensões sobre o potencial do *stop motion* como arte que promove a formação estética humana, e, também, se voltarão para o entendimento do potencial do *stop motion* como tecnologia, ou arte audiovisual, passível de ser vivida nas escolas, seja com os estudantes ou com os professores, viabilizando criações em meio aos estudos dos diferentes campos do conhecimento.

Referências

DEWEY, John. **Arte como experiência**. Tradução Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

PERISSÊ, Gabriel. **Estética & Educação**. Edição eletrônica (*e-book*). Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

RODRIGUES, Ana Clara Lima. Uso das tecnologias na escola: *Stop Motion* como ferramenta de ensino e aprendizagem. **Em Extensão**, v. 18, n. 2, p. 252–269, 2019. DOI: 10.14393/rep-v18n22019-46856.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023



(ISSN 2178-2431)

SOUZA, Daiana Maria Holz; SOUZA, Maurício. Stop Motion: a linguagem cinematográfica e o processo de ensino-aprendizagem através do celular. **Divers@!**, v. 11, n. 2, p. 114-123, 2019.

STRAZZACAPPA, Márcia; SCHROEDER, Silvia Nassif; SCHROEDER, Jorge. **A construção do conhecimento em Arte**. In: BITTENCOURT, Agueda Bernandette; OLIVEIRA JÚNIOR, Wenceslao Machado (Org.). Estudo, pensamento e criação, p. 75-82. Campinas: Unicamp, 2005.

SUASSUNA, Ariano. **Iniciação à estética**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira Participações, 2018.

TRALDI, Rebeca; ZUANON, Rachel. Stop Motion-do artesanal ao digital. **Anagrama**, v. 6, n. 2, p. 1-24, 2012.

O TRABALHO COMO FORMA DE INCLUSÃO EXCLUSÃO PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

Renice Ribeiro Lopes⁵²

(UNESP - Rio Claro/SP, reniceribeirolopes@hotmail.com)

Débora Cristina Fonseca⁵³

(UNESP - Rio Claro/SP, debora.fonseca@unesp.br)

Eixo: Inclusão, Diversidade, Educação Especial e Contextos não Escolares

Introdução

Esse artigo é fruto da tese de doutorado intitulada: O VOO QUE AS GRADES (NÃO) IMPEDEM: análise do projeto de vida dos alunos da EJA. Tem como objetivo discutir o sentido da escola e do trabalho para estudantes de uma penitenciária de segurança máxima de Mato Grosso do Sul. Nesse artigo faremos um recorte da pesquisa focando apenas na questão referente ao trabalho de pessoas privadas de liberdade, dentro e fora do presídio.

Assim como a Educação é um direito de todos, conforme a Constituição Brasileira de 1988 e outros documentos que respaldam essa afirmação, o trabalho também é um direito firmado pela mesma lei no CAPÍTULO II DOS DIREITOS SOCIAIS Art. 6º que desta forma se refere: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”(BRASIL, 1988).

Porém uma questão nos faz refletir, o trabalho é um direito apenas de quem nunca cometeu um erro? Se assim for, não é direito de todos. A falta de oportunidade de empregos é um problema grave até mesmo para as pessoas que não são marcadas pela experiência criminal.

⁵² Acadêmica, pós-graduanda - Departamento de Educação –IB-UNESP- Rio Claro- SP

⁵³ Livre Docente do Departamento de Educação –IB-UNESP- Rio Claro- SP

Já as que carregam as marcas de passagem pelo sistema prisional sabem que o preconceito e discriminação os impedem de oportunidades trabalhistas, sociais e até mesmo estudantis. Tais fatos aliados a falta de competência técnica, cursos na área do emprego, nível de escolaridade, além de outros atributos geram empecilhos, colocam as pessoas advindas do sistema carcerário em último lugar na fila da concorrência. É sobre trabalho e outras questões relativas a preconceito e exclusão de pessoas privadas de liberdade, bem como as que já cumpriram pena, que discutiremos nesse trabalho.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida em uma abordagem qualitativa, e para a coleta de dados utilizamos a entrevista semiestruturada e questionários, abertos e fechados. Os participantes foram estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio que frequentavam a escola do presídio. Além desses estudantes privados de liberdade, participaram da pesquisa professores que ministravam aulas para esses estudantes, agentes penitenciários, psicóloga e assistente social, que prestam serviços no próprio presídio investigado. Tivemos também a participação de gestores escolares que atuam em escolas fora do presídio e de empresários de empresas situadas na cidade em que o presídio está localizado. Todos os nomes de participantes da pesquisa citados no decorrer desse estudo, são fictícios, usamos nomes de pássaros que compõe a fauna sul-mato-grossense como forma de manter o sigilo dos verdadeiros nomes.

Tanto o trabalho quanto a educação podem ser úteis para a ressocialização/reintegração social e o abandono da criminalidade, porém não basta ser qualquer trabalho, como também não basta qualquer educação; há de haver uma preocupação com o sentido que o trabalho e a escola possam ter na vida das pessoas privadas de liberdade.

O trabalho é considerado com sentido quando traz realização profissional, quando o valor pago pelo esforço, pela força do trabalho é reconhecido. Além desses fatores, ele é uma ação positiva como forma de desenvolvimento da criatividade e das funções sociais que promove. Assim, podemos observar o que diz Morin (2001):

O trabalho é também uma atividade que coloca as pessoas em relação umas com as outras, o que contribui para o desenvolvimento da identidade delas. [...] Um trabalho que tem muito sentido permite ajudar os outros a resolver seus problemas, prestar-lhes um serviço, ter um impacto sobre as decisões tomadas pelos dirigentes, ser

reconhecido por suas habilidades e contribuições ao sucesso dos negócios, etc. As satisfações podem ser adquiridas na associação com os outros no trabalho e durante as trocas com os clientes, superiores e colaboradores. [...] O fato de estar em contato com os outros, de manter relações numerosas, e às vezes intensas, age como um verdadeiro estimulante para si mesmo, não somente para o desenvolvimento de sua identidade pessoal e social, mas também para o desenvolvimento de laços de afeição duráveis, procurando por vezes a segurança e a autonomia pessoal. (MORIN, 2001, p. 17).

Quando os estudantes privados de liberdade, participantes da pesquisa, foram interrogados sobre o sentido do trabalho em suas vidas, todos foram unânimes em responder com comentários positivos, valorizando o trabalho e externando o desejo de trabalhar, tanto dentro do presídio quanto fora, assim que fossem libertados, porém, para que a realização desse desejo seja possível, há várias questões que precisam ser debatidas e solucionadas; há necessidade de amparo, não só em leis, essas já existem, mas também a efetivação das mesmas pois, há necessidade de acompanhamento, oferta de emprego e condições para se manter até o início de recebimento do primeiro salário.

Outro entrave é o preconceito dos empresários, pois esses, quando percebem que o candidato tem passagem pelo sistema prisional, demonstram receio em contratá-los. Vejamos o que disseram alguns desses estudantes privados de liberdade que frequentavam a escola situada no presídio investigado.

O aluno Tucano disse que, quando em liberdade, pretendia: *Procurar serviço certo, não mexer com coisas erradas, cuidar da família, ter filhos e fazer cursos profissionalizantes.*

O estudante Gavião também pretendia fazer cursos profissionalizantes, e assim se expressou: *pretendo me aperfeiçoar em cursos profissionais para eu ser aceito no mercado de trabalho e ganhar um salário digno.*

Além desses alunos que expressaram o desejo de fazer cursos profissionalizantes, outros também se manifestaram com o mesmo desejo, porém tais cursos não garantem a empregabilidade, servindo apenas para disponibilizar reserva de mão de obra qualificada para atender o sistema capitalista com baixos salários. Observemos o que diz a autor Julião (2011):

Cientes de que, mesmo qualificados, os egressos penitenciários dificilmente serão inseridos no mercado formal de trabalho, em face das altas taxas de desemprego do País e principalmente do estigma que os acompanhará pelo resto de suas vidas, torna-se fundamental refletir sobre essa proposição. Não é apenas com capacitação profissional que se alcançará a inserção no mercado de trabalho, pois, diante do grande número de profissionais qualificados desempregados, o mercado torna-se cada vez mais seletivo, priorizando novas habilitações e competências. (JULIÃO, 2011, p. 148)

Por falta de chance no mercado de trabalho formal, muitos procuram uma saída na informalidade; nesse caso, encontram serviços como ajudante de pedreiro ou de pintor, que são os mais procurados, pelo fato de não haver necessidade de busca em antecedentes criminais. Alguns dos estudantes, ao responderem uma questão investigativa sobre se teriam dificuldades em encontrar empregos quando em liberdade, assim se posicionaram:

Tachã disse:

[...] às vezes alguns serviços, como por exemplo servente, são fáceis porque não exige nada de sua história[...] muitas empresas pegam nossos currículos e, querendo ou não, olham nossos nomes e puxam para ver se não tem antecedentes criminais. Aí, professora, para eles não falarem não, ou mandarem algum recado, eles preferem nem responder. [...] vai demorar acabar com esse preconceito na sociedade. Mas graças a Deus aqui no presídio tive e tenho grandes oportunidades que adquiri com os estudos e se Deus quiser estou pronto para ir para casa trabalhar e cuidar da minha esposa e dos meus filhos, com muita fé em Deus.

Percebemos que Tachã reconhece as oportunidades que teve dentro do presídio relativas ao estudo. Essa oportunidade poderia ter acontecido antes que ele adentrasse no presídio, e são essas oportunidades que deveriam ser oferecidas aos jovens, principalmente aqueles com baixa renda. O presídio acerta em oferecer oportunidade de estudos, trabalho, formação técnica e atividades culturais, porém há de se pensar que essas oportunidades devem ser continuadas e subsidiadas fora do presídio, de forma articulada, como política pública de Estado.

Tucano ao se expressar, confirma a afirmação dos autores baixo citados:

“Sim, é muito difícil arrumar emprego, pois várias empresas não contratam ex-presidiários. Eu já estive preso outras vezes, quando eu saí, fui fazer uma entrevista de emprego, a mulher que me atendeu viu meu histórico e me disse que não poderia me contratar, pois eu estava respondendo processo. Eu acho que muitos voltam para a vida do crime, por não ter opção, um pai de família faz qualquer coisa para dar sustento aos seus filhos e família, é muito triste ver um filho pedindo comida, e não ter de onde tirar, com isso, acaba entrando no crime”.

A ausência de trabalho não faz com que as pessoas necessariamente voltem para o mundo do crime, mas quando um ex-detento não encontra maneiras de se alimentar e sustentar sua família, a probabilidade de reincidir e voltar para a vida criminosa é muito grande. (DIAS; OLIVEIRA, 2014, p. 14).

Seriema se refere a essa questão assim dizendo: *Eu acredito, sim, que a sociedade olha um ex-detento com outros olhos, mesmo que eu queira mudar meu jeito de ser e de viver para que eu seja visto de outra forma, sempre serei considerado diferente de um cidadão normal que nunca teve problemas com a justiça.*

[...] alguns fatores, tais como negligência estatal frente às obrigações estipuladas pela lei de execuções penais de ressocializar o preso e o preconceito empresarial, frente ao estigma negativo de ser um ex-presidiário, dificultam a redução da taxa de reincidência que, no Brasil, chega a 70%, isto é, em cada dez libertados, sete voltam ao crime. (DIAS; OLIVEIRA, 2014, p.146).

Mutum culpa a sociedade por não dar uma nova chance:

Sim! Porque o ex-detento a sociedade olha com outros olhos, e não dá oportunidade para o preso, seria mais fácil se a sociedade desse uma nova chance para o detento. Todos nós devemos ter uma nova oportunidade e um novo recomeço de vida. Todos nós erramos, basta se arrepender e voltar atrás e recomeçar.

Juriti: Sim, porque quando a gente comete um delito, a sociedade nos rejeita, pensa que a gente não pode se regenerar e ser um cidadão de bem.

Caburé, que diz: “O preconceito é gritante contra ex-presidiários”.

Quanto à reintegração/ressocialização, ou reintegração como define Baratta (2014), percebemos que, da forma com que é expressa nas leis que versam sobre a ressocialização /reintegração, ela não condiz com a realidade.

De acordo com essas regras, os serviços e órgãos, oficiais ou não, que auxiliam os egressos a redescobrir o seu lugar na sociedade devem arrumar-lhes os documentos necessários, habitação, trabalho, roupas decentes e adequadas ao clima e estação e outros meios suficientes para chegarem ao lugar que se destinam ou subsistirem logo no início da liberdade. Segundo a Lei, uma das formas de ressocializar é exatamente a assistência ao egresso que consiste também “na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de dois meses” (art. 25, II, da LEP), isso, já vindo de uma preparação psicológica antes de deixar o cárcere. (SILVA; CAVALCANTE, 2010, s/p).

Considerações Finais

Assim concluímos que devido à falta de cumprimento das leis que amparam essa parcela da sociedade, aliada ao preconceito social e empresarial, faz com que grande número de pessoas que tiveram a experiência de privação de liberdade, voltem aos presídios, o que, dessa forma, comprova a ineficácia da prisão e das ações voltadas para a integração dessas pessoas após o cumprimento da pena. Há urgência de medidas e cumprimento das leis que favoreçam a ressocialização/reintegração dessas pessoas que sofrem exclusão cotidianamente.

É nossa responsabilidade como pesquisadores divulgar esses fatos e contribuir trazendo o resultado de nossas investigações, para que, de alguma forma, desperte a atenção de leitores e pesquisadores para que haja mais pesquisas e engajamento na luta junto àqueles que perderam

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



quase tudo, devido à condição de passagem pelo cárcere, pela situação de pobreza e descaso social a que são submetidos.

Referências

BARATTA, A. **Ressocialização ou controle social**: uma abordagem crítica da “reintegração social” do sentenciado. Saarbrücken, DE: Universidade de Saarland, [2014]. Disponível em: <http://www.ceuma.br/portal/wp-content/uploads/2014/06/BIBLIOGRAFIA.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 out. 2019.

DIAS, S.; OLIVEIRA, L. J. A reinserção social através do trabalho: responsabilidade empresarial no Resgate da dignidade da pessoa humana. **Revista Jurídica Cesumar - Mestrado**, v. 14, n. 1, p. 143-169, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/3248/2294>. Acesso em: 1 maio 2021.

MORIN, E. M. Os sentidos do trabalho. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 41, jul./set. 2001.

JULIÃO, E. F. A ressocialização por meio do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 86, p. 141-155, nov. 2011.

SILVA, I. T.; CAVALCANTE, K. L. A problemática da ressocialização penal do egresso no atual sistema prisional brasileiro. **Boletim Jurídico**, Uberaba/MG, ano 11, n. 581, 2010. Disponível em: <https://www.boletimjuridico.com.br/artigos/direito-penal/2003/a-problematica-ressocializacao-penal-egresso-atualsistema-prisional-brasileiro> Acesso em: 17 fev. 2022.

O TRABALHO DOCENTE NO INSTITUTO FEDERAL: A EXTENSÃO COM BASE EM TEMÁTICAS ÉTNICO-RACIAIS

Catia Silvana da Costa⁵⁴

(IFMS, catia.costa@ifms.edu.br)

Larissa Wayhs Trein Montiel⁵⁵

(UFMS, larissa.montiel@ufms.br)

Eixo: Educação Infantil, Arte e Formação de Professores

Introdução

O trabalho docente na extensão da Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT) do IFMS contribui para o cumprimento das finalidades educacionais, uma vez que os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) objetivam uma formação discente integral “[...] para o exercício pleno da cidadania e para a atuação no mundo do trabalho, por meio da aquisição de conhecimentos científicos, de saberes culturais e tecnológicos [...]” (BRASIL, 2019a, p. 36).

Com base nas particularidades da atuação profissional nessa rede, o objetivo desta pesquisa em andamento no contexto da Licenciatura em Pedagogia da UFMS *Campus* Naviraí, consiste em relatar e analisar o trabalho docente na EBTT⁵⁶ do IFMS *Campus* Naviraí por meio de (e com base em) um Projeto de Extensão, coordenado pela primeira autora deste resumo expandido, com jogos, brinquedos e brincadeiras (JBBs)⁵⁷ fundamentado em temáticas étnico-

⁵⁴ Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS) *Campus*/ Naviraí. E-mail: catia.costa@ifms.edu.br

⁵⁵ Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) *Campus* Naviraí. E-mail: larissa.montiel@ufms.br

⁵⁶ No Art. 21.º do Regulamento da Organização Didático-Pedagógica (ROD) do IFMS, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) divide-se em “técnico integrado” e “técnico integrado na modalidade Proeja” (BRASIL, 2019c). De acordo com os PPCs, no IFMS *Campus* Naviraí, a EPTNM divide-se em Agricultura e Informática para Internet (BRASIL, 2019a, 2019b).

⁵⁷ Intitulado “Jogos, Brinquedos e Brincadeiras Indígenas, Africanas e Afro-brasileiras: contribuições para reflexão a respeito das questões étnico-raciais”, foi aprovado com fomento via Edital N.º 019-2022

raciais com estudantes da EPTNM, docentes e técnicos(as) de diferentes áreas do conhecimento e comunidade externa (pessoas indígenas e não indígenas).

Planejar, desenvolver, acompanhar e avaliar projetos de extensão são ações que se fundamentam nas orientações das “Diretrizes para a gestão das atividades docentes de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional do IFMS” (BRASIL, 2020), para que as finalidades da instituição sejam cumpridas, as produções na extensão e a formação contínua sejam estimuladas e valorizadas, e o trabalho docente seja equalizado por meio do estabelecimento de referenciais que respeitem as particularidades dos diferentes *campi*.

Metodologia

A opção pela pesquisa qualitativa do tipo pesquisa-ação (ANDRÉ, 1998), contempla o objetivo deste trabalho porque considera o contexto de desenvolvimento do Projeto JBBs, a percepção/compreensão das pessoas participantes a respeito da própria realidade de atuação/formação profissional. A busca pela interpretação/descoberta, a valorização da indução, a admissão da íntima relação entre acontecimentos e valores e da não neutralidade na postura de quem pesquisa (ANDRÉ, 1998), concomitantemente caracterizam esse tipo de abordagem e vem ao encontro do objetivo apresentado.

A pesquisa-ação e/ou “intervenção” “[...] envolve sempre um plano de ação, plano esse que se baseia em objetivos, em um processo de acompanhamento e controle da ação planejada e no relato concomitante desse processo” (ANDRÉ, 1998, p. 33).

Por meio da análise documental, fotos e vídeos das atividades e das participações em eventos institucionais foram utilizados para a descrição e análise de algumas ações do Projeto JBBs, bem como diretrizes, regulamentos e resoluções do próprio IFMS.

Análise de dados

(<https://selecao.ifms.edu.br/edital/files/apoio-aos-nucleos-do-ifms-edital-no-019-2022-edital-no-019-5-2022-resultado-final.pdf>), da Pró-Reitoria de Extensão (Proex) do IFMS. Objetiva, no período de 01/07/2022 a 30/06/2023, promover a reflexão a respeito das temáticas étnico-raciais com base na produção, na aplicação, na sistematização, na divulgação e no compartilhamento, para as comunidades interna e externa do IFMS *Campus Naviraí*, de JBBs indígenas, africanas e afro-brasileiras. E-mail do Projeto de Extensão: jbb.nv@ifms.edu.br.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



Como princípios que orientam o currículo da EPTNM no IFMS, o ROD (BRASIL, 2019c, p. 8-9) apresenta, em seu Art. 7.º: “[...] a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais, e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. A maioria dessas temáticas, centrais no Projeto JBBs, fundamentaram sua participação em sessão virtual da III Jornada Estadual de Educação Física Escolar (JorEFE), coordenada pelo docente Robinson Luiz Franco da Rocha, do IFMS *Campus* Ponta Porã.

Na ação, a primeira autora deste trabalho apresentou o objetivo e as principais ações do Projeto JBBs. A docente relatou o processo de redação da proposta, submissão e aprovação em Edital da PROEX do IFMS, as oportunidades de bolsas para estudantes, bem como o início das atividades em julho de 2022. Confirmou a necessidade/importância dessas iniciativas, cujo apoio também se fundamenta na disponibilização, pela instituição, de recurso financeiro para práticas (corporais) que, ao longo da história, foram invisibilizadas.

Na extensão do IFMS, os projetos são definidos como “[...] atividades de caráter educativo, científico, cultural, político, social ou tecnológico com objetivos específicos e prazo determinado, que podem ser vinculadas ou não a um programa” (BRASIL, 2017, p. 10).

As trajetórias atuais e anteriores ao IFMS da docente, foram relatadas para elucidar as bases do planejamento/desenvolvimento de determinadas(os) temas/conteúdos na Educação Física Escolar (EFE), cujo tratamento pedagógico tem acontecido de forma contextualizada à própria origem das práticas corporais, à história/cultura, aos sentidos/significados e, no caso das histórias/culturas indígenas, africanas e afro-brasileiras, com a intenção de proporcionar conhecimento/compreensão como uma forma de combater, conforme Pereira (2021), as práticas de invisibilidade em que os povos indígenas e africanos sempre foram submetidos e, também, às práticas de invisibilidade da história do País.

Igualmente, a docente narrou as produções e vivências de JBBs, o compartilhamento dos conhecimentos, a sistematização desses conhecimentos, a divulgação via redes sociais, a criação de página no Instagram⁵⁸, a participação e a organização de eventos, as parcerias estabelecidas etc. Mencionou alguns desafios referentes ao trabalho docente na rede federal, às particularidades da EFE nos *campi* que atuou/atua.

⁵⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/projeto.jbbs/>.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



O Projeto JBBs acontece em meio a uma carga horária semanal de 40 horas que inclui: aulas e planejamentos; atendimentos a estudantes; coordenações de projetos, núcleos e eventos; orientações de Trabalho de Conclusão de Curso (TCCs), entre outras atuações não previstas e excessivas à carga horária. As condições nas quais o trabalho docente é realizado, de acordo com Tardif (2008, p. 113), “[...] considerado em seus diversos componentes, tensões e dilemas, permite compreender melhor a prática pedagógica na escola”.

Nesse cenário, as ações do Projeto JBBs possibilitam a valorização das identidades negra e indígena, a aceitação da diversidade, a inserção/contextualização da história, das lutas sociais e da cultura afro-brasileira e dos povos indígenas no currículo escolar. No contexto educacional, essas ações contribuem para a ascensão e formação das pessoas envolvidas e representam, segundo Araujo (2015), a “função social” do trabalho docente.

No contexto do Projeto, a docente também comentou de dificuldades na localização de obras referentes a JBBs com autores(as) indígenas e negros(as) e explicou os pressupostos teórico-metodológicos que o fundamentam. Dentre esses pressupostos, cabe mencionar a “Educação Física Plural” (DAOLIO, 2009) que preserva, em suas práticas pedagógicas, o princípio da alteridade que implica a consideração e o respeito às diferenças humanas.

De modo subsequente e em conjunto com a docente, estudantes da EPTNM relataram os encontros realizados, as ações desenvolvidas e os(as) JBBs estudados/pesquisados/vivenciados: Shisima, Jogo da Onça, Mancala, Labirinto, Abayomi. Descreveram brevemente as regras e os conhecimentos relacionados.

Os conhecimentos a respeito de JBBs indígenas, africanas e afro-brasileiras produzidos, aplicados, sistematizados, divulgados e compartilhados, igualmente planejados e desenvolvidos na EFE da EPTNM do IFMS *Campus* Naviraí, ao mesmo tempo que contemplam a especificidade da área, contribuem para o desenvolvimento de uma atitude crítica e investigativa nas pessoas participantes no que se refere às políticas de educação das relações étnico-raciais, configurando-se como conteúdos da formação docente e discente.

Considerações finais

Conforme o objetivo deste resumo, a participação do Projeto JBBs em evento foi relatada e analisada como uma das facetas do trabalho docente no IFMS *Campus* Naviraí

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



apresentando e especificando, concomitantemente, uma das ações previstas no Projeto e as tarefas que constituem o trabalho docente na extensão com base em temáticas étnico-raciais.

Embora haja o entendimento da extensão como uma das atribuições docentes no contexto apresentado, as condições particulares de cada rede/campus podem ou não contribuir para o seu desenvolvimento. Igualmente, o relato analisado representa o reconhecimento e a consideração pelas dificuldades e possibilidades no trabalho docente na extensão. Para Tardif e Lessard (2009), a docência se caracteriza por interações entre professores(as) e estudantes que compõem a base das “relações sociais” na instituição educacional.

Nesse cenário de relações de trabalho emergiram conhecimentos das reflexões realizadas para a ação, na ação e após a ação, sobretudo com a possibilidade de revisitá-la por meio da apreciação do vídeo disponibilizado no Canal da JorEFE no Youtube. Dentre os conhecimentos obtidos, pode-se mencionar: a síntese reflexiva realizada para apresentação do Projeto; a análise da viabilidade e/ou dificuldade de/em algumas ações; o desenvolvimento de uma postura crítica e investigativa a respeito de JBBs explicados; a ampliação do conhecimento da história e da cultura indígena, africana e afro-brasileira por meio de JBBs; as regras e os modos de jogar, brincar, viver, resistir de diferentes povos e culturas; as histórias contidas nos(as) JBBs; as reflexões a respeito da diversidade; as contribuições para minimização de posturas preconceituosas; a valorização de diferentes culturas etc.

Assim, contemplou a natureza da extensão no IFMS e, por conseguinte, o cumprimento de finalidades educacionais que se fundamentam, de acordo com os PPCs(BRASIL, 2019a , 2019b), em uma perspectiva de formação discente integral.

Referências

ANDRÉ, Marli E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1998.

ARAUJO, Francisco A. M. Considerações sobre o conceito de trabalho e a natureza do trabalho docente à luz do materialismo histórico dialético. In: CARVALHO, Maria V. C.; ARAUJO, Francisco A. M.; MARQUES, Eliana, S. A. (Orgs.). **Formação e trabalho docente: educação básica e superior em questão**. Teresina, PI: EdUFPI, p. 43-60, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

Projeto Pedagógico de Curso. Técnico em Agricultura. Naviraí, MS: IFMS, dez. 2019a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Projeto Pedagógico de Curso**. Técnico em Informática para Internet. Naviraí, MS: IFMS, dez. 2019b.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado.** Campo Grande, MS: IFMS, nov. 2019c.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Resolução N.º 059, de 21 de julho de 2017.** Aprova a Política de Extensão do IFMS. Campo Grande, MS: IFMS, jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Resolução N.º 70, de 17 de novembro de 2020.** Aprova, *ad referendum*, a alteração das Diretrizes para Gestão das Atividades Docentes de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão Institucional do IFMS. Campo Grande, MS: IFMS, nov. 2020.

DAOLIO, Jocimar. **Da cultura do corpo.** 13. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2009.

PEREIRA, Arliene S. M. Práticas corporais indígenas: jogos, brincadeiras e lutas para implementação da lei nº11.645/08 na Educação Física escolar. 2. ed. Editora Aliás. Fortaleza: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, 2021.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente:** elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Tradução de João Batista Kreuch. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

O USO DE QR CODE NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Fábio Vicente da Silva Santos⁵⁹

(SEED-PR, binho08f@hotmail.com)

Adan Santos Martens⁶⁰

(UTFPR, adanm9090@gmail.com)

Vanderlize Simone Dalgalo⁶¹

(UNIOESTE, vanderlize.dalgalo@unioeste.br)

Eixo: Metodologias do Ensino Fundamental e Tecnologias Digitais

Introdução

Diante da conjuntura científica-tecnológica estabelecida na sociedade atual, e principalmente após o período Pandêmico, a organização metodológica e pedagógica do espaço escolar precisou ser revista. Sendo assim, novas demandas tecnológicas passaram a estar presentes na rotina escolar, principalmente diante da necessidade de busca por novas metodologias, pois as demandas postas aos professores e a necessidade de instigar o interesse dos estudantes dentro e fora do espaço escolar se faz necessário. Sendo assim, ressalta-se que,

O uso das tecnologias digitais na educação tem como objetivo tornar o ensino mais atrativo e eficaz, bem como ampliar as possibilidades de aprendizagem dos alunos, com a finalidade de formá-los para o mundo atual, no qual as tecnologias estão cada vez mais presentes (GARCIA, 2017, p. 5).

⁵⁹ Especialização em Educação e Gestão Ambiental. Graduado em Geografia. Professor na Secretaria de Estado da Educação do Paraná - SEED PR.

⁶⁰ Doutorando em Ensino de Ciência e Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Ponta Grossa, Paraná, Brasil. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. Graduado em Matemática e Física.

⁶¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Especialista em Educação Especial e Psicopedagogia Institucional e Clínica. Graduada em Ciências Biológicas e Pedagogia. Docente do Atendimento Educacional Especializado e Docente Temporária dos Cursos de Direito e Ciências Contábeis – Unioeste.

O uso de tecnologias em atividades escolares tem proporcionado benefícios para estudantes, professores e para as instituições, melhorando a interação entre os envolvidos e ampliando o acesso aos conteúdos científicos. Nesse sentido, é necessário oportunizar aos estudantes a inclusão digital com vistas a promover a alfabetização e o letramento digital. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) contempla o desenvolvimento de competências e habilidades articuladas ao uso crítico e responsável das tecnologias digitais, como destacado na competência geral 5,

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BRASIL, 2018, p. 9).

Buscando promover essa inclusão digital em sala de aula e desenvolver competências e habilidades, em específico se tratando da disciplina de Geografia no ensino fundamental, disciplina em que esse trabalho discorre, a BNCC explicita a necessidade de garantir aos alunos o desenvolvimento de competências específicas.

Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia. (BRASIL, 2018, p. 366).

Nesse sentido, o ensino de Geografia precisa acompanhar o contexto histórico que estamos inseridos, nos últimos anos cada vez mais a tecnologia se mostra inserida e permanente na vida das pessoas.

Buscando inserir novas ferramentas em sala de aula, como professor de Geografia na cidade de Toledo, no estado do Paraná, desde o ano de 2020, observa-se questionamentos sobre a tímida inserção do uso da tecnologia em sala de aula pelos professores. Essa inquietação emerge, a partir de momentos comuns na sala dos professores e enquanto docente em hora atividade compartilhada, em que os professores esboçaram por meio de suas falas curiosidades, interesse e dificuldades quanto ao uso da tecnologia em sala de aula, quando visualizam minhas produções de atividades que faziam uso de tecnologias como o *Quick Response Code (QR Code)*, que direcionava a textos, música e vídeos a partir da leitura com celular.

O QR (*Quick Response Code*) que traduzido para o português significa “Código de resposta rápida” tem como foco a leitura de alta velocidade, basta direcionar a câmera de um smartphone para que a informação apareça instantaneamente na tela (RIBAS, et al., 2017). O QR Code tem sido amplamente utilizado em diversas áreas, desde a publicidade até a educação. No âmbito da Geografia, se mostra como uma ferramenta útil para contribuir com o aprendizado dos estudantes, principalmente pela praticidade do uso diante da presença dos celulares cada vez mais junto aos estudantes e, diante da realidade presenciada nas escolas públicas e suas limitações, como o difícil acesso a laboratórios de informática e a baixa presença de tecnologias. Os códigos podem ser usados para fornecer informações geográficas, como mapas, lugares, fatos e estatísticas, músicas, vídeos e textos. Os estudantes podem ser encorajados a usar QR Code para visitar pontos turísticos, rotas de pesquisa, locais históricos e áreas de interesse. Os códigos podem fornecer informações úteis sobre a localização, a história, a cultura e outros fatores relevantes para os estudantes.

O QR Code em atividades de Geografia pode ser usado para fornecer informações sobre os padrões climáticos, relevo, vegetação, uso da terra e outros fatores geográficos. Levando em consideração esta justificativa, apresentamos na próxima seção a metodologia que norteou o desenvolvimento da atividade.

Metodologia

A prática discutida neste trabalho envolve o uso de códigos QR e foi implementada em uma escola pública da cidade de Toledo-PR, Brasil, em uma turma do oitavo ano do Ensino Fundamental com duração de duas horas-aula desenvolvida no primeiro trimestre de 2023. O objetivo foi potencializar a interação dos estudantes com o conteúdo proposto por meio de uma abordagem dinâmica e envolvente.

A atividade consistiu na utilização de códigos QR que vinculavam recursos multimídia, como vídeos e músicas, relacionados ao conteúdo de migração e agropecuária. Os estudantes acessaram o conteúdo com a leitura do código pelo celular e responderam a perguntas propostas.

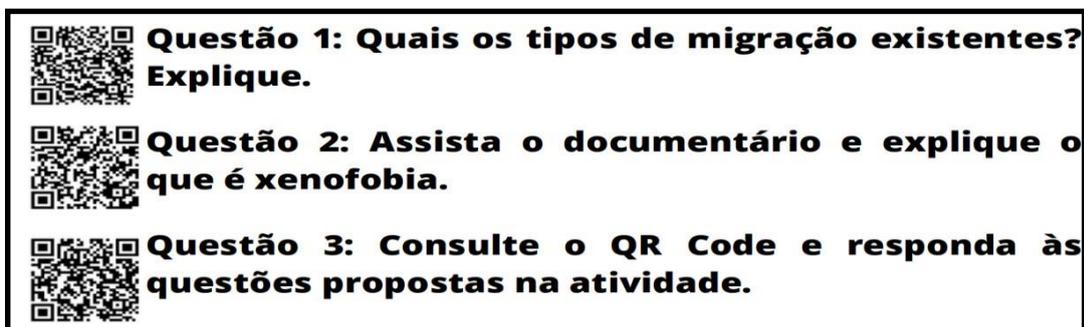
Evidencia-se que a prática discutida neste artigo, não foi desenvolvida com o intuito meramente de publicação, selecionou-se essa prática, dentre outras realizadas ao longo do ano letivo, mediante os resultados que emergiram, os quais serão discutidos nas próximas seções.

Análise de Dados

A partir do QR Code, que direcionaram os estudantes para conteúdos diversificados - reportagem sobre a situação dos refugiados, texto sobre os tipos de migração e uma música referente ao tema - proporcionou uma compreensão mais ampla e detalhada acerca dos fenômenos migratórios. Por meio desta metodologia, os estudantes tiveram acesso a diferentes fontes de informação, bem como refletir criticamente sobre os conteúdos apresentados.

Essa abordagem, além de valorizar a interatividade nos processos de ensino e aprendizagem, também incentiva a construção de um pensamento crítico-reflexivo, na medida em que a metodologia não se limita a um único tipo de conteúdo, mas sim abre espaço para diferentes perspectivas sobre o tema abordado. Na figura 1 apresentamos a atividade desenvolvida pelos estudantes.

Figura 1: Ilustração dos Qr Code usados na atividade



Fonte: Os autores.

Na sequência, temos a exposição da figura 2, a qual ilustra as atividades sendo desenvolvidas pelos educandos.

Figura 2: Desenvolvimento da atividade pelo estudante.



Fonte: Dos autores

É relevante destacar que durante a realização da atividade os estudantes se mostraram interessados e motivados a desenvolverem. Quanto ao papel do professor no desenvolvimento das atividades, se mostrou como mediador, quanto às suas ações foi de conduzir os discentes, levando os estudantes a compreenderem os encaminhamentos da atividade e conseqüentemente a compreensão do conteúdo, migração e agropecuária brasileira. Além disso, os encaminhamentos possibilitaram desenvolver a atividade ao ar livre no saguão da escola.

Considerações Finais

Considerando a atividade desenvolvida, é possível afirmar que a utilização de tecnologias QR Code, que direcionam o conteúdo a partir da utilização de dispositivos móveis (celular) pode ser uma metodologia assertiva para o ensino de Geografia, pois amplia o acesso às informações, incentiva a reflexão e favorece um aprendizado dinâmico e inovador, além de permitir o uso do celular em sala como ferramenta pedagógica, aparelho que se mostra cada vez mais presente no ambiente escolar.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



Desse modo, o encaminhamento da atividade permitiu ao professor aplicar conhecimentos adquiridos durante processos formativos sobre metodologia ativa e atuar com os estudantes de forma interativa, desenvolvendo atividades curriculares com o uso do celular o que demonstrou ter sido importante para o seu aprendizado pessoal e profissional.

Diante dessas potencialidades, para o avanço do uso de tecnologias em sala de aula, destaca-se a necessidade de cursos amplos de formação inicial e continuada de professores voltado para o uso de ferramentas tecnológicas.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

GARCIA, M. M. A importância das Tecnologias de Informação e Comunicação na educação. **Revistas Eletrônicas Iles/ Ulbra**, v.10, n.01, 2017. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/recit/article/download/e-4720/pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

RIBAS, A. C.; OLIVEIRA, B. S.; GUBAUA, C. A.; REIS, G. R.; CONTRERAS, H. S. H. O uso do aplicativo QR Code como recurso pedagógico no processo de ensino e aprendizagem. **Ensaio Pedagógicos**, v. 7, n. 2, p. 12-21. Disponível em: <https://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n14/n14-artigo-2-O-USO-DO-APLICATIVO-QR-CODE.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

OS ADOLESCENTES E AS TECNOLOGIAS DIGITAIS

Néria Beatriz Vasconcelos de Queiroz⁶²

(neriavasconcelos288@gmail.com)

Célia Regina de Carvalho⁶³

(UFMS, celia.carvalho@ufms.br)

Eixo: Metodologias do Ensino Fundamental e Tecnologias Digitais

Introdução e Metodologia

O trabalho apresenta um estudo com base em pesquisa qualitativa de natureza descritiva, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com três adolescentes (as) entre 11 a 14 anos do município de Naviraí-MS, no Estado de Mato Grosso do Sul. Segundo Moreira (2003, p. 28), a pesquisa qualitativa “[...] contribui para identificar os significados, os indivíduos pesquisados dentro de seu contexto e atribuindo relação ao tema discutido, oferecendo para a pesquisa o resultado exato dos objetivos”.

Quanto ao detalhamento das etapas realizadas, na primeira etapa foi desenvolvido um levantamento bibliográfico de autores relacionados ao tema e à metodologia da pesquisa, por meio de leitura de artigos periódicos, revistas, consultas na internet entre outras produções científicas. Na segunda etapa realizou-se uma entrevista semiestruturada *online* com três adolescentes por meio do aplicativo *WhatsApp* com auxílio de um gravador de voz. Desta forma possibilitou-se conhecer os pontos de vista de cada entrevistado. Buscou-se, ainda, investigar sobre os conteúdos consumidos pelos adolescentes na internet; se buscavam inspirações em algum influenciador; o tempo que passavam conectados; se teriam um acompanhamento ou

⁶² Pós-Graduada em Alfabetização e Letramento pela Faculdade da Região Serrana - Farese, campus Santa Maria de Jetibá-ES. E-mail: neriavasconcelos288@gmail.com.

⁶³ Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista - campus de Presidente Prudente - SP. Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Naviraí. E-mail: celia.carvalho@ufms.br.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023



(ISSN 2178-2431)

instrução por algum responsável, enfim fatos relevantes da realidade que chamavam a atenção na internet.

Para uma melhor compreensão acerca dos estudos, o quadro 1 apresenta os indicadores do estudo.

Objetivos Específicos	Sujeitos a serem Pesquisados	Técnicas e/ou procedimentos para se coletar estes dados
1º objetivo Identificar o perfil dos adolescentes com base nos conteúdos que consomem na internet;	Adolescentes	Entrevista semiestruturada <i>online</i>
2º objetivo Identificar a importância que os adolescentes dão às tecnologias digitais;	Adolescentes	Entrevista semiestruturada <i>online</i>

Fonte: Organizado pela autora (2020).

O quadro 2, segue para apresentação e identificação de cada adolescente entrevistado. Utilizou-se a letra A1, A2 e A3, para diferenciação e melhor compreensão sobre as respostas de cada adolescente.

Identificação	Gênero	Idade	Série em que estuda	Bairro que reside	Com quem mora
A1 (adolescente 1)	Masculino	14 anos	8º ano	Portal Residence	Com os pais
A2 (adolescente 2)	Feminino	11 anos	6º ano	Jardim Fátima	Com os pais
A3 (adolescente 3)	Masculino	13 anos	8º ano	Sol Nascente	Com os pais

Fonte: Organizado pela autora (2020).

Resultados e discussões

A opinião dos adolescentes

Ao serem questionados sobre aparelhos que possuíam em casa e qual deles mais gostavam, os adolescentes responderam:

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023



(ISSN 2178-2431)

Televisão, notebook, celular e videogame. Celular. (A1);

Eu gosto muito de mexer no meu celular e na televisão. (A2);

Computador e televisão, eu uso só o computador. Eu assisto vídeos e jogo. Meu celular não presta, só uso só pra conversar com as aulas *online*. (A3).

Com análise das respostas, percebe-se que o aparelho mais utilizado pelos adolescentes é o celular, ficando como segunda opção o computador e posteriormente a TV. Os celulares são de uso próprio e o acesso diário à internet dá-se por meio de rede *Wi-fi*. Para Santaella (2003, p. 2) vivemos na era da conexão contínua formada por uma rede de pessoas, potencializada por dispositivos móveis, sendo que:

[...] os tipos de signos que circulam nesses meios, os tipos de mensagens e processos de comunicação que neles se engendram os verdadeiros responsáveis não só por moldar o pensamento e a sensibilidade dos seres humanos, mas também por propiciar o surgimento de novos ambientes socioculturais.

É perceptível a imersão do adolescente nos meios tecnológicos e em suas respostas, os adolescentes demonstraram ficarem mais tempo conectados as redes, porém os mesmos não têm se utilizado das buscas como meio de aprendizagem.

Com relação aos tipos de aplicativos que teriam no celular, quais mais gostavam de utilizar e se pudessem citar três, respondem: “*WhatsApp, Facebook, Messenger*. Gosto mais do *WhatsApp*” (A1); “Bom, eu tenho, eu gosto muito de mexer no Instagram e às vezes só mexo um pouquinho no *WhatsApp e no Youtube*” (A2); “Ó, tenho o *WhatsApp, o Youtube, Facebook, Jogos Lol e Lokis* e as redes que mais utilizo são: *Instagram, Whatsapp, Tik Tok* (A3).

Ao serem questionados sobre os aplicativos que os mesmos teriam no celular e se possuíam perfil em redes sociais, o entrevistado A1 respondeu que: *WhatsApp, Facebook, Youtube*, jogos e músicas porém gosta mais de utilizar o *WhatsApp*; a entrevistada A2 possui perfil no *Instagram, Tik Tok, Youtube e WhatsApp* e gosta mais de utilizar o Instagram; já o A3: Instagram, Facebook, *WhatsApp, Tik Tok*, jogos *Lol, Lokis* entre outros e utiliza todos sem demonstrar interesse maior por algum em específico.

As idades dos adolescentes são próximas, mas cada um tem o seu youtuber ou influenciador preferido. A1 se inspira em canais ligados à comédia e esportes. Já A2 se inspira em influencer que fala sobre moda e beleza. O A3 prefere experimentos e conhecimentos gerais do mundo.

Os conteúdos preferidos na internet: “Ah, eu gosto mais dos jogos” (A1); “*Youtube*, jogos, músicas. Passo mais tempo no *Instagram*” (A2); “Entretenimento de ação, aventuras e mistérios, entra jogos também” (A3).

Os adolescentes relataram sobre as atividades que mais realizavam na internet: “Mais mensagens e vídeos no *Youtube*” (A1); “Eu assisto vídeo e só. Chamadas de vídeo, mensagem, filme na *Netflix*” (A2); “São jogos, eu fico lendo também e o que mais compartilho são imagens que eu pego do *Tik Tok*, no meu celular e mando para os meus amigos” (A3).

Os três entrevistados disseram ter acompanhamento dos pais e controle sobre o tempo que passam na internet. As mães procuram estar atentas quanto ao que os adolescentes consomem mesmo aquelas que trabalham e disponibilizam de pouco tempo ao lado, buscam meios e demonstram estar atentas quanto àquilo que seus filhos fazem na rede.

A respeito dos conselhos por parte dos pais, familiares ou professores com relação aos perigos existentes na internet, responderam: “Sim já me deram, meus pais. Sim, já me explicaram bastante coisas já” (A1); “Sim. Já tive várias instruções” (A2); “Sim. Ah, a minha mãe falou que era pra eu contar pra ela se acontecesse alguma coisa que seu passasse alguma coisa, deveria parar de mexer com essas coisas” (A3). Conforme a Pesquisa TIC Kids *Online* (2016, p. 25) “[...] a mediação dos atores de socialização deve buscar maximizar as oportunidades e minimizar os riscos e possíveis danos ao bem-estar das crianças e adolescentes, favorecendo oportunidades on-line ligadas à comunicação, à educação e ao lazer”.

Os adolescentes entrevistados afirmaram possuir certo domínio tecnológico

As políticas públicas precisam orientar ações de inclusão digital no nível do acesso às TIC, mas, paralelamente, devem também promover o desenvolvimento de habilidades digitais para aqueles que já se encontram incluídos, assegurando que as tecnologias possam tornar-se efetivamente um elemento gerador de bem-estar social. (CGI.BR, 2016, p. 25).

Para o adolescente é de suma importância à utilização das tecnológicas de maneira correta e segura, acarretando assim, oportunidades de aprendizado, crescimento pessoal e profissional. Os entrevistados disseram já terem utilizado a internet em sala de aula para realizar atividades escolares, porém não com tanta frequência e autonomia.

Considerações finais

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



A fim de refletir sobre os resultados do estudo, analisaremos os objetivos do mesmo de acordo com o que consistia em identificar o perfil dos adolescentes, foram entrevistados três adolescentes com faixa etária entre 11 a 14 anos de idade, sendo dois do gênero masculino e um do gênero feminino. Um estuda no sexto ano e dois no oitavo ano. Os aparelhos mais utilizados por eles são *smartphones*, *tablets*, *notebooks* e televisores, conectados em redes sociais e outros em jogos *online*.

Buscou identificar a importância que os adolescentes dão às tecnologias digitais. Os mesmos utilizavam das redes sociais como *Youtube* para acompanhar influenciadores digitais que mais se identificavam. As buscas e os conteúdos demonstraram ser variados, eram buscas por influencer do momento, experimentos e a ciência.

A este respeito, observa-se a importância da mediação do responsável pelo adolescente e que o mesmo seja instruído quanto aos possíveis riscos presentes na internet. Para tanto, vale ressaltar que há necessidade de diálogo e que a mediação do adulto não ocorre quando o mesmo proíbe de acessar algo na internet, mas sim quando esclarece sobre o uso das redes.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em:
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>
Acesso em: 15 set. 2019.

CABELLO, Patricio; CLARO, Magdalena; CABELLO-HUTT, Tania. Mediação parental no uso de TIC segundo a percepção de crianças e adolescentes brasileiros: reflexões com base na pesquisa TIC Kids Online Brasil 2014. **Comitê Gestor da Internet. TIC Kids Online Brasil**, p. 31-46, 2015.

CGI.BR. **Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019. Disponível em:
https://cetic.br/media/docs/publicacoes/216370220191105/tic_kids_online_2018_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 07 set. 2020.

CGI.BR. **Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016. Disponível em:
https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Kids_2015_LIVRO_ELETRONICO.pdf. Acesso em: 13 set. 2020.

COLL, César; MONEREO, Carles. **Psicologia da Educação Virtual: Aprender e ensinar**

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



com as tecnologias da informação e da comunicação. Artmed Editora, 2010.

COUTO, Fausta Porto. **Cultura Tecnológica, Juventude e Educação**: representações de jovens e adultos sobre inclusão educacional mediada pelas tecnologias. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

FANTIN, Mônica. **Nativos e imigrantes digitais em questão**: crianças e competências midiáticas na escola. 2016.

FANTIN, Mônica. Crianças, dispositivos móveis e aprendizagens formais e informais. **ETD-Educação Temática Digital**, v. 20, n. 1, p. 66-80, 2018.

FERNANDES, Euclécio Alves. A evolução da comunicação impactada pela tecnologia. **Ideias e Inovação-Lato Sensu**, v. 3, n. 2, p. 93-102, 2016.

FORTIM, Ivelise; MARTINEZ, Mateus Donia: Redes Sociais e Indicadores de Saúde Mental Nas Pesquisas Tic Kids Online Brasil (2013 – 2017). **TIC**, p.66, 2018.

PRODUÇÃO DE MATERIAL PARA ENSINO DE LIBRAS COMO L2: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO SURDO JIU JITSU

Daniela Gomes da Silva⁶⁴

(EaD/UFGD danigs40@hotmail.com)

Tainara de Lima Silva Souza⁶⁵

(EaD/UFGD tainaradelimassouza@gmail.com)

Mariana Dézinho⁶⁶

(EaD/UFGD marianadezinho@ufgd.edu.br)

Eixo: Inclusão, Diversidade, Educação Especial e Contextos não Escolares

Introdução

Este é um relato de experiência de um dos eixos do projeto de extensão chamado “Sinalizando Saúde” da Faculdade de Educação à Distância da Universidade Federal da Grande Dourados (EaD/UFGD). Este projeto tem como objetivo geral desenvolver atividades teóricas e práticas que propiciem saúde e informações para a comunidade surda.

O mesmo conta com diversas ações dentre as quais podemos destacar: realização de check-up dos participantes, orientação e acompanhamento nutricional, consultas médicas, produção de materiais em Libras sobre assuntos relevantes no que tange à saúde, ensino de Libras como L2 e prática de atividades físicas monitoradas em contexto bilíngue.

⁶⁴Acadêmica do curso Letras Libras Licenciatura da Universidade Federal da Grande Dourados e atleta do projeto Surdo Jiu Jitsu.

⁶⁵Acadêmica do curso Letras Libras Licenciatura da Universidade Federal da Grande Dourados e atleta do projeto Surdo Jiu Jitsu.

⁶⁶Doutora em Educação e professora do curso Letras Libras (licenciatura e bacharelado), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e Coordenadora do projeto Sinalizando Saúde/Surdo Jiu Jitsu.

O público alvo do projeto⁶⁷ está na faixa etária de 06 a 60 anos, além dos surdos participam das atividades, familiares dos mesmos, intérpretes de libras e pessoas da comunidade surda proporcionando um momento de interação, sociabilidade aprendizagem da língua de sinais e a prática do Jiu Jitsu ao mesmo tempo.

O projeto se justifica também na união de mais fatores: desenvolvimento da língua de sinais, valorização da cultura e identidade surda, e o estímulo à atividade esportiva como forma de manutenção da saúde e do bem-estar físico e psíquico. O mesmo visa dar instruções a crianças, adolescente e adultos surdos e seus familiares sobre a prática da modalidade Jiu-Jitsu e promover o desenvolvimento físico, emocional, e cognitivo em um ambiente de aprendizagem, proporcionando condições de equidade linguística, inclusão e apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade.

A prática esportiva muito contribui para a formação do indivíduo. Não está associada apenas ao exercício e condição física, mas também ao equilíbrio, coordenação motora e a geração de oportunidades e experiências únicas na vida de seus praticantes, tais como socialização e convivência com os outros.

Entretanto, os surdos por utilizarem uma língua diferente da oficial de nosso país encontra muita dificuldade para realizar a prática de esporte físico. Mas, para eliminar essa barreira atitudinal o Surdo Jiu-Jitsu foi desenvolvido para uma melhor experiência e inclusão. Jiu-Jitsu bilíngue é uma forma de superar a discriminação, tendo a intenção de proporcionar a todos os competidores uma oportunidade igual para um jogo limpo.

Metodologia

Dentre as diversas ações desenvolvidas no projeto, o ensino de Libras para ouvintes é uma das atividades regulares e acontecem concomitantes as aulas de Jiu Jitsu. Utiliza-se no projeto a metodologia de dinâmica espelhada, ou seja, os professores da modalidade esportiva referida, ministram aulas para os alunos surdos e ouvintes bilíngues e ao final os discentes viram professores de Libras. Assim todos os participantes do projeto possuem uma parcela de contribuição no ensino, seja ela no esporte ou na língua de sinais.

⁶⁷ O projeto é realizado duas vezes na semana (terça e quinta) na Escola Estadual Presidente Médici na sala multimeios.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



O cronograma de aula é montado uma vez por mês junto a coordenação do curso, onde são definidos temas, metodologias, atividades a serem aplicadas, como também são realizadas avaliações das aulas e materiais que já foram utilizados e verificação seu nível de eficácia.

Após definidos os conteúdos acadêmicos do curso Letras Libras Licenciatura preparam os planos de aulas e materiais que serão utilizados no projeto. Estes materiais são previamente compartilhados com os surdos praticantes de Jiu Jitsu, e ministrados coletivamente. No que tange as metodologias utilizadas podemos apresentar as que mais surtiram bons resultados no ensino de Libras como segunda língua: musicalização, diálogos em dupla, jogos (que envolvam Libras e Jiu Jitsu), encenação, entre outros.

Dentre as diversas aulas que já foram ministradas podemos elencar alguns exemplos/modelos de materiais/aulas que foram utilizados e surtiram bons resultados como: *Bistrô Surdo Jiu Jitsu* (reprodução de um restaurante onde os alunos deveriam escolher suas refeições e realizar pedidos); *Jiu Jitsu Store* (simulação de compras em uma loja de roupas e acessórios); *Sacolão Jiu Jitsu* (prática de compras de frutas e verduras associado a dinâmica de adivinhação dos mesmos por meio do paladar e tato), *Musicalização* (foram preparadas aulas a partir da escolha de músicas que estavam de acordo com o tema a ser ministrado utilizando violão no ambiente de ensino).

Análise de Dados

Após todas as aulas são realizados registros pelas acadêmicas no diário de campo, experiência esta que consiste em anotar todos os pontos relevantes e os entraves encontrados nas aulas. Este tipo de técnica ajuda muito no sentido de observar se as práticas de fato estão sendo significativas para o ensino de Libras para ouvintes, e também para conseguir estabelecer um perfil de aula conforme a tipificação da turma.

Passado 10 meses do início do projeto observamos que a turma já possui um conhecimento de libras básico, alguns avançando para o intermediário. Os professores já conseguem se comunicar bem com os alunos surdos e os próprios colegas ouvintes também realizam diálogos básicos sem dificuldade.

Considerações Finais

É indispensável que o trabalho da tríade poder público, instituições de ensino e público alvo surdos continuem o debate sobre o seu papel, enquanto cidadãos, e busquem estratégias de cobrança pelo desenvolvimento de atividades que priorizem a acessibilidade, a fim de que mais projetos sejam elaborados, desse modo, uma parcela significativa da população poderá se beneficiar e conseguir de fato ter uma participação como cidadão de forma efetiva.

As ações sociais e a plena participação da população, de forma geral, são primordiais para a ampliação dos direitos civis, sociais e políticos, visando sempre alcançar o bem-estar social. É por meio da educação para a cidadania que se podem gerar cidadãos mais participativos e conhecedores dos deveres do Estado e da sociedade civil. Um processo democrático robusto acontece quando há grande participação social e condições de igualdade.

Uma democracia forte acontece quando há significativa participação popular na vida pública. Os cidadãos possuem o direito e dever de reivindicar a clareza dos atos públicos e, especialmente, cobrar dos gestores a fiscalização dos mesmos; portanto, é primordial que a população participe efetivamente da administração pública.

É necessário desenvolver mais ações que visem eliminar as barreiras comunicacionais e atitudinais com os surdos no Brasil, uma vez que possuem sua língua oficialmente reconhecida e são em torno de 10 milhões de pessoas.

Espera-se que esse projeto, que promova a inclusão social, comunicativa e educacional das pessoas com deficiência; espera-se, ainda, que as temáticas discutidas apontadas neste projeto sejam mais exploradas e que os surdos cada vez mais tenham acessibilidade. Segue-se adiante, na esperança de que esta ação possa contribuir com mais um passo no debate sobre e para a promoção de ações de inclusão.

Referências

FELICIANO, D. A. **Avaliação da prática esportiva como fator de socialização com deficientes auditivos a partir do teste sociométrico de Jacob Levi Moreno**. 2010. 71.f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2010.

IANNI, A.; PEREIRA, P. C. A. Acesso da Comunidade Surda à Rede Básica de Saúde. **Saúde e Sociedade**. v.18, supl.2, 2009.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



INTERDONATO, G. C.; GREGUOL, M. Qualidade de vida e prática habitual de atividade física em adolescentes com deficiência. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 21, n. 2, p. 282-295, 2011.

MARIN, C. R; GÓES, M. C. R. de. A experiência de pessoas surdas em esferas de atividade do cotidiano. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 26, n. 69, p. 231–249, mai./ago. 2006.

SOLER, R. **Educação Física Inclusiva**: em busca de uma escola plural. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

WINNICK, J. P. **Educação Física e esportes adaptados**. 3. ed. Tradução de Fernando Augusto Lopes. São Paulo: Manole, 2004.

RELATO DE ATIVIDADE EM DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: MAPA MENTAL

Maria Luiza da Silva Larsen⁶⁸

(UFMS, luiza.larsen@ufms.br)

Mara Luci Brito⁶⁹

(UFMS, britomara537@gmail.com)

Renata Pereira da Silva⁷⁰

(UFMS, renata_p@ufms.br)

Eixo: Gestão e Políticas Educacionais

Introdução

A pesquisa desenvolvida surgiu na elaboração de um mapa mental na disciplina de Educação Especial ministrada pela professora Merilyn Escobar de Oliveira no primeiro semestre de 2023, que foi posteriormente, por interesse mútuo das autoras, adaptada à experiência de estágio como auxiliar de apoio pedagógico, das alunas Maria Luiza da Silva Larsen no ensino fundamental e Mara Luci Brito no berçário.

O foco na deficiência intelectual acarretou-se em uma troca de experiências e conhecimentos adquiridos nas aulas da disciplina de Educação Especial, que gerou um debate acerca da problemática na realidade escolar. Para embasar tais argumentos, a pesquisa envolveu ferramentas audiovisuais e bibliográficas, além do próprio site do governo.

Portanto, o trabalho presente foi elaborado para discutir os obstáculos enfrentados pelas pessoas com deficiência na contemporaneidade, na perspectiva social e educacional,

⁶⁸ Acadêmica do Curso de Pedagogia do Campus de Naviraí – UFMS.

⁶⁹ Acadêmica do Curso de Pedagogia do Campus de Naviraí – UFMS.

⁷⁰ Acadêmica do Curso de Pedagogia do Campus de Naviraí – UFMS.

conforme relatos de estágio, relacionando-os com aspectos históricos que definem a estigmatização da deficiência na sociedade até os dias atuais.

Metodologia

A pesquisa apresentada é de caráter bibliográfico e se apresenta como resultado de uma pesquisa desenvolvida como critério de avaliação da disciplina de Educação Especial que as autoras participam como alunas da disciplina. A pesquisa ainda resulta das experiências das autoras como estagiárias.

A pesquisa bibliográfica é a pesquisa que se utiliza de material produzido por diversos autores por meio de produções teóricas sobre o tema a ser investigado. Segue alguns conceitos que nortearam o trabalho.

Conforme Figueira (2013) apresenta em sua obra, atitudes veladas em ideais preconceituosos mediante a deficiência, são resquícios de uma construção sócio-histórica que origina-se com os povos indígenas e firma-se no período colonial, com o estabelecimento dos portugueses no território. Para a religião indígena, a criança nascida com uma deformidade era um castigo divino, algo maléfico, e frequentemente eram mortas através de sacrifícios. Os portugueses contribuem para essa visão, com a herança europeia sobre a deficiência numa perspectiva de caridade, que inicia as primeiras tentativas de tratamento no Brasil, através dos jesuítas. Todavia, ressalta-se que o caráter ainda se define como exclusivo.

A concepção assistencialista baseada no ideal de cura ou tratamento, define o país até o século XX. Tais teorias trazidas da Europa, influenciam a criação de instituições filantrópicas para reabilitação da pessoa com deficiência. Atribui-se à deficiência o significado de falta, e o sujeito não é validado como pessoa. O objetivo é reintegrar o indivíduo à sociedade, partindo de sua própria responsabilidade. Nesse momento, surge termos como retardado mental, idiota, imbecil, demente para definir a pessoa com deficiência intelectual (FIGUEIRA, 2013).

A partir de meados da década de 60, as pessoas com deficiências começam a falar por si mesmas, dando início aos movimentos sociais que obrigaram o Estado a interferir. Esse momento marca as iniciativas oficiais no âmbito nacional. Contudo, os indivíduos com deficiência intelectual são representados pelos seus pais, e até o momento não recebem destaque. Nesse contexto, podemos iniciar o debate em torno das pessoas com deficiências

intelectuais e a simbologia das “eternas crianças”.

Análise de dados

No âmbito municipal da educação especial, mediante observação em sala de aula, é possível notar alguns estigmas construídos historicamente que influenciam na posição da escola para o aluno com deficiência em seu processo de inclusão.

A problemática se inicia desde a contratação de auxiliares pela prefeitura, ao não exigir especificidades necessárias para desenvolver o apoio à criança com deficiência em sala de aula, o que abre possibilidade para qualquer graduando, sendo conhecedor da área da educação especial ou não, de procurar uma vaga. Por conseguinte, torna-se comum auxiliares que não sabem atuar com a deficiência da criança e ao invés de facilitar, acabam dificultando o processo de aprendizagem. Como por exemplo, em uma observação de estágio no contexto do município, foi possível notar, nos anos finais do ensino fundamental, que o auxiliar realizava as atividades para o aluno com deficiência, impedindo que ele se desenvolvesse.

Nas escolas, a formação dos professores é a principal questão norteadora para esse debate. A maioria dos profissionais responsabiliza inteiramente o auxiliar, conseguinte o aluno com deficiência é visto como parte separada da sala de aula, excluindo-o das explicações. Essa falta de formação peca na atuação do professor, que não está preparado para lidar com a deficiência. Por exemplo, em experiência como auxiliar para um aluno com transtorno opositivo desafiador - TOD, que naturalmente terá uma atitude mais desafiadora, e violenta em crise, observou-se que este em muitos momentos é reprimido com gritos ou punições. Vale ressaltar a infantilização exagerada dos alunos com deficiência, que degenera e atrasa as funções de desenvolvimento, “aumentando a deficiência”. (JUNIOR, Aluizio Salles, 2010).

A gestão escolar precisa se organizar e promover ações para reverter esta situação e assim não contribuir para o estigma da deficiência intelectual. Constata-se que não há preparo em vários aspectos, no contexto escolar, e o senso comum prevalece com conceitos ultrapassados no que diz respeito ao trato com as pessoas com deficiência no âmbito escolar. Faltam ações direcionadas para este público, como a cobrança para o Estado por recursos, e a fiscalização dos professores em sala de aula, advertindo quando necessário. É responsabilidade da gestão escolar promover um espaço inclusivo.

Conclusões finais

A pesquisa desenvolvida permitiu acessar algumas concepções historicamente construídas, relacionando-as com a realidade da deficiência intelectual nas escolas do município, promovendo um olhar crítico sobre a problemática.

Por intermédio das experiências do estágio, nota-se uma necessidade de ações voltadas para a educação especial com o intuito de romper com o senso comum que define a posição dos profissionais mediante a deficiência. Tal senso comum, como abordado, é herança do período colonial e dos movimentos seguintes, que se baseiam na exclusão.

Referências

FIGUEIRA, Emílio. **O que é educação inclusiva**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2013. 124 p. (Coleção Primeiros Passos, 343)

DIAS, Sueli de Souza; OLIVEIRA, Maria Cláudia S. L. Deficiência Intelectual na Perspectiva Histórico-Cultural: Contribuições ao Estudo do Desenvolvimento Adulto. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 19, n.2, p. 169-182, Abr.-Jun., 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382013000200003>. Acesso em: 28 abr. 2023.

FREDERICO, Jacqueline Carolina C.; LAPLANE, Adriana Lia F. Sobre a Participação Social da Pessoa com Deficiência Intelectual. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v.26, n.3, p.465-480, Jul.-Set., 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0156>. Acesso em: 28 abr. 2023.

HISTÓRIA do movimento político das pessoas com deficiências no Brasil. Direção: Aluizio Salles Jr. Produção da Organização dos Estados Ibero-americanos e da Secretaria de Direitos Humanos. Fazenda Filmes, 2010. 1 vídeo (61 min). Publicado pelo canal Emilio Figueira. Disponível em: <https://youtu.be/uSZsJs3TN70>. Acesso em: 28 abr. 2023.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2012. 231 p.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DA ATIVIDADE DE EXTENSÃO: 4ª FEIRA DE PROFISSÕES DE NAVIRAÍ

Maria Paula Simei da Silva⁷¹

(UFMS, maria.p.simei@ufms.br)

Pamela Caceres⁷²

(UFMS, pamela.caceres@ufms.br)

Jucicleia Brito Pedrosa⁷³

(UFMS, jucicleia.brito.p@ufms.br)

Eixo: Inclusão, Diversidade, Educação Especial e Contextos não Escolares

Introdução

A escolha de uma profissão, é uma difícil decisão, principalmente aos alunos do ensino médio, pois a escolha envolve muitos fatores. Segundo Terruggi *et al* (2019, p. 165) “[...] tais fatores são inúmeros, como: características pessoais, convicções políticas, religiosas, valores, crenças, contexto socioeconômico e família”. Conhecer as oportunidades de cursos profissionalizantes que existem na cidade pode facilitar no momento da escolha da profissão. Nesse contexto foi realizada a 4ª Feira de Profissões em Naviraí. A Feira trata-se de uma atividade de extensão do Grupo do Programa de Educação Tutorial (PET) Pedagogia e Ciências Sociais, realizada no ano de 2022. O evento envolveu a parceria de instituições de ensino médio, técnico e superior com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Naviraí e ainda com instituições de ensino privado. A atividade consistiu em oferecer aos estudantes do Ensino Médio e toda comunidade local, a oportunidade de conhecer cursos, áreas

⁷¹ Graduanda do curso de Pedagogia UFMS/CPNV.

⁷² Graduanda do curso de Pedagogia UFMS/CPNV.

⁷³ Graduanda do curso de Pedagogia UFMS/CPNV.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



de conhecimento e suas especificidades, bem como as funções, necessidades e atuação dos profissionais no mercado de trabalho de Naviraí.

Um dos objetivos da Feira é proporcionar a experiência de organizar e realizar o evento estabelecendo parcerias, além de sistematizar informações acerca das áreas de conhecimentos e seus respectivos cursos, destacando as profissões e atuações em diversos campos, de forma a esclarecer as dúvidas do público alvo participante, incentivando-os a dar prosseguimento dos estudos no nível superior ou em cursos técnicos. A atividade vai ao encontro das propostas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4) de assegurar uma educação de qualidade e acessível a todos, de modo inclusivo, equitativo e de qualidade, além de promover a aprendizagem ao longo da vida, e (ODS 8) que assegura o trabalho decente, promovendo o crescimento econômico, inclusivo e sustentável, além das oportunidades de um emprego pleno e produtivo para todos, estimando envolver um público de no mínimo, 1.500 pessoas, conforme experiências de edições presenciais anteriores.

Metodologia

A metodologia abordada aqui neste resumo é a de relato de experiência, ou seja, nos pautamos nas vivências referentes à organização de eventos de extensão para apresentação das aprendizagens possíveis neste tipo de ação. O relato de experiência é a metodologia que descreve de maneira científica a prática vivida.

O Relato de experiência é um tipo de produção de conhecimento, cujo texto trata de uma vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção. Na construção do estudo é relevante conter embasamento científico e reflexão crítica (MUSSI, FLORES, ALMEIDA, 2021, P.6)

Como apresentado anteriormente, a Feira foi organizada pelos alunos do Grupo PET Pedagogia e Ciências Sociais, em parceria com outras instituições de ensino. Foi uma atividade de extensão voltada à sociedade. Segundo Rodrigues et al (2013, p. 145) a extensão universitária significa “promover a integração entre universidade e sociedade, prestando serviços assistenciais à comunidade, promovendo cursos profissionalizantes e levando, sobretudo, o conhecimento.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



A partir da aprovação da atividade o Grupo PET trabalhou bastante atuando na recepção das escolas, monitorando o acompanhamento às salas, realizando uma apresentação musical como atividade cultural, registrando os expositores das instituições, entregando e recolhendo a ficha de avaliação sobre o evento para cada representante das turmas do ensino fundamental, ensino médio e para outros visitantes, para que no decorrer das apresentações pudessem verificar e avaliar o evento.

A atividade se refere a organização e realização da quarta edição do evento, envolvendo os alunos do Ensino Médio e toda comunidade local, abordando os cursos, áreas de conhecimento e suas especificidades, bem como as funções, necessidades e atuação dos profissionais no mercado de trabalho, destacando as profissões e as atuações em diversos campos, de modo a esclarecer as dúvidas do público e os incentivando-os a dar continuidade dos estudos ao nível superior e em cursos técnicos.

Análise de Dados

Nesse contexto, é importante citarmos que ao desenvolver atividades de extensão para a comunidade possibilita para os alunos da educação básica ampliar os seus conhecimentos para que futuramente possam pensar em ingressar na vida acadêmica da educação superior.

Ao decorrer do evento foi entregue na recepção uma ficha de avaliação para todos os representantes das turmas do ensino fundamental, ensino médio e para os visitantes, para que no decorrer das apresentações pudessem verificar e avaliar o evento. Os professores e alunos, público externo e expositores no final do evento nos entregava as avaliações sobre o que achou do evento proposto.

Conforme as análises das fichas, de modo geral as pessoas que prestigiaram ficaram sabendo do evento por meio de divulgação nas escolas, redes sociais e folders. A classificação dos participantes na organização do evento, programação, local escolhido, recepção, apresentação e organização foram dadas como excelente para o evento realizado.

E todos os participantes que responderam as fichas do evento e falariam para demais conhecidos sobre o mesmo, sendo assim, sentiram-se acolhidos pela a organização e instituições. Dessa forma a atividade contribuiu para o interesse de buscar como cada curso

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



funciona e também auxiliar na escolha de um futuro curso superior ou curso técnico, aprimorando novos conhecimentos através das apresentações das instituições.

Após as análises, o evento teve aprovação de todos os participantes que prestigiaram a quarta edição do evento de profissões de Naviraí do Grupo PET e os agradecimentos das escolas e expositores à tutora do programa.

A 4ª Feira de Profissões teve uma grande importância para os petianos, pois, tiveram troca de experiência com a comunidade externa das instituições de Ensino Superior, foi um momento de aprendizagem, pois cada etapa de organização e execução foi um aprendizado para o grupo. Portanto, o evento como este tem como finalidade de fazer com que os acadêmicos do programa tenham mais interesse em participar e realizar eventos para a comunidade de Naviraí no Campus CPNV.

Considerações Finais

Neste contexto, a 4ª Feira de Profissões foi de suma importância para apresentar a sociedade, principalmente aos alunos do ensino médio, as oportunidades de cursos técnicos, e graduações que existem em Naviraí. Proporcionar o conhecimento dos cursos, suas especificidades e seus possíveis campos de atuação, facilitando no momento de decisão de qual carreira seguir.

Além disso, os alunos e demais pessoas participantes do evento, conseguiram conhecer um pouco da estrutura e do ambiente da universidade.

Vale destacar que a experiência de organizar e participar da atividade de extensão contribui para a melhor formação dos acadêmicos, pois segundo Silva (2011), permite ao estudante a oportunidade de tomar contato com problemas que afligem e emergem da sociedade. Portanto, a vivência da extensão universitária contribui para formação crítica, profissional e pessoal do acadêmico.

Visto isso, a feira como atividade de extensão proporcionou benefícios e qualidade tanto à universidade quanto à sociedade em geral.

Referências

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023



(ISSN 2178-2431)

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORE, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista Práxis Educacional** v. 17, n. 48, p. 60-77, out./dez. | 2021.

RODRIGUES, Andréia Lilian Lima et al. **Contribuições da extensão universitária na sociedade**. Aracaju, 2013. Disponível em:
<https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/494>. Acesso em: 05 maio 2023.

SILVA; Regina Nascimento. Importância, desafios e perspectivas da extensão universitária. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, 2011. Disponível em:
<https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20794>. Acesso em: 07 maio 2023.

TERRUGGI, Tatiana Petroni Laurito; CARDOSO, Hugo Ferrari; CAMARGO, Mário Lázaro. **Escolha profissional na adolescência: a família como variável influenciadora**. Porto Alegre, v.23, n.2, p. 162-176, dez. 2019. Disponível em
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000200013>. Acesso em: 06 maio 2023.

**RELATO DE EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO
PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA DO SUBPROJETO DE
ALFABETIZAÇÃO DA UFMS-CPNV**

Marta Helena de Ávila ⁷⁴

(UFMS/CPNV; Martahavila44@gmail.com)

Adriana Ap^a Sanchez da Silva ⁷⁵

(UFMS/CPNV; adrianasanchezufms@gmail.com)

Larissa Wayhs Trein Montiel ⁷⁶

(UFMS/CPNV; larissa.montiel@ufms.br)

Eixo: Educação Infantil, Arte e Formação de Professores

Introdução

Este resumo expandido apresenta um relato das experiências vivenciadas no Programa Residência Pedagógica na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no curso de Pedagogia, que se encontra em andamento em uma escola de educação infantil no município de Naviraí/MS. O Programa Residência Pedagógica Alfabetização – RP, vem acontecendo atualmente em duas escolas municipais de Naviraí- MS, com uma turma do 1º ano do ensino fundamental e duas turmas da pré-escola jardim III, onde juntamente com as professoras preceptoras das turmas construímos planos de aula e materiais pedagógicos que se adequam a realidade dos alunos, também realizamos estudos e discussões de textos como foco nos eixos

⁷⁴ Acadêmica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Residente do Programa Residência Pedagógica Alfabetização CPNV/UFMS.

⁷⁵ Acadêmica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Residente do Programa Residência Pedagógica Alfabetização CPNV/UFMS.

⁷⁶ Professora Adjunta do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Naviraí, orientadora do Programa Residência Pedagógica Alfabetização CPNV/UFMS.

temáticos: Letramento e Alfabetização, a Matemática nos anos iniciais do ensino fundamental e educação infantil com a Base Nacional Comum Curricular. Construindo assim novos conhecimentos, aprendendo a lidar com as situações na escola, adquirindo experiências o que é muito importante para nossa compreensão de o que é ser um professor na atualidade.

Metodologia

As atividades do Programa Residência Pedagógica na UFMS/CPNV se iniciaram em novembro de 2022, quando tivemos nossa primeira reunião no espaço da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, nesta mesma reunião foi salientado a importância do Programa RP, e explicado como seria nosso contato com a escola, também neste encontro tivemos orientações de como é desenvolvido os encontros bem como as observações e regência nas escolas campo, focando nosso trabalho principalmente nas metodologias de ensino em português e Matemática.

Para tanto, refletimos que de acordo com Freitas, Freitas e Almeida (2020):

A possibilidade de ter contato com a prática a partir de um programa voltado para a formação inicial, favorece a construção de bases teóricas que fortaleça uma ação futura. De modo que o presente é uma espécie de bússola que orienta, e propicia o embasamento teórico e prático, para desempenhar papéis distintos dentro do campo educacional. A conexão entre os saberes aprendidos no processo formativo torna cada vez mais eficiente esta dimensão, do saber fazer.

Nas nossas reuniões teóricas também discutimos textos de Magda Soares (2004) que apontam sobre a necessidade de estudos sobre a alfabetização e percebemos que ainda necessitamos problematizar sobre alfabetização no Brasil. Também consultamos a BNCC - Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) para direcionar nossos trabalhos como discentes, e textos do livro “A resolução de problemas nas aulas de matemática: práticas de sala de aula e de formação de professores”, que no texto de Ribeiro (2018) relata sobre trabalhar a matemática de forma que tenha sua linguagem facilitadora ou mais simples para as crianças.

Para as atividades de observação e regência que são necessárias para cumprir as exigências do RP, fomos divididos em três grupos para desenvolver as atividades planejadas, onde a execução destas atividades foi aplicada nas escolas campo, na qual cada grupo ficou com uma professora preceptora, realizamos atividades voltadas para matemática e língua

portuguesa. As regências destas atividades foram aplicadas individualmente por cada acadêmico do curso de pedagogia da UFMS/CPNV, as atividades foram aplicadas de acordo com a BNCC, partindo da proposta se iniciar o trabalho por meio de uma de contação de história. Nossa opção foi de confeccionarmos os recursos pedagógicos com materiais reciclados para que tenham a estimulação de reciclagem dos materiais.

Análise de Dados

O referido programa é organizado em algumas etapas; inicialmente existe uma formação teórica com estudos e ambientação, logo após ocorre participação dos futuros professores nas salas de aula com observação-participante, neste período os acadêmicos observam a realidade da sala de aula, as potencialidades e necessidades das crianças e passam para a etapa da organização da aula para futura intervenção pedagógica. Na etapa da intervenção pedagógica juntamente com a professora preceptora e a coordenadora do programa orienta na elaboração e na aplicação do plano de aula.

Para o primeiro dia de regência foi escolhido a “história das vogais”, na qual trabalhamos as vogais e suas junções, a lateralidade e suas formas, com o “boliche das vogais”. A atividade proposta foi que as crianças derrubassem as garrafas pet com a vogal demarcada em seu rótulo, onde ao derrubar a garrafa com uma vogal, este deveria dizer uma palavra que tivesse início com a vogal da garrafa acertada.

Figura 1: boliche das vogais



Na segunda atividade trabalhamos o pensamento matemático, para a contação de história escolhemos o livro “A menina da cabeça quadrada” onde a história relata uma menina que ficou com a cabeça quadrada ao ficar muito tempo manipulando seu tablete, com esta história trabalhamos tanto a necessidade de brincar com brinquedos não industrializados quanto também as formas geométricas, para esta regência construímos kabuletê, um instrumento musical indígena.

Figura 2: alunos manipulando o kabuletê



Fonte: Arquivo do residente

No contexto desta regência compreendemos que não basta somente aplicar a atividade, mas sim que todos os discentes entendam o conteúdo da atividade aplicada de forma sucinta e prática, ensinando com a ludicidade é fundamental para que haja um aprendizado com excelência, para isto Silva e Freitas (2017) questiona que:” O lúdico, de uma forma geral, está intrinsecamente relacionado com o prazer, por isso a utilização de jogos pode ser um recurso útil para uma aprendizagem diferenciada e significativa. Diferenciada, porque oportuniza aos participantes outras posições em relação ao saber formal [...]”. Neste viés entendemos que o ensinar deve ser de forma alegre sem que haja conflitos e perda de interesse por partes interessadas.

Considerações Finais

Podemos considerar que o Programa Residência Pedagógica do curso de Pedagogia UFMS/CPNV tem contribuído para nossa formação inicial de forma significativa, conhecendo de perto o que acontece em sala de aula, ou seja, a realidade no chão da escola. Todas as trocas de conhecimentos foram até aqui bem realizadas e nos induzindo para uma forma de aprendizado, pois nos leva a refletir sobre a importância de se rever as práticas educativas. Este campo de estudo nos faz colocar em prática pontos sempre discutidos nas reuniões semanais, bem como pensar e estruturar um aprendizado que considere o contexto social e familiar dos alunos de forma humana e significativa.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Terceira versão. Brasília: MEC, 2017. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-3versao.revista.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2023.

SILVA, Eliana Palmira da; FREITAS, Santa C. **O lúdico, uma alternativa prazerosa de ensinar e aprender inglês**. 2017. Disponível em:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2540-8.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2023.

FREITAS, Mônica Cavalcante de; FREITAS, Bruno Miranda de; ALMEIDA, Danusa Mendes. Residência pedagógica e sua contribuição na formação docente. **Ensino em Perspectivas**, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2020. Disponível em:

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/stephanie_ce,+Portugu%C3%AAs-PDF.pdf. Acesso em: 11 mai. 2023.

RIBEIRO, Simone. Alfabetização matemática: literatura e geometria integradas em uma experiência lúdica. In: CARNEIRO, Reginaldo Fernando; SOUZA, Antônio Carlos de; BERTINI, Luciane de Fátima (orgs.) **A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental**: práticas de aula e de formação de professores. Brasília: SBEM, 2018. p.33-48. Disponível em: http://www.sbembrasil.org.br/files/ebook_matematica_iniciais.pdf. Acesso em: 15 dez. 2022.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, p. 5-17, 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNWdHRkRrZk/?lang=pt>. Acesso em: 11 mai. 2023.

RELATO DE EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O ENSINO DE LIBRAS COMO INTERAÇÃO E EXPERIÊNCIA LINGUÍSTICA

Maria Helena dos Santos Eloi⁷⁷

(mhbelvisloi@gmail.com)

Márcia Aparecida Rodrigues Mateus⁷⁸

(UFMS, marcia.mateus@ufms.br)

Eixo: Inclusão, Diversidade, Educação Especial e Contextos não Escolares

Introdução e Metodologia

Sabe-se que a língua se constitui como um processo de comunicação, é o objeto de interação entre as pessoas e a forma de expressar o pensamento. A língua de sinais, na maioria das vezes, é o meio de comunicação dos indivíduos surdos, onde eles trocam experiências entre si e com pessoas ouvintes que já aprenderam a usá-la, permite que a pessoa surda tenha acesso às informações e fortaleça suas opiniões e visão de mundo.

A Língua Brasileira de Sinais - Libras é uma língua visual-espacial, com regras próprias e não apenas gestos combinados. É reconhecida pela Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e regulamentada pelo decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, como língua das comunidades surdas do Brasil, para que em âmbito nacional, torna-se possível, realizar discussões relacionadas à necessidade do respeito às particularidades linguísticas da comunidade surda e do uso dessa língua nos ambientes escolares e não escolares. Toda pessoa tem direito à informação, comunicação, cultura e lazer, inclusive a pessoa com surdez. Assim, deve-se refletir à importância da Língua Brasileira de Sinais – Libras, e outras formas de inclusão.

⁷⁷ Professora da Educação Básica, pós-graduanda em Educação Especial e Neuropedagogia.

⁷⁸ Docente da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS/CPNV, mestre em Linguística pela UFGD e doutoranda em Letras pela UFMS.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



Na grande maioria das pessoas com surdez, percebe-se a falta de estrutura, compreensão e conhecimento da Língua de Sinais, a Libras, por parte da família, da escola, da sociedade em geral, causando um enorme prejuízo no desenvolvimento linguístico e comunicacional da pessoa surda.

A aprendizagem da Libras é fundamental para a comunicação e compreensão entre ambos, facilitando a integração do surdo em todos os âmbitos sociais. Dá-se a entender que o preconceito, muitas vezes, se dá pela falta de conhecimento da língua, sua importância, procurando aprendê-la e usá-la. De acordo com o decreto nº5.626/2005, art. 3:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério. (BRASIL, 2005).

A integração de qualquer pessoa ouvinte na comunidade surda é de suma importância, valorizando a Libras. Sendo assim, precisa-se inserir o contexto de Inclusão desde os primeiros anos de vida da criança, mostrando as diferentes deficiências, as especificidades, sensibilizando-as. Ao colocar a criança ouvinte em contato com a Libras, com indivíduos que sejam surdos, oferece-lhes a oportunidade de conhecimentos sobre outra língua, comunicar com ela, ter o conhecimento de outra cultura, e ensinando-as a valorizar a diversidade.

A maioria das instituições de ensino estão inseridos o ensino do inglês, francês, alemão e outras, e muitas pesquisas já indicam o benefício da aquisição de uma segunda língua nesse período. Assim, a Libras ainda é pouco inserida como ensino de uma segunda língua. A inserção da Libras no contexto educacional, a maioria das vezes, se dá devido a inclusão de alunos surdos. Percebe-se assim, a relevância no espaço escolar do conhecimento, discussões e valorização da diversidade linguística, sobre preconceito que afeta muitas comunidades em minoria.

O presente relato é de um projeto de extensão, com ensino de Libras para crianças ouvintes, desenvolvido em uma escola particular no segundo semestre do ano de 2022. O projeto teve como objetivo geral compreender como acontece o processo de aprendizagem da Libras da criança ouvinte na interação com a pessoa com surdez; e os objetivos específicos

foram: a) Promover a interação das crianças ouvintes com interlocutores surdos; b) Permitir o ensino da Libras como segunda língua para as crianças ouvintes, através de músicas e histórias infantis.

O projeto foi desenvolvido no período de 7 (sete) meses, sendo 2 (dois) meses com estudos teóricos, e 5 (cinco) meses, uma vez por semana, em uma sala de Educação Infantil III, de uma escola particular, período vespertino. Para a aprendizagem da Libras pelas crianças ouvintes, como não sabiam ler, foram usadas histórias infantis em Libras, na qual as crianças assistiam, aprendiam o vocabulário em Libras, e respondiam em Libras a algumas questões relacionadas a história, feitas pelas professoras. As músicas eram todas infantis, as crianças observavam as professoras sinalizando e depois faziam junto. Elas fizeram os próprios crachás com o nome em Libras, realizaram a identificação de alguns setores da escola como: diretoria, secretaria, banheiro feminino, banheiro masculino, cantina, biblioteca, entre outros, todos com a palavra em Libras e o sinal do local. Nas últimas aulas foi inserida uma história: O astronauta surdo (História adaptada de: O pequeno Astronauta, escrito pelo autor Rodrigo Oliveira, 2020), na qual o personagem era surdo, e havia se perdido no espaço. Juntamente com as crianças, criamos um nome para o personagem (Bento), fizeram lunetas e conheceram toda história do personagem, assim também como os sinais usados. As professoras confeccionaram um foguete espacial de materiais recicláveis e levaram no último dia do projeto. Dentro do foguete ficou um professor surdo que sinalizava para as crianças.

As aulas foram ministradas pela professora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), por uma discente do curso de Pedagogia da UFMS e por discentes surdos do Curso de Letras Libras da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), juntamente em parceria com as professoras da sala do Infantil III da escola.

Resultados

Este trabalho permitiu perceber que o contato da criança ouvinte com o sujeito surdo, possibilita um aprendizado sobre as diferentes línguas, culturas, conhecer o mundo do surdo onde ele se comunica de uma forma diferente delas. Tivemos como objetivo fazer a interação da criança ouvinte com o sujeito surdo, no entanto, além da interação, vimos o interesse das

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



crianças em aprender a Libras para se comunicar com os professores surdos, pois a criança não demonstra preconceito ou medo, mesmo que não saiba.

Indubitavelmente, no momento da interação das crianças com o astronauta surdo, elas demonstraram mais ainda acolhimento, carinho, preocupação e orgulho por estarem recebendo-o na terra novamente, colocando em prática o aprendizado durante esses meses.

Finalizamos com a afirmativa de que houve contribuições tanto para nós professores, pesquisadores e que trabalhamos nessa área, como também as crianças aqui analisadas.

Referências

BRASIL. Lei Federal nº 10436 de 24 de abril de 2002: Oficializa a Língua Brasileira de Sinais em território nacional. Brasília 2002. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm.

BRASIL. Decreto nº 5626/2005: Regulamenta a Lei n. 10436/2002, que oficializa a Língua Brasileira de Sinais. Brasília, 2005. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Decreto/D5626.htm.

RELATOS DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DE EXTENSÃO: EXPERIÊNCIAS DOS ESTUDANTES DO PROESCA

Vinícius Benites de Souza⁷⁹

(UFMS/CPNV – vinicius.b.souza@ufms.br)

Cléia Renata Teixeira de Souza⁸⁰

(UFMS/CPNV – cleia.souza@ufms.br)

Eixo: Inclusão, diversidade, educação especial e contextos não escolares

Introdução

Este resumo tem como objetivo relatar as experiências vividas por alguns estudantes participantes do Projeto de Extensão Educação Social e Brincadeiras com Crianças e Adolescentes (PROESCA), cuja finalidade é apontar a importância que as brincadeiras têm na vida da criança e como de maneira orientada incide no conhecimento e aprendizagem dela. O PROESCA é um projeto de extensão que atua com práticas educativas em contextos da Educação Social, atualmente vem desenvolvendo suas ações no Lar da Criança de Naviraí. O objetivo do projeto é potencializar as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e a metodologia abordada no projeto tem como instrumento a brincadeira, pois entendemos que o brincar, além de um direito, é algo, que em geral, atrai e motiva as crianças.

O trabalho está organizado em três seções, na primeira apresentaremos os sujeitos de com quem atuamos nas ações do PROESCA que são as crianças e adolescentes, na segunda seção descreveremos o projeto de extensão e na terceira relataremos algumas experiências vivenciadas nas práticas do projeto.

⁷⁹ Graduando do 3º semestre do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFMS/CPNV. Bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET Pedagogia e Ciências Sociais da UFMS/CPNV. E-mail: vinicius.b.souza@ufms.br.

⁸⁰ Professora da UFMS/CPNV. Tutora do Programa de Educação Tutorial - PET Pedagogia e Ciências Sociais da UFMS/CPNV. E-mail: cleia.souza@ufms.br.

As crianças e adolescentes do PROESCA em situação de acolhimento

Trata-se de crianças e adolescentes que estavam em situação de abandono ou que foram afastados do convívio familiar por um órgão competente, por motivos de violação de direitos, violência, entre outros. A complexidade e delicadeza com que se deve ser tratado este assunto é tão grande que não se pode confundir este tipo de acolhimento com instituições de internação com de medidas socioeducativas para adolescentes que cometeram atos infracionais (BRASIL, 2009). Por isso o ambiente das instituições acolhedoras deve ser agradável, semelhante a um lar residencial, distanciando-se de um depósito de criança.

Cabe ressaltar, que toda criança e adolescente que se encontra em situação de acolhimento institucional tem direito à convivência familiar e comunitária, como já mencionado, o acolhimento institucional é uma das medidas de proteção aos direitos da criança e adolescentes, onde a principal ação é suspender o poder familiar, por meio do afastamento temporário da criança e do adolescente do convívio familiar. Mais uma vez cabe ressaltar que tal medida deve ser tomada apenas quando os pais ou responsáveis deixarem de cumprir seus deveres de sustento e de proteção aos filhos, sendo também possível a aplicação de tal medida em situações de crianças e adolescentes que foram submetidos a abusos, maus tratos ou outro tipo de violência (BARROS, p. 4, 2022)

É importante salientar que o acolhimento de crianças e adolescentes está previsto e amparado por Lei, como prevê o art. 92 do Estatuto da Criança e Adolescente e a criança enquanto estiver sob a proteção do estado precisa usufruir de todos os seus direitos, como acesso à educação, à cultura, entre outros.

Projeto de Educação Social e Brincadeiras com Crianças e Adolescentes: PROESCA – CPNV/UFMS

Popularmente conhecidos pelos acadêmicos de PROESCA, o Projeto de Extensão Educação Social e Brincadeiras com Crianças e Adolescentes, tem como objetivo brincar de maneira orientada, partindo da intencionalidade de cada brincadeira. Com o brincar, as crianças compreendem que isso é um direito delas garantido por lei e que não pode ser tirado.

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I - Ir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



legais; [...].

IV- brincar, praticar esportes e divertir-se;

V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação (BRASIL, 1990).

O PROESCA – UFMS/CPNV tem reuniões periódicas com os alunos, e a parte prática ocorre todos os sábados ao Lar da Criança de Naviraí. O projeto atende o Lar da Criança Menino Jesus, situado na rua Nagasaki, 495, Centro de Naviraí. O principal objetivo do projeto no Lar é levar brincadeiras direcionadas para as crianças que estão residindo ali em situação de acolhimento, seja elas para motivar a leitura, a dinâmica em grupo, o pensamento crítico, a inclusão, o acesso aos direitos, em conhecer, por exemplo, o Estatuto da Criança e Adolescente, entre outros. etc. O Projeto se desenvolve tanto por meio de ações teóricas quanto práticas e possibilita a formação dos estudantes que nele atua e das crianças que participam.

Nos estudos teóricos se discute temas como a educação social, as políticas de defesa das crianças e adolescentes, a rede de atendimento da criança e adolescente na cidade, além das reuniões sistemáticas de planejamento e estudo, os estudantes têm tarefas teóricas para cumprirem de forma a acessarem conhecimento para desenvolverem na parte prática do projeto com os meninos e meninas no Lar e isso vai possibilitando a formação por meio também das aprendizagens e experiências.

Experiências vivenciadas pelos estudantes do PROESCA

Um dos principais requisitos pedido pela coordenadora para ter controle do Projeto e dos resultados obtidos, é por meio de relatórios semanais dos alunos que vão e não vão ao lar, pois consiste em identificar o que aconteceu durante os encontros e estudos semanais, além de servir como registro de acesso para futuros trabalhos científicos. O relatório também mostra as experiências obtidas pelos alunos membros, os detalhes do encontro e das brincadeiras que foram desenvolvidas para e com as crianças, além disso mostra o que pode ser melhorado na execução do Projeto.

Por meio de alguns relatórios, serão abordados alguns relatos de experiências vividos por alguns alunos, com objetivo de se refletir sobre as ações do PROESCA e de como o Projeto impacta nas vidas das crianças do Lar e dos estudantes de maneira positiva. O contato com as crianças do Lar trouxe um sentimento desafiador e desconhecido, a busca do novo os impeliu

a rever seus conceitos sobre seus valores, saberes e culturas. E segundo o relato da estudante A:

Essa está sendo uma experiência incrível, estou gostando muito de ter contato com as crianças, apesar que fico triste por eles não terem uma família e tal, mas eles ficam muito felizes de nos sábados nós estarmos lá para fazer as brincadeiras com eles, e eu também estou conseguindo me desenvolver, tentar entender mais as crianças e a importância que o brincar tem para elas e para suas vidas (PROESCA, 2022).

Este relato mostra o quão importante é cada visita feita pelos alunos do Projeto, além disso mostra o quão desafiador é para o aluno, mas ao mesmo tempo mostra como isso está sendo bom para ele, cuja ação implica em conhecimento e experiência. A cada visita que se tem no Lar, cada experiência é tida pelos alunos e pelas crianças, paralelamente, cada brincadeira ministrada é um motivo a mais de interação, inclusão e aprendizado com as crianças, visando o direito delas a brincar, como ressalta a estudante B:

(...) a minha primeira impressão foi um choque, me senti embargada de emoções; em um primeiro momento, me deparei com uma criança um pouco abatida, cabisbaixa, que não participou do nosso encontro, mas logo fui recebida com uma enxurrada de carinho e surpresa das outras crianças que, mesmo com receio e um pouco de estranhamento, me acolheram. (...) Portanto, podemos concluir que a nossa função ali naquele momento foi cumprida, mesmo com algumas adversidades conseguimos de alguma forma mostrar que brincar também pode ser uma forma de aprender e de se desenvolver enquanto indivíduo, e que esse momento é um direito. (PROESCA, 2022).

No relato a estudante apresenta seu sentimento e expectativa ao chegar na instituição de acolhimento, e pode se perceber que é uma troca, tanto as crianças quanto os estudantes estão em um processo de construção de vínculo, de relação. E ao desenvolver as atividades, a estudante percebe como foi importante e divertido o brincar tanto para ela quanto para as crianças. Com isso, destaca-se a importância de se vivenciar experiências como essa no processo de formação.

Considerações Finais

Com o estudo realizado, pode-se constatar que o PROESCA refletiu positivamente na vida das crianças do lar e ainda na vida dos estudantes que participam da ação de extensão. Ainda percebemos como as brincadeiras orientadas são fundamentais na construção da relação de aprendizagens e como as brincadeiras ajudaram na inclusão e interação das crianças, mostrou também por meio dos relatos a importância do registro para se avaliar a ação educativa e ainda

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



quão desafiadora são estas experiências para a formação como educadores.

Referências

BARROS, Ana Flávia Bomfim. O Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes Protege ou Viola. TCC (Curso de Especialização em Garantia de Direitos e Políticas de Cuidados à Criança e o Adolescente, Brasília, 2022. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/31969/1/2022_AnaFlaviaBomfimBarros_tcc.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.html>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, Brasília 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes_tecnicas_final.pdf> Acesso em: 27 abr. 2023.

RELATOS DE EXPERIÊNCIA PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL - PET PARA A FORMAÇÃO DURANTE A GRADUAÇÃO

Luana Macedo Pereira⁸¹

(UFMS/CPNV — luana.macedo@ufms.br)

Vinicius Pereira Plácido dos Santos⁸²

(UFMS/CPNV — vinicius_pereira_p@ufms.br)

Camilly Mendonça Santana⁸³

(UFMS/CPNV — camilly.santana@ufms.br)

Eixo: História da Educação, Memória e Sociedade

Introdução

O livro “Formação de Professores de Ciência Tendência e Inovação”, de Maria Pessoa de Carvalho e Daniel Gil-Pérez, traz uma reflexão de como professores, plenos ou em formação, lidam com o ensino de ciência, levando à conclusão de que, muitas vezes, esse processo culmina em uma automatização e simplificação da forma de ensino, muitas vezes sem levar em consideração as inovações didáticas, atualizações e as pesquisas, reforçando assim a insuficiência na preparação dos alunos e professores (CARVALHO e GIL-PÉREZ, 2011 apud BRISCOE, 1991). É partindo desse ponto de vista que aqui neste resumo abordamos a temática de pesquisa em andamento que pretende explorar a seguinte temática: Relatos das contribuições do Programa de Educação Tutorial - PET para a formação durante a graduação.

O método utilizado foi o bibliográfico através da Internet, como pelo site SciELO -

⁸¹ Acadêmica de Pedagogia da UFMS/CPNV.

⁸² Acadêmico de Pedagogia da UFMS/CPNV.

⁸³ Acadêmica de Pedagogia da UFMS/CPNV.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



Brasil; o livro “Formação de Professores de Ciência Tendência e Inovação”, de Maria Pessoa de Carvalho e Daniel Gil-Pérez, o artigo “A teoria de Norbert Elias: uma análise do ser professor”, e outros referenciados ao final deste trabalho. Esse estudo foi realizado visando o apontamento de aspectos importantes através do relato que se concentrou nas experiências vividas pelas acadêmicas durante o segundo semestre de 2022 e início do primeiro semestre de 2023.

Segundo Mannheim (1982), a educação sempre teve como objetivo a formação do homem. Portanto, é preciso entender a importância de uma formação de qualidade, com experiências que nos aproximem da realidade que nos aguarda ao fim da formação. Pretendemos, aqui, adquirir base teórica sobre o tema, de forma a tornar compreensíveis as ideias para o desenvolvimento sobre as experiências fornecidas pelo PET.

O que é o PET?

O Programa de Educação Tutorial (PET) busca propiciar aos alunos, tutelados por um professor, condições para realizar atividades inteiramente focadas no ensino, na pesquisa, na inovação e na extensão, contribuindo para a formação de educadores mais criativos, dotados de senso crítico e com uma dimensão mais ampla do mundo.

O PET é um programa de longo prazo que visa realizar, dentro da universidade brasileira, o modelo de indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Assim, além de um incentivo à melhoria da graduação, o PET pretende estimular a criação de um modelo pedagógico para a universidade, de acordo com os princípios estabelecidos na Constituição Brasileira e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 2006)

O PET veio para destacar a importância do desenvolvimento de novas metodologias, inovadoras e atualizadas, a fim de se adquirir uma nova postura, possibilitando assim a formação de senso crítico e um compromisso epistemológico, pedagógico, ético e social.

É evidente a importância do PET na formação dos acadêmicos, visto que essa oportunidade nos aproxima da prática e da teoria da docência, visto que a universidade, por si só, não basta para nos preparar para uma completa problematização da realidade.

Para Carvalho e Gil-Pérez (2006), é comum que os docentes tenham respostas simplistas à questões relativas ao que eles mesmos, enquanto professores, precisam saber para

desempenhar seu papel. Os autores apontam isso como fator influente no fato de tais docentes, geralmente, não se aprofundarem nas inovações didáticas e nas pesquisas. Contudo não incutem nos professores essa culpa, mas apontam para as instâncias formadoras, carentes de uma metodologia mais alinhada às atualizações, pesquisas e sofisticções. Os autores ainda apresentam um grau de complexidade que, sozinhos, não conseguimos exercer, pois o essencial está no trabalho coletivo dentro do processo de ensino/aprendizagem, e o PET pode proporcionar tal ambiente.

Para que isso ocorra, o PET, por meio do Manual de Orientações Básicas, têm alguns objetivos específicos que guiam o desenvolvimento dos acadêmicos, sendo eles: a) formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país; b) estimular a melhoria da graduação por meio do desenvolvimento de novas práticas e experiências pedagógicas no âmbito do curso; do desenvolvimento de ações que procurem integrar o ensino, a pesquisa e a extensão; c) oferecer uma formação acadêmica de excelente nível, visando a formação de um profissional crítico e atuante, orientada pela cidadania e pela função social da educação superior, por meio do desenvolvimento de ações coletivas e capacidade de trabalho em grupo; da facilitação do domínio dos processos e métodos gerais e específicos de investigação; do envolvimento dos bolsistas em tarefas e atividades que propiciem o APRENDER FAZENDO E REFLETINDO SOBRE; da discussão de temas éticos, sócio-políticos, científicos e culturais relevantes para o país e/ou para o exercício profissional e para a construção da cidadania; da participação, com igual ênfase, no ensino, na pesquisa e na extensão.

Relatos das experiências vivenciadas no PET

Norbert Elias (1980) esclarece que os processos humanos e sociais são representados por pessoas (professores) que estão sujeitas às forças que as compelem, ou seja, forças de fato exercidas pelas pessoas (professores) sobre outras pessoas (alunos, pais, direção etc.) e sobre elas próprias (professores). Nesse sentido, o ensino da sociologia e a prática de sua investigação sobre o *ser professor* deverá voltar-se para a aquisição de uma compreensão dessas forças, possibilitando domínio de conhecimentos seguros das mesmas; em outras palavras, trata-se de uma compreensão clara do jogo de forças e poderes políticos, religiosos, educacionais e familiares presentes no contexto escolar. (HUNGER, ROSSI e SOUZA NETO, 2010)

É de suma importância o registro e o compartilhamento de memórias e vivências que colaborem para o desenvolvimento dos professores. O PET nos proporciona um desdobramento

acadêmico riquíssimo através de sua trílice “ensino, pesquisa e extensão”. Experiências essas que só poderiam ser vividas além da graduação formal.

Experiência 01 - Atividade de Ensino e Extensão: PET CLUBE DO LIVRO

No dia 15 de setembro do ano de 2022, no grupo de *WhatsApp* do PET Clube do Livro, foi feita a indicação e disponibilização da terceira obra, que foi trabalhada no semestre seguinte: “A hora da estrela”, 1997, de Clarice Lispector, 23ª edição, organizado pelo grupo Digital Source. No quarto encontro do ano, realizado no dia 07 de outubro, às 17h, via plataforma *Google Meet*, foi discutida a terceira obra pelos participantes, “A hora da estrela”, de Clarice Lispector.

O livro conta a história de Macabéa, imigrante nordestina que deixa Alagoas para tentar uma nova vida no Rio de Janeiro. A protagonista é uma jovem sozinha no mundo. É bem fácil se identificar com as questões levantadas, pois são dramas que, embora fictícios, estão bem próximos da realidade. Além dos próprios petianos, 9 pessoas participaram da apresentação/debate. Levantaram-se estes pontos: o quão contemporânea é a escrita da autora e as questões sociais como a xenofobia, o estigma relacionado às classes sociais mais baixas e o machismo. Também foi orientado para que os participantes fizessem uma resenha da obra lida expondo suas opiniões em pontos positivos ou até mesmo críticos sobre os assuntos que o livro trouxe.

Experiência 02 - Atividade de Extensão: 4ª FEIRA DE PROFISSÕES DE NAVIRAÍ

A atividade de extensão “4ª Feira de Profissões” foi organizada e divulgada durante o mês de outubro pelo Grupo PET, iniciando o contato com as instituições de ensino técnico e superior do município, convidando-as para expor seus cursos às escolas de ensino médio que visitaram o evento. Houve uma mobilização entre professores, técnicos e alunos dos cursos do CPNV de modo a colaborarem na preparação dos espaços e realização das atividades da Feira. A partir dos contatos e convites, 12 instituições (UFMS, IFMS, UEMS, Anhanguera, Unicesumar, Fisk, Centro de Formação Profissional Ramez Tebet, Uniasselvi, Iped, entre outros) aceitaram expor e 11 escolas de ensino fundamental e médio (E.E. Antonio Fernandes,

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



Colégio Naviraí, Colégio Geo, E.E. Presidente Médici, entre outros) levaram turmas para a visita que ocorreu no dia 09/11/2022 nos períodos da manhã, tarde e noite, totalizando 759 visitantes.

O Grupo PET se responsabilizou de forma comprometida na recepção das escolas, monitorando o acompanhamento às salas, realizando uma apresentação musical como atividade cultural, registrando os expositores, entregando e recolhendo fichas de avaliação sobre o evento para cada representante das turmas do ensino fundamental, ensino médio e para outros visitantes, para que no decorrer das apresentações pudessem verificar e avaliar o evento.

Experiência 03 - Atividade de Ensino e Extensão: CINE PET

Em 21 de outubro, o grupo PET realizou um encontro em que houve indicações para o filme do CINE PET, e o escolhido foi o documentário *A Última Abolição* (Alice Gomez, 2018). Foi decidido também que, por falta de meios de locomoção dos acadêmicos da comunidade no final de semana, o encontro seria realizado via *Google Meet*. No dia 19 de novembro de 2022, às 18h, via *Meet*, foi realizada a exibição do filme *A Última Abolição*, que retrata dois objetos centrais: o lento fim da escravidão no país, em 1888, e a promoção de debate sobre o papel do negro na sociedade brasileira.

Neste encontro, além dos próprios petianos, 10 pessoas participaram na apresentação/debate sobre o documentário. Após a exibição do filme, foi realizada uma roda de conversa, nela podemos ouvir os pontos destacados pelos participantes, como a importância de se entender a história de um ponto de vista não eurocêntrico como é de costume, e de que é preciso criar uma cultura antirracismo.

Considerações finais

O Programa de Educação Tutorial não só assume um papel de contribuir para a vida acadêmica, mas também na construção pessoal dos alunos petianos, potencializando a preocupação com a formação de seus profissionais, pois possibilita o acesso destes estudantes à comunidade, à pesquisa e oportuniza o acesso ao pensar sobre seus contextos e sua transformação.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



Referências

BRASIL, Ministério da Educação. **Programa De Educação Tutorial - Pet Manual De Orientações Básicas**. Brasília - 2006.

CARVALHO, Anna M. Pessoa de. GIL-PÉREZ, Daniel. **Formação de professores de ciências: tendências e inovação**. São Paulo: Cortez, 2011.

HUNGER, D.; ROSSI, F.; SOUZA NETO, S. DE .. A teoria de Norbert Elias: uma análise do ser professor. **Educação e Pesquisa**, v. 37, n. 4, p. 697–710, dez. 2011. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ep/a/gfRGdFVTv784PHVf5HZ6JFy/?lang=pt#> >. Acesso em: 28 abr. 2023.

MANNHEIM, Karl. **Karl Mannheim: Sociologia**. Organizadora da Coletânea Marialice Mencarini Foracchi. São Paulo: Ática, 1982.

RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: A RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA REFLEXIVA

Thalyne Arantes Garnica⁸⁴

(UFMS/CPNV - thalyne.jg2@gmail.com)

Luana dos Santos Mendes⁸⁵

(UFMS/CPNV - luana_mendes@ufms.br)

Larissa Wayhs Trein Montiel⁸⁶

(UFMS/CPNV – larissa.montiel@ufms.br)

Eixo: Educação Infantil, Arte e Formação de Professores

Introdução

O presente exposto tem como propósito apresentar as discussões, atividades e vivências que ocorreram durante o módulo I do Programa Residência Pedagógica, a partir da perspectiva de duas residentes, acadêmicas do 7º semestre de Pedagogia. O programa possui o objetivo de introduzir o acadêmico de diferentes licenciaturas no cotidiano escolar, o que permite a práxis na formação docente. O trabalho se desenvolveu com discentes do curso de Pedagogia, através de reuniões presenciais no Campus de Naviraí da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/CPNV), atividades e reuniões realizadas de forma remota e dirigida, além de observação participativa e regência na EMEF Professor José Carlos. As reuniões nos permitiram desenvolver embasamento teórico de alfabetização e letramento, ensino-

⁸⁴ Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Naviraí, Residente de Programa Residência Pedagógica Alfabetização UFMS/CPNV.

⁸⁵ Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Naviraí, Residente de Programa Residência Pedagógica Alfabetização UFMS/CPNV.

⁸⁶ Professora Adjunta do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Naviraí, Orientadora do Programa Residência Pedagógica Alfabetização UFMS/CPNV.

aprendizagem de matemática e refletir sobre questões da infância, como a aquisição do brincar, que é indissociável da formação do ser social.

Através dos conhecimentos adquiridos nas discussões e durante as observações realizadas em campo, preparamos os planos de aula que desenvolvemos na regência. O Programa Residência Pedagógica é de extrema importância para a formação de professores, pois, desenvolve o futuro profissional da educação de forma dialógica e reflexiva, permitindo aprofundamento nas práticas escolares.

Metodologia

O trabalho foi desenvolvido por duas acadêmicas do 7º semestre de Pedagogia na UFMS/CPNV e expõe suas experiências como residentes do Programa Residência Pedagógica. O relato expõe os estudos bibliográficos do grupo, que sucederam ao longo do módulo I do programa, a fim de desenvolver o repertório teórico e didático-pedagógico dos residentes e, também, dos preceptores; tal como, o estudo de campo com observação participativa e regência com uma turma de 1º ano do Ensino Fundamental da EMEF Professor José Carlos, localizada na cidade de Naviraí, Mato Grosso do Sul. As atividades do módulo I se iniciaram em novembro de 2022 e foram finalizadas em maio de 2023.

Destarte, a análise de dados se divide especificando as vivências de cada uma das residentes participantes, que relatam suas perspectivas e experiências, como também, as contribuições do programa para a formação acadêmica, profissional e pessoal dos envolvidos.

Análise de dados

De início, fomos levados a refletir sobre a docência e o objetivo do programa que estava se iniciando. O que foi possível aprender como residente e como posso contribuir para o programa e para as pessoas envolvidas nele? A residência pedagógica nos permite inserção direta na relação “prática reflexiva - teoria”.

Dessa forma, o grupo foi alimentado com teorias e ideias de diversos autores. Com foco na alfabetização e letramento, diz Soares (2004): “Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas

de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos [...]” (SOARES, 2004, p. 14).

Partindo desse pressuposto, as ideias da autora foram de grande valia para o planejamento e desenvolvimento das atividades realizadas com as crianças durante a regência. Além disso, outras ideias foram levadas para a sala de aula, possibilitando melhor interação com as crianças e fortalecendo a relação professor-aluno. Ao que se refere Sarmiento (2013):

Significa que as culturas da infância também fazem parte dos currículos e que as crianças são capazes de transformar as práticas pedagógicas com os adultos. Implica o reconhecimento da alteridade da infância, pois sendo produtoras culturais, as crianças interpretam, simbolizam e comunicam suas percepções do mundo, interagem com outras crianças e com adultos (SARMENTO, 2013, p. 23)

A escolha da atividade de regência foi feita considerando os processos de habilidades da BNCC para Língua Portuguesa e Matemática no 1º ano do Ensino Fundamental e, também, a dificuldade percebida nos alunos no período de observação. Assim, destacamos a importância do período de observação pois, através dela, identificamos as necessidades da turma, o ritmo que a professora trabalha e conseguimos criar vínculos com as crianças com o tempo.

Considerando que a leitura gera diversas possibilidades de interação com as crianças, ampliando o seu universo cultural, social e linguístico (HONÓRIO e col. 2022), decidimos iniciar a sequência didática com a leitura do livro “Palavras, muitas palavras...” de Ruth Rocha. As crianças escutaram com atenção e falaram outras palavras que elas conheciam com determinadas letras iniciais.

Assim, demos início a atividade. As crianças foram separadas em grupos e receberam imagens, um silabário móvel, palitos de madeira coloridos e uma ficha de registro. Eles deveriam procurar e juntar as sílabas, formando as palavras. Com a palavra formada, eles deveriam fazer o registro escrito dela e segmentar a palavra oralmente em sílabas, utilizando-se dos palitos coloridos de apoio. Assim como as palavras, as crianças registraram o número de sílabas na ficha, através do numeral e de pictogramas. Adiante, as crianças responderam questões sobre a atividade anterior, de forma oral e escrita.

Sobre o método utilizado na atividade realizada, “o sistema grafofônico (as relações fonema–grafema) não é objeto de ensino direto e explícito, pois sua aprendizagem decorreria de forma natural da interação com a língua escrita” (SOARES, 2004, p. 12). Magda ainda complementa explicando que “o conhecimento do código grafofônico e o domínio dos

processos de codificação e decodificação constituem etapa fundamental e indispensável para o acesso à língua escrita” (SOARES, 2004, p. 12). A professora regente da sala já utilizava o sistema grafofônico durante as suas aulas e, apesar da dificuldade dos alunos, notamos que havia melhora na assimilação deles.

De acordo com as teorias discutidas no projeto e reflexões abordadas, vimos que devemos estar sempre com o ouvido atento, o que as crianças dizem nas salas de aula. A dificuldade com as crianças nas atividades. O brincar, pensado para elas vivenciarem uma cultura diferente, possibilita o aprendizado com os conhecimentos que não sejam mecânicos.

Problematizar os conteúdos para não virar apenas um conteúdo mecânico. Percebendo nas falas as dificuldades que cada criança tem. Criar espaços, ter disposições de materiais, compartilhar brincadeiras nas quais irão surgir conversas e perguntas. Na observação para melhor conhecimento, percebendo alianças e hierarquias, trocando saberes e experiências. “Os processos de desenvolvimento e de aprendizagem envolvidos no brincar são também constitutivos do processo de apropriação de conhecimentos” (BORBA, 2006, p. 41)

Se referindo as novas formas de compreender a infância se reconhece a complexidade do fenômeno dado a seu caráter híbrido, a heterogeneidade da vida social, as redes e mediações de elementos que entram nessa composição, sem separar pessoas e coisas, natureza e cultura. (BORBA E LOPES, s/a.), a didática utilizada em sala de aula foi mãozinha das sílabas e mãozinha dos números. Evidenciando que as palavras são formadas por partes e cada parte tem um som, e com a união das sílabas formam as palavras subsequentes. Na matemática, com o auxílio da mãozinha para indicar quantos dedos há nas mãos, e a partir da contagem, foram realizadas pequenas somas que fizeram a levar a *práxis* as somas.

Seguindo no aspecto da alfabetização teorizando na prática com exemplos de atividades matemáticas usando a sequência didática que é que uma forma de organizar, metodologicamente, de forma sequencial, a execução das atividades. Elas ajudam a melhorar a educação e a interação do professor e aluno, e com os demais colegas, em relação aos assuntos propostos pela BNCC.

Considerações finais

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



O trabalho se desenvolveu de forma colaborativa, com grande participação e interesse das crianças durante todo o processo. A equipe escolar da EMEF Professor José Carlos nos recebeu de forma acolhedora, se disponibilizando a ajudar caso necessário.

A experiência de participar do Programa Residência Pedagógica foi de grande valia para a nossa formação acadêmica e profissional, proporcionando reflexão sobre a prática escolar que vivenciamos e discutimos ao longo do módulo I. O programa nos permitiu participar de todos os processos desde o desenvolvimento de repertório teórico e elaboração do plano de aula e de materiais didáticos, até a vivência do cotidiano escolar e a regência em sala de aula. Assim, afirmo que a participação no programa foi proveitosa em todos os sentidos, me proporcionando o desenvolvimento da *práxis*.

Referências

BORBA, Angela Meyer; LOPES, Jader Janer Moreira. **Alan Prout**. Novas formas de compreender a infância. Disponível em:
https://www.academia.edu/6422729/Novas_formas_de_compreender_a_inf%C3%A2ncia.

HONÓRIO, Amanda; CAVALCANTI, Caroline; SUZART, Cristiane; CORSINO, Patrícia. Experiências literárias na primeira infância: relatos de leitura literária no CAP-UFRJ. **Educação Infantil**: promovendo encontros. São Carlos. Pedro e João Editores, 2022, p. 83-105.

SARMENTO, Manuel Jacinto. A emergência da Sociologia da Infância em Portugal. **Revista Educação**. São Paulo. Editora Segmento, 2013, p. 14-27.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, 2004, p. 5-17.

RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Luciene Sousa Basso⁸⁷

(UFMS; luciene.basso@ufms.br)

Henrique Silva Marques⁸⁸

(UFMS; henriquesm_08@hotmail.com)

Joice Kély do Nascimento de Souza⁸⁹

(UFMS; joicekely2023@gmail.com)

Eixo: Educação Infantil, Arte e Formação de Professores

Introdução

As reflexões expressas neste resumo partem inicialmente das experiências vivenciadas pelos autores que participam do Programa Residência Pedagógica que se encontra em andamento e vinculado a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul na cidade de Naviraí-MS. Neste ambiente de trabalho e consequente aprendizagem todos buscam aprender e ampliar seus repertórios didático-pedagógicos através das ações propostas no Residência Pedagógica, programa este que tem por objetivo ampliar a formação de professores e promover a inserção de futuros professores e estudantes de licenciaturas na educação básica. O programa Coordenado pela Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e vinculado à Universidade é uma extensão que fortalece e aprofunda a formação teórico-prática de estudantes de cursos de licenciatura. Estes espaços permitem que novos professores e outros

⁸⁷ Professora da Rede Municipal de Ensino de Naviraí, Preceptora do Programa Residência Pedagógica.

⁸⁸ Acadêmico da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Residente do Programa Residência Pedagógica.

⁸⁹ Acadêmica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Residente do Programa Residência Pedagógica.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



mais experientes dialoguem sobre a sua prática, troquem experiências uns com os outros.

O referido programa é organizado em algumas etapas; inicialmente existe uma formação teórica com estudos e ambientação, logo após ocorre participação dos futuros professores nas salas de aula com observação-participante, neste período os acadêmicos observam a realidade da sala de aula, as potencialidades e necessidades das crianças e passam para a etapa da organização da aula para futura intervenção pedagógica. Na etapa da intervenção pedagógica juntamente com a professora preceptora e a coordenadora do programa orienta na elaboração e na aplicação do plano de aula. Logo após retornamos para realizar o diálogo de forma colaborativa⁹⁰ em volta de reflexão sobre essa experiência e prática. Este relato de experiência está estruturado em algumas seções, as quais nomeadamente são: Introdução; Metodologia; Análise dos dados; e, por fim, as Conclusões, seguido das Referências.

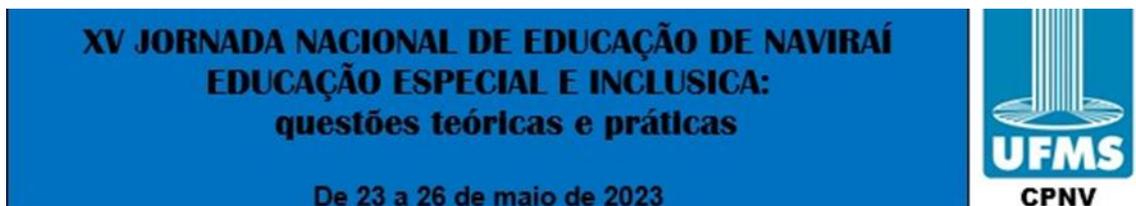
Metodologia

Nesta perspectiva o trabalho desenvolvido ocorreu na parceria com a escola pública, sendo um Centro de Educação Infantil Maria José da Silva Cançado, que fica na cidade de Naviraí, cidade do interior do estado do Mato Grosso do Sul (MS), a instituição de Educação Infantil selecionada é a mais antiga da cidade, fundada em 1998, atende atualmente 520 crianças de 0 a 3 anos (creche) e 4 a 5 anos (pré-escola).

As atividades do programa iniciaram-se no ano de 2022 no mês de dezembro e o desenvolvimento das aulas (intervenção pedagógica) ocorreu nos meses de abril a maio de 2023. Para este relato optamos em expor as aulas voltadas ao campo de experiência da Educação Infantil: Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações e mesmo compreendendo que outros campos de experiências também se materializam nas aulas, evidenciamos as atividades em torno dos conhecimentos matemáticos por acreditar que esta área do conhecimento tem sido explorada muitas vezes como forma de reprodução de atividades e não a produção dos saberes.

Dessa maneira na seção da Análise de dados temos o relato de experiência dos acadêmicos do 7º semestre do curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de

⁹⁰ Aqui entendemos colaboração, diferentemente de cooperação, o sujeito interage com o interlocutor, ou seja; pode expor suas ideias e experiências” Boavida e Ponte (2002, p. 03).



Mato Grosso do Sul Campus de Naviraí e participantes do programa Residência Pedagógica, bem como os resultados dessas vivências.

Análise de Dados

No programa realizamos encontros semanais que contribuem bastante para a elaboração de projetos para aplicarmos na prática no estágio, ou seja, discussões e aulas teóricas são precisas para aplicarmos na prática o conhecimento adquirido no programa de residência pedagógica. Lima (2008, p. 197) complementa: “Para que possamos compreender a formação docente na atualidade e suas tendências investigativas e metodológicas, que incluem o estudo dos saberes necessários à prática do professor, é importante que busquemos os seus determinantes”.

Assim sendo, para que possamos realizar na prática o estágio, precisamos aprender na teoria, ter conhecimento científico para produzir projetos que sejam adequadas no contexto escolar que estamos inseridos, de modo que nos proporcione vivências positivas para nossa formação.

Relato de Experiência: Brincando de esconde-esconde com números

Em uma roda de conversa, todos sentados do chão, iniciamos⁹¹ o encontro com a leitura de um livro infantil que foi personalizado para que seja adequado para duas crianças com necessidades especiais, de forma com que seja possível tocar e observar as páginas de uma maneira mais atrativa, que incentive o interesse delas na leitura. Desse modo, discutimos sobre aspectos principais do livro.

Figura 1: leitura do livro

⁹¹ Trecho redigido em primeira pessoa por se tratar de experiências pessoais do acadêmico.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



Fonte: Arquivo do residente

Muitas crianças demonstraram interesse e satisfação ao ouvir a história, muitos pediram para brincarmos de esconde-esconde, e diante desta proposta feita pelas crianças, propus algumas atividades que foram divididas em etapas, cada atividade com papel importante para a realização da brincadeira que realizaremos logo após as atividades.

Deste modo, entreguei números de 1 a 10, onde cada criança com tesouras recortou cada número, de modo com que misturasse estes números. Depois entreguei um papel cartão para cada criança, onde orientei que cada uma das crianças fizessem a colagem das figuras recortadas no papel cartão que foi entregue anteriormente, de modo onde os números estejam na ordem.

Todo esse processo levou um tempo, levando em consideração o tempo individual que cada criança tem no seu processo de desenvolvimento, desse modo, respeitando o ritmo de cada criança, onde aquelas que tiveram dificuldades para fazerem o recorte, colagem e colocar os números em ordem receberam orientações para desenvolverem suas atividades. Assim sendo, todas as crianças fizeram juntas as etapas das atividades que foram propostas. Com todas as etapas finalizadas, brincamos de esconde-esconde de uma forma diferente, onde ao invés de nos escondermos, escondemos os números. Inicialmente, fiz barulhos com um pote com pedras dentro, mas apenas algumas vezes, as crianças precisaram ter atenção à quantidade de vezes que foi feito barulho para elas escondessem o número que correspondia a quantidade de barulhos, todos brincaram, inclusive as próprias crianças fizeram barulho para as outras

esconderem o número correspondente.

Relato de Experiência: Raciocínio lógico e as borboletas

O plano de aula foi elaborado na intenção de trazer conhecimentos de linguagens e conhecimentos matemáticos nas salas de aula da professora preceptora em duas turmas de Jardim III, sabendo que o foco seria com crianças de 4 a 5 anos e nas salas das mesmas contendo cada turma duas crianças com especificidades especiais.

Com estas informações foi preciso elaborar um plano de aula em que conseguíssemos a participação total dos alunos com os demais com especificidades das suas salas, assim com todos em sala na primeira intervenção contei para os alunos a história com ilustrações do livro da “Borboleta Azul”, a Borboleta Azul conta a história de uma pequena lagarta, Fifi, que um dia se transforma em uma bela borboleta azul. Ela sabia que iria passar por uma transformação, então busca um local para tecer seu casulo e se torna uma belíssima borboleta azul. No início passou por algumas dificuldades nesse novo corpo, mal sabia voar, mas não parou de tentar enquanto não conseguia aprender.

A história foi ouvida atentamente pelas crianças que logo começaram a participar com relatos sobre seus conhecimentos com borboletas. Após a história propus⁹² um exercício em que as crianças identificassem e escrevessem a primeira letra do nome da personagem Fifi a letra F, o exercício foi realizado em um material pensado e confeccionado por mim com intenção de aprimorar a oportunidade de conhecimento da escrita e ortografia de cada criança. Demos a liberdade a cada criança escrever a letra de acordo com seu conhecimento sobre a mesma e assim as letras que não correspondiam como proposta auxiliamos a criança a apagar e tentar novamente explicando como dava se o movimento para a formação da letra F, todos participaram inclusive as crianças especiais.

A segunda proposta foi outro material elaborando um jogo em que as crianças praticaram seus conhecimentos com a manipulação de tampinhas de garrafa pet coloridas e rodelinhas de EVA nas respectivas sequência de cores das borboletas no jogo, que proporcionou conhecimentos matemáticos como sequência e quantidades. O objetivo era que a criança atenta

⁹² Trecho redigido em primeira pessoa por se tratar de experiências pessoais da acadêmica.

com as regras do jogo para que conseguissem corresponder às cores das tampinhas ou rodelinhas, que deveriam passar por um circuito até chegar às respectivas borboletas coloridas.

Considerações Finais

Em termos de conclusões, a partir das etapas vivenciadas no programa pelos residentes foi perceptível que o uso das estratégias lúdicas contribuíram de maneira significativa para a participação das crianças nas aulas e abordagem com tais recursos trouxe aproximação delas com conhecimentos acerca principalmente no Campo da Educação Infantil envolvendo conhecimentos matemáticos, de maneira que fossem na “contra-mão” de apenas ensinar o símbolo do número e sua respectiva quantidade, usaram da abordagem do que as crianças já sabem e ampliaram seus conhecimentos.

Outro aspecto evidente foi a parceria entre os acadêmicos e a professora na troca mútua de conhecimentos e a consideração dadas pelos residentes em relação a adequação dos materiais pensando em todas as crianças buscando compreender as características das necessidades específicas de cada uma, dessa forma, reconhecemos que a prática do residência pedagógica garante a preparação dos futuros profissionais no exercício da profissão, na qual o profissional visa vivenciar momentos de descobertas e reflexão do trabalho pedagógico a ser desenvolvido.

Referências

BOAVIDA, Ana Maria; PONTE, João Pedro da. Investigação colaborativa: potencialidades e problemas. Lisboa: APM. In: GTI. (org.). **Refletir e investigar sobre prática profissional**. 2002. p. 43-55. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4069/1/02-Boavida-Ponte%20%28GTI%29.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2021.

LIMA, Maria Socorro Lucena. Reflexões sobre o estágio/prática de ensino na formação de professores. **Revista Diálogo Educacional**, v. 8, n. 23, p. 195-205, 2008.

**SUPERANDO DESAFIOS E TRANSFORMANDO VIDAS: RELATO DE
EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO COM
ACADÊMICOS COM DEFICIÊNCIA**

Isabel Cristina Theiss

(UNIOESTE - isabel.theiss@unioeste.br)

Vanderlize Simone Dalgalo

(UNIOESTE - vanderlize.dalgalo@unioeste.br)

Márcia Franciele Spies

(UFPR- marciaedufi@gmail.com)

Eixo: Inclusão, Diversidade, Educação Especial e Contextos não Escolares

Introdução

No decorrer da formação acadêmica dos cursos de graduação, seja nas Licenciaturas ou na formação de Bacharéis, as grades curriculares estabelecem uma carga horária para a execução dos estágios supervisionados. Conforme Santos, Spagnolo e Stöbaus (2018), o estágio supervisionado tem um papel importante no desenvolvimento profissional e pessoal do acadêmico, uma vez que o mesmo possibilita a compreensão dos aspectos individuais e coletivos do ambiente. Desta forma, nos cursos de licenciatura a prática docente proporciona aos acadêmicos a oportunidade de executar os conhecimentos adquiridos durante o curso e ao mesmo tempo vivenciar a realidade da sala de aula.

O estágio supervisionado é um momento de aprendizagem significativa, no qual os acadêmicos em formação têm a chance de realizar a observação do espaço escolar, desenvolver e aprimorar suas habilidades pedagógicas, metodológicas bem como, a exposição dos conteúdos científicos dos quais se apropriaram no decorrer da formação acadêmica. Cabe

destacar ainda que a práxis possibilita ao futuro professor momentos ímpares de reflexão sobre o trabalho docente. De acordo com Martiny, Souza e Gomes da Silva (2013):

[...] as atividades desenvolvidas pelo universitário durante sua formação e atuação no Estágio Curricular Supervisionado marcam uma relação entre a universidade e a escola, pois através dessa relação se inicia a interação no contexto de prática docente. A elaboração dessas atividades é construtiva, visto que, a experiência que o Estágio Curricular Supervisionado proporciona vai ao encontro de uma compreensão detalhada e essencial sobre a realidade escolar e direciona a atuação do universitário, pois cada etapa da Educação Básica possui características divergentes (p.51-66).

Por esta razão, compreende-se que o estágio supervisionado permite o fortalecimento do “fazer docente”, um momento de autoconhecimento para o início da construção da identidade profissional. No entanto, quando se refere ao processo de Inclusão no Ensino Superior (quando um acadêmico com Deficiência ou com Transtornos vai para a vivência do estágio supervisionado), observa-se que além dos desafios e expectativas que envolvem o estágio, o período de imersão na prática é acompanhado por barreiras historicamente impostas às Pessoas com Deficiência: o capacitismo.

É importante destacar que o processo de Inclusão no Ensino Superior ainda é recente, e começou a ganhar notoriedade com a promulgação da Lei nº 13.146/2015- Lei Brasileira de Inclusão (LBI). A partir da LBI as Pessoas com Deficiência começaram a reivindicar o direito ao ingresso e permanência na universidade, bem como a garantia de Atendimento Educacional Especializado com Docentes habilitados. Desta forma, cabe à universidade proporcionar a esses acadêmicos os aspectos formativos inerentes à formação de todos os alunos, com ou sem deficiência.

No estágio supervisionado, o acadêmico com Deficiência tem a oportunidade de aplicar seus conhecimentos teóricos e explorar estratégias de ensino adaptadas às suas especificidades. Além disso, o estágio permite que os acadêmicos com Deficiência desenvolvam habilidades essenciais, como a adaptação de materiais, a criação de estratégias de ensino diferenciadas e o estabelecimento de um ambiente inclusivo.

Neste sentido, este trabalho busca o relato de experiência das Docentes de Atendimento Educacional Especializado, no decorrer do acompanhamento e execução das regências do Estágio Supervisionado, de dois Acadêmicos, sendo um com Deficiência Física e outra com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH, de um curso de Licenciatura da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- Unioeste.

Metodologia

Este trabalho trata-se de estudo descritivo, do tipo relato de experiência. Conforme Minayo (2007) o relato de experiência tem como objetivo descrever os fatos e fenômenos de uma determinada realidade, possibilitando aos autores relatarem situações vivenciadas de maneira significativa.

Esta pesquisa trata do Estágio Supervisionado dos acadêmicos X e Y, de um curso Licenciatura, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). O estágio foi realizado na Rede Estadual de Ensino, e aconteceu em duas etapas: na primeira etapa os acadêmicos realizaram as observações das turmas, a fim de perceber as particularidades e registrar a metodologia utilizada pelos professores regentes. A segunda etapa constitui-se do processo de execução das regências pelos próprios pelos acadêmicos. As duas etapas foram executadas sob a supervisão dos docentes orientadores do curso onde os acadêmicos estavam matriculados e acompanhamento das docentes de Atendimento Educacional Especializado (AEE), vinculadas ao Programa de Educação Especial da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Campus Toledo, do Estado do Paraná. O acadêmico, aqui denominado por X, executou as duas etapas nos 1º e 2º anos do ensino médio, no curso de Formação de Docentes, em uma instituição localizada na zona urbana e central de Toledo, no segundo semestre de 2022. Entre uma etapa e outra houve uma pausa de 45 dias para a adequação dos planos de aula às observações realizadas na primeira etapa.

A acadêmica, aqui denominada Y, realizou as duas etapas no ensino médio regular, em um colégio estadual também localizado na zona urbana e central de Toledo, realizando as observações no segundo semestre de 2022 e as regências no primeiro semestre de 2023.

Análise dos dados

Durante o estágio supervisionado, do acadêmico X, que apresenta laudo de Deficiência Física, comprometimento da comunicação verbal e perda de acuidade visual e da acadêmica Y, que apresenta laudo de Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), ambos tiveram a oportunidade de vivenciar o ambiente escolar e atuar diretamente com os alunos. Ao

longo desse processo, puderam observar e registrar diferentes aspectos relacionados ao processo de ensino e aprendizagem. Os resultados obtidos podem ser divididos em três categorias principais: interação com os alunos, planejamento das aulas e avaliação.

Em relação à interação com os alunos, o acadêmico X, a docente de AEE, o orientador e a supervisora puderam constatar a importância de estabelecer um ambiente acolhedor e de confiança. Através de conversas informais, atividades em grupo e feedback individuais, foi possível criar vínculos mais fortes com os alunos. Essa interação positiva contribuiu para um maior engajamento e participação ativa em sala de aula.

No que diz respeito ao planejamento das aulas, se fez necessário identificar as especificidades do acadêmico, para adaptar as estratégias pedagógicas de acordo com o perfil da turma e do acadêmico, sempre pensando no processo de interação entre os envolvidos, acadêmico que realizaria a regência de estágios e os alunos. Por meio de observações e diálogos junto aos professores orientadores e supervisores, foi necessário estabelecer objetivos claros e sequências didáticas bem estruturadas. Essa abordagem permitiu uma melhor organização das aulas e facilitou o processo de ensino e aprendizagem.

No que se refere à avaliação, foi fundamental a elaboração de diferentes instrumentos e estratégias para verificar o desempenho, tanto por parte dos orientadores e supervisores para com os estagiários, quanto dos acadêmicos para com os alunos. Foram realizadas observações, aplicação de provas e trabalhos em grupo. A partir dessas experiências, foi possível perceber a importância de uma avaliação formativa para promover intervenções adequadas.

Em relação a execução das observações e regências da acadêmica Y, temos uma situação diferenciada do acadêmico X, ela iniciou suas atividades de estágios supervisionado no ano letivo de 2021, no entanto, devido a muitas dificuldades encontradas esse processo foi interrompido. É de suma importância elucidar, que a acadêmica Y, não estava sendo acompanhada no ano letivo de 2021, nessa atividade pelo Docente de AEE da Universidade. A partir do processo de interrupção das atividades, se estabeleceu um diálogo junto a coordenação do PEE, os docentes de AEE, orientadores e supervisores de estágio, que a acadêmica Y deveria ter um acompanhamento constante no decorrer das atividades de estágio supervisionado pela Docente de AEE, responsável pelo Atendimento Educacionais Especializados.

Sendo assim, iniciou-se um diálogo com muita antecedência com a instituição que seria a precursora da realização do estágio, a professora regente na escola se manteve a mesma do

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



ano letivo de 2021 para o ano de 2022, para auxiliar nesse processo de contato e diálogo. No que tange às categorias estabelecidas, observou-se que o processo de interação com os alunos não ocorreu de forma satisfatória, visto que a mesma não conseguiu estabelecer um diálogo e contato com os mesmos. No que se refere aos planos de aula, os conteúdos que seriam ministrados foram definidos com mais ou menos quatro meses de antecedência para que a acadêmica pudesse se organizar e se preparar para as regências. Os mesmos, foram se delineando nesse período, no entanto, a acadêmica não conseguiu finalizá-los com a antecedência necessária, o que dificultou imensamente o processo de execução deles.

Em relação a avaliação, observou-se que todo o desenvolvimento do estágio da acadêmica, não apresentou o êxito esperado. Pois, o resultado do processo avaliativo apresentou-se com aproveitamento muito baixo em relação aos conteúdos ministrados. Destaca-se que a Docente de AEE, esteve presente no desenvolver de todas as atividades, desde a observação, planejamento, execução, regências, organização das atividades e slides das exposições nas aulas. Sendo assim, pode-se destacar que somente o Docente de AEE não é suficiente no processo de Inclusão no Ensino Superior, e sim que é preciso repensar o processo como um todo. No entanto, o que fica claro é que pelo fato do Déficit de Atenção e a própria organização da acadêmica Y, frente às suas especificidades e necessidades, acabaram delineando inúmeras dificuldades em todo esse processo.

Porém, percebe-se que a acadêmica Y, apresentou um avanço muito importante no processo de avaliação em relação ao seu próprio desempenho, o que ficou evidente é que nesse segundo momento ela conseguiu executar todas as atividades do Estágio Supervisionado, o que na primeira vez não foi possível. O que nos permite elucidar, que a presença do Docente de AEE, se fez extremamente importante.

No processo de imersão do estágio, diversas reflexões surgiram a partir das experiências vivenciadas. Uma das principais discussões está relacionada à importância da formação continuada dos professores, principalmente no que se refere à educação inclusiva. Com as observações e feedbacks recebidos, percebe-se que a atualização constante dos docentes é essencial para acompanhar as mudanças na educação e desenvolver práticas pedagógicas mais eficazes. Além disso, a atuação como docente de AEE no estágio supervisionado possibilitou uma reflexão sobre as práticas costumeiras dos orientadores e professores quando se trata de estágio supervisionado. Possibilitou-se observar diferentes metodologias de ensino, abordagens

pedagógicas e desafios enfrentados nesta etapa, bem como, levar a um processo de reflexão conjunta entre os docentes dos cursos de Graduação e os docentes de AEE, no que ainda pode-se avançar nesse processo de Inclusão, que ainda é tão recente, com inúmeras barreiras a serem transpostas. O primeiro passo está sendo realizado, o ingresso das Pessoas com Deficiência, mas temos muito a avançar no decorrer da formação e do egresso, no processo de garantia de direitos em todo o percurso de formação.

Outra discussão relevante diz respeito à importância da inclusão e diversidade na sala de aula. A partir dessas experiências, é notória a importância de desenvolver práticas pedagógicas que valorizem a diversidade e promovam a igualdade de oportunidades para todos.

Considerações finais

A supervisão do estágio deve ser cuidadosa e sensível às necessidades específicas do discente com deficiência. Além do orientador e do supervisor, o acadêmico deve estar acompanhado de um docente de AEE preparado para oferecer orientação e suporte, adaptando as atividades e as estratégias de avaliação de acordo com as capacidades e os desafios do aluno. Para isto, se faz necessário refletir a respeito do que trata a Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), por estabelecerem a educação como direito de todos, garantindo Atendimento Educacional Especializado – AEE ao aluno com deficiência em todos os níveis de ensino.

É fundamental garantir que o acadêmico com deficiência tenha a oportunidade de experimentar diferentes contextos e níveis de ensino, a fim de ampliar sua experiência e prepará-lo para a diversidade encontrada nas escolas. Além disso, é importante promover a reflexão e o diálogo sobre a inclusão escolar durante o estágio supervisionado. Isso engloba discussões a respeito das barreiras enfrentadas pelos alunos com deficiência, bem como as estratégias e recursos disponíveis para promover a igualdade de oportunidades. O estágio pode servir como uma oportunidade para sensibilizar os futuros professores sobre a importância da inclusão e para incentivar a busca por práticas pedagógicas que atendam às necessidades de todos os estudantes.

Referências

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.**

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, 07, julho, 2015.

MARTINY, L.; SOUZA, I.; GOMES-DA-SILVA, P. “Como saber se meu mundo de ideias daria certo na prática?” O medo da docência no estágio supervisionado em educação física. **Motrivivência**, [s.l.], n. 40, p.51-66, 3 jul. 2013.

MINAYO, C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 26 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SANTOS, B. S.; SPAGNOLO, C.; STÖBER, C. D. O desenvolvimento profissional docente na contemporaneidade: implicações transformadoras para o ser e para o fazer. **Educação**, Porto Alegre, v. 41, nº 1, p. 74-82, jan./abr. 2018.

VIVÊNCIAS DE UM PARQUE SONORO NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE NAVIRAÍ - MS

Cleide Paes de Oliveira Silva⁹³

(GEMED, cleidepaesfelix@gmail.com)

Larissa Wayhs Trein Montiel⁹⁴

(UFMS, larissa.montiel@ufms.br)

Eixo: Educação Infantil, Arte e Formação de Professores

Introdução

Este resumo expandido apresenta um recorte de uma pesquisa de Trabalho de conclusão de curso de Pedagogia que buscou identificar e analisar o desenvolvimento de um Projeto de intervenção, realizado em um Centro Integrado de Educação Infantil (CIEI) da Rede Municipal de Ensino na cidade de Naviraí, estado de Mato Grosso do Sul, por meio da construção de um Parque Sonoro. A presente pesquisa coletou informações sobre a realização da proposta de intervenção de professoras da Educação Infantil.

Segundo Kishimoto (2010), a criança tende a explorar o mundo dos objetos, conseqüentemente o mundo dos adultos, dessa forma, compreende melhor a natureza e a cultura do meio em que está inserida, isso agrega conhecimentos para seu desenvolvimento por meio de variadas linguagens, e é por meio do imaginário que o brincar se destaca pela mobilização dos significados que passarão a adquirir a partir do desenvolvimento dessa nova atividade.

Portanto, considera-se que o Parque Sonoro é uma forma importante de expressão e interatividade da criança, sendo uma necessidade para o seu desenvolvimento e aprendizado de forma lúdica. Assim, as crianças têm a oportunidade, por meio da sua própria iniciativa tomar

⁹³ Professora da Rede Municipal de Ensino de Naviraí.

⁹⁴ Professora Adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Naviraí, UFMS/CPNV.

decisões, expressar sentimentos, valores, conhecer a si, aos outros e o mundo, de repetir ações prazerosas, de compartilhar experiências, expressar individualidade ou aprender trabalhar coletivamente.

O interesse por esse tema surgiu a partir do Estágio Obrigatório Supervisionado na Educação Infantil, no curso de Pedagogia, pois foi possível observar que as crianças aprendem melhor quando a ludicidade está presente em suas práticas, tendo em vista que a brincadeira e a interação são eixos norteadores da educação infantil e, infelizmente vai se perdendo nos anos iniciais do ensino fundamental. Para tanto, este trabalho parte da perspectiva do brincar na Educação Infantil, a fim de compreender o brincar como uma prática de suma importância para o desenvolvimento da criança no seu primeiro contato com a escola.

É indispensável que os profissionais da educação elaborem diferentes atividades com intencionalidade de promover o desenvolvimento da criança, de acordo com às características etárias, psicológicas, motoras, cognitivas e sociais da criança. Com base nesse raciocínio, a brincadeira é uma atividade que respeita as especificidades do mundo infantil, sendo necessárias, além de auxiliar na aprendizagem e no desenvolvimento da criança (WAJSKOP, 2005).

Acreditamos que, analisar essa proposta de trabalho realizado na Educação Infantil de Naviraí, torna-se muito relevante para refletir, por meio de uma prática diferenciada de trabalho com as crianças, possibilitando uma boa reflexão sobre esta temática para os profissionais da/para a Educação Infantil, com o intuito de ajudar a pensar como acrescentar maiores desafios para os bebês e crianças, a fim de compreender melhor toda a musicalidade que envolve as crianças pequenas.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa foi realizada de forma descritiva e qualitativa, na qual foi possível compreender o conhecimento sobre o parque sonoro. Dessa forma, a pesquisa qualitativa é conceituada segundo Godoy (1995. p.21):

[...] um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando "I captar" o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes.

As pesquisas descritivas:

Têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados” (GIL, 2008, p. 47).

A pesquisa ocorreu nas seguintes etapas: visitação do local do parque sonoro, estudos com fundamenta o teórica, elabora o de um questionário, contato com os entrevistados, análise dos dados da pesquisa.

A Utiliza o dos Parques Sonoros na Educa o Infantil

A ideia de fazer um ambiente colorido e convidativo no CIEI, nasceu a partir de um projeto realizado por duas professoras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- UFMS, por meio de um projeto de extensão e discussões com a professora do CIEI, e a mesma, foi quem idealizou e projetou a estrutura do Parque Sonoro no CIEI em que atua no Município.

A proposta procurou atender crianças de 0 a 3 anos, com a finalidade de promover o desenvolvimento cognitivo social/afetivo e contribuir na forma o de uma identidade crítica e reflexiva e transformadora das crianças. Para a cria o desse parque foi necessário o envolvimento da comunidade escolar, a fim de fornecer materiais recicláveis para confec o.

O projeto buscou oportunizar as transforma es dos espaços, mudanças posturais de professoras e professores com rela o   musicalidade pessoal e também de todo o ambiente educativo, pelas escutas musicais e sonoras dos objetos e instrumentos construídos por todos.

Portanto, verificou-se a importância do processo de cria o de Parque Sonoro em um Centro de Educa o Infantil de Naviraí-MS. Este trabalho, buscou entender como a Ludicidade com objetividade   compreendida como prática pedagógica, e utilizada da Educa o Infantil na cidade de Naviraí/MS, por meio de um Parque Sonoro intitulado “Parque Sonoro Melodia entre Sons”, construído em um Centro de Educa o Integrado de Educa o Infantil (CIEI), no município de Naviraí-MS.

Considera es finais

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



Consideramos que a partir dos dados investigados, compreende a novidade do Parque Sonoro sendo uma prática inovadora, eficaz e produtiva no que se diz respeito ao desenvolvimento da criança, portanto de importância para a Educação Infantil, de forma a ter um espaço pedagógico novo, diferenciado e estimulante tanto para a criança, como para o educador, de modo a ser explorado como uma nova ferramenta e a ser trabalhado pelos (as) docentes.

Assim, a ideia da construção do parque continua ativa, mas é necessário e de fundamental importância, que a administração municipal juntamente com a Gerência de Educação, a comunidade escolar, pessoas que vêm na educação uma solução para muitos dos problemas sociais da nossa sociedade, se unam e se engajem também nestas implantações e busquem informações, que possa contribuir para a construção e elaboração de novas propostas, propostas estas que visem em dar à criança possibilidades diversas de interações e brincadeiras com objetos sonoros.

Referências

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, 6. ed.. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em:

http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA6_ID1840_24072015175605.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa tipos e fundamentais. UNESP. Rio Claro. **Revista de Administração de empresas**. São Paulo. V.35, n.3, p. 20-29 maio/jun.1995.

KISHIMOTO, Tizuco Morchida. **Jogo e brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2010.

SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Divisão de Educação Infantil. **Parques sonoros da educação infantil paulistana**. – São Paulo: SME / COPED, 2016.

WAJSKOP, Gisela. **Brincar na pré-escola**. 6. ed.. São Paulo: Cortez. 2005.

VIVÊNCIAS DO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: O CURRÍCULO DO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM ENFÂSE NA LINGUA PORTUGUESA

Elaine Aparecida Saraiva Batista⁹⁵

UFMS/CPNV- saraijabatista@hotmail.com

Nilda de Andrade da Costa dos Santos⁹⁶

UFMS/CPNV- andradesantoslinda@gmail.com

Danielly Camilo de Lima⁹⁷

UFMS/CPNV- camilodanielly772@gmail.com

Eixo: Metodologias do Ensino Fundamental e Tecnologias Digitais

Introdução

Este trabalho aborda sobre experiências e práticas pedagógicas desenvolvidas no Programa Residência Pedagógica do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul UFMS/CPNV, segundo o edital n.º 1692979/2022, cujo objetivo é inserir o acadêmico no espaço escolar. O presente trabalho, além de informações sobre o programa, traz relatos de experiências dos residentes. Apresenta também como temática o currículo de Língua Portuguesa do 1º ano do ensino fundamental. Faz-se necessário entender que o currículo se estabelece numa relação dinâmica a partir de um olhar para o outro e de si próprio, nesse contexto o aluno tem a possibilidade de construir o seu através de suas histórias e experiências de vida.

⁹⁵ Professora pós-graduada atuante na Educação Básica, na área da Alfabetização.

⁹⁶ Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Naviraí – MS, Residente bolsista do Programa Residência Pedagógica Alfabetização.

⁹⁷ Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Naviraí – MS, Residente bolsista do Programa Residência Pedagógica Alfabetização.

Realçamos o conceito segundo Sacrístan (2000) como um processo de construção, implementação, concretização de determinadas práticas pedagógicas e em sua própria avaliação, como resultado das diversas. Desta forma faz-se imprescindível tanto pelo acadêmico como para o docente a compreensão do currículo, que aborda leitura e escrita espontânea, construção do sistema alfabético/ correspondência fonema-grafema, análise linguística e semiótica. Conhecer as disciplinas, conteúdos e habilidades que serão ensinados ao longo do programa, permite que eles se preparem adequadamente para as aulas, e tenham um melhor desempenho na realização de seus planos de aula e aplicação do mesmo.

Discussão e Definição de Currículo

A aludida experiência acadêmica foi efetuada no 1º ano do Ensino Fundamental I, Na Escola Municipal José Carlos da Silva, localizada na Rua Tim Maia, 555, Jardim Paraíso, CEP 79950-000, município de Naviraí, Estado de Mato Grosso do Sul. A turma contemplada tem matriculado 24 alunos na faixa etária de 06 a 07 anos.

O programa Residência Pedagógica envolve estudos semanais, com análises de textos, discussões, problematização, reflexão e palestras. Tem por objetivo levar o educando a compreender e refletir sobre as práticas pedagógicas, o trabalho docente e as práticas institucionais, situadas em contextos sociais, históricos e culturais. Nesse sentido, caracteriza-se como mediação entre os professores formadores, os estudantes em curso e os professores das escolas.

Para melhor compreensão das observações e aplicação das regências, os acadêmicos precisam conhecer o currículo dessa etapa de ensino. Segundo Sacrístan (2000), Currículo caracteriza como um processo de construção, implementação, concretização de determinadas práticas pedagógicas e em sua própria avaliação, como resultado das diversas intervenções. Faz-se necessário entender que o currículo se estabelece numa relação dinâmica a partir de um olhar para o outro e de si próprio, nesse contexto o aluno tem a possibilidade de construir a suas histórias e experiências de vida (*apud*, RIBEIRO, 2012, p. 7).

Deste modo enfatizamos o currículo para o 1º ano do ensino fundamental, esta fase é responsável pela formação básica do cidadão, desenvolvendo não só habilidades cognitivas e de conhecimento, mas também sociais e éticas. Neste sentido é importante que o trabalho

pedagógico com as crianças de seis anos, no 1º ano do ensino fundamental, garanta o estudo articulado da língua portuguesa. Assegurando um ensino pautado por uma prática pedagógica que permita a realização de atividades variadas, as quais, por sua vez, possibilitem práticas discursivas de diferentes gêneros textuais, orais e escrito, de usos, finalidades e intenções diversas (BRASIL, 2017).

Portanto, o currículo no 1º ano tem objetivos de desenvolver a ESCRITA: conhecer o alfabeto; saber usar os objetos de escrita presentes na cultura escolar; ter contato com diferentes tipos de letra (forma e cursiva); compreender diferenças entre a escrita alfabética e outras formas gráficas. LEITURA: Desenvolver gradativamente capacidade necessária à leitura; escutar textos lidos pelo professor de diferentes gêneros, apreciando a sua leitura; valorizar a leitura como fonte de prazer e entretenimento. ORALIDADE: Criar, recontar e dramatizar oralmente às histórias ouvidas, considerando a entonação das vozes dos personagens; relatar acontecimentos, evidenciando sequência lógica necessária para uma boa compreensão; participar das interações cotidianas em sala de aula; desenvolver a capacidade de escuta e compreensão (BRASIL, 2017).

Ao final deste trabalho, foi possível constatar que há diferentes modelos de currículo. Alguns são estruturados de forma tradicional, outros estão passando por processo de estruturação, mas esse fator não deve ser uma desculpa para que o mesmo seja ignorado, pois existe documentos normativos e orientador que contribui para a implementação deste currículo nas escolas, sendo eles, BNCC e os referenciais curriculares.

Os Relatos de Experiências de Observações e Regências

Iniciamos as observações do projeto de alfabetização residência pedagógica no dia 09/03/2023, quando uma das integrantes do grupo de residentes se apresentou a turma e ao corpo docente do E.M.E.F Professor Jose Carlos Da Silva, com a turma do primeiro ano C do ensino fundamental, nos primeiros encontros assistimos às aulas da professora Elaine, regente 1ª da turma, acompanhamos os conteúdos ministrados na sala, como se dava a rotina dos alunos, o seu desenvolvimento e suas dificuldades, com o tempo fomos auxiliando os alunos nas atividades conforme a professora regente 1 da sala orientava, em conjunto com a professora docente e orientadora das residentes do projeto Larissa Wayhs Trein Montiel. Elaboramos um

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



projeto de intervenção sobre língua portuguesa e matemática, com isso no encontro do dia 26/04/2023 foi realizamos a primeira regência na sala de aula, conforme o plano de aula que preparamos em conjunto com as colegas residentes e as professoras, em que trabalhamos o livro “ Palavras, muitas palavras...” de Ruth Rocha, com isso realizamos atividades com as crianças que incluíam identificação de sílabas, reconhecimento e entendimento da relação número x quantidade; escrita de palavras escolhidas pelos próprios alunos e registradas na folha de registro.

Podemos considerar que essa atividade planejada atingiu os objetivos propostos na regência que era fazer com que os alunos tivessem um maior aprendizado acerca da disciplina de língua portuguesa, assim como tivessem uma maior carga literária a partir da leitura/escuta de um livro que trazia palavras, figuras e desenhos que fazem parte do cotidiano das crianças e que trouxe um maior repertório cultural para os pequenos.

No terceiro e último dia de regência iniciamos a aula nos apresentando novamente as crianças e explicando que daria continuidade as atividades desenvolvidas pelas residentes anteriores. Houve a leitura do livro “Palavras, muitas palavras...” de Ruth Rocha. Perguntamos a eles se lembravam dos dias anteriores a maioria das crianças disse que sim. Em seguida falamos que daria uma atividade nomeada “Bingo das palavras”. Entregamos a eles as cartelas e dando sequência na atividade, nesse bingo tinham a palavras retiradas do livro que foi lido. Fizemos algumas perguntas, com qual letra começava algumas palavras, alguns já sabiam, outros não, a ideia pretendida foi de testar um pouco do conhecimento que eles adquiriram nos dois dias anteriores, na leitura do livro, pois as palavras que perguntamos haviam no livro lido. As crianças receberam o bingo, narramos a palavra para encontrarem, após alguns minutos escrevemos a palavra na lousa, como alguns deles sabiam escrever, deixamos que fossem à lousa. Solicitamos para que pintassem todas as palavras que estava ditando, quando terminaram de encontrar todas as palavras contamos juntos quantas sílabas havia em cada uma das palavras, assim solicitamos para as crianças escreverem as palavras no caderno e colocassem a quantidade de sílabas na frente de cada palavra.

Para atividade de Matemática usamos essas mesmas palavras, reforçando a leitura das palavras e a quantidade de sílabas de cada uma, e pedimos para eles desenharem correspondente a quantidade de letras de casa palavra, exemplo a palavra banana tem 6 letras, então vamos desenhar 6 bananas, e assim fizemos com todas as palavras.

**XV JORNADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE NAVIRAÍ
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA:
questões teóricas e práticas**

De 23 a 26 de maio de 2023

(ISSN 2178-2431)



Foi uma experiência maravilhosa, de muito aprendizado, notamos a diferença entre os educandos, tanto na aprendizagem quanto no comportamento. Mas todas desenvolveram a atividade proposta com desempenho.

Conclusão

Ao final deste trabalho, foi possível constatar que o RP se faz importante, pois une o docente em formação e o profissional da educação, assim inserindo a prática docente a teoria estudada. Neste sentido, é indispensável uma vez que o graduando necessita se preparar para identificar e interpretar problemas e propor soluções para os problemas que enfrentará no cotidiano da profissão.

Os ensinamentos vivenciados através do programa Residência Pedagógica-Alfabetização - CPNV/UFMS são de extrema importância no processo de formação docente para residentes, orientadora e preceptores. A oportunidade de troca de conhecimento coloca nossa capacidade de reflexão e ação para ser exercida e isso possibilita a oportunidade de crescimento pessoal e profissional, fazendo-nos aprender a lidar com desafios do ensino. Por fim, para o futuro professor, o Programa Residência Pedagógica é de extrema importância, pois permite que o residente seja exposto a novos olhares sobre a sala de aula, seu papel como formador e seu futuro profissional.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017.

PACHECO, M. M. D. R. **Currículo, interdisciplinaridade e organização dos processos de ensino**. Fundação Hermínio Ometto / Uniararas, 2007.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: Uma reflexão sobre a prática**. 3 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.